



Universidade de Brasília  
Instituto de Psicologia  
Departamento de Psicologia Clínica  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

**O ATENDIMENTO A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE ABUSO SEXUAL:  
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

ALINE ROSE INÁCIO PINHO

Brasília,  
Dezembro de 2012



Universidade de Brasília  
Instituto de Psicologia  
Departamento de Psicologia Clínica  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

**O ATENDIMENTO A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE ABUSO SEXUAL:  
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

**ALINE ROSE INÁCIO PINHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Gláucia Ribeiro Starling Diniz, PhD

Brasília,  
Dezembro de 2012

Universidade de Brasília  
Instituto de Psicologia  
Departamento de Psicologia Clínica  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

**O ATENDIMENTO A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE ABUSO SEXUAL:  
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

**Banca examinadora:**

---

Presidente: Prof<sup>a</sup> Gláucia Ribeiro Starling Diniz, PhD

---

Membro externo: Prof<sup>a</sup> Claudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa, PhD  
Universidade Federal do Amazonas

---

Membro Interno: Prof<sup>a</sup> Dra Liana Fortunato Costa

---

Membro Suplente: Prof<sup>a</sup> Dra Miriam Cássia Mendonça Poondag  
Instituto de Educação superior de Brasília

Dezembro, 2012

Esse trabalho é dedicado aos que de perto me viram crescer e me fizeram querer lutar pelo que acredito, pelo que sonho. É dedicado também aos profissionais que dia após dia se vêm cansados e assustados diante de tantos obstáculos, mas compreendem que estes não são nem de perto do tamanho das dificuldades encontradas pelas famílias com que cruzam nessa caminhada. Dedico aos que não perdem a fé, a vontade e a coragem de fazer acontecer o diferente.

## AGRADECIMENTOS

A quem me olha lá de cima e nada deixa faltar, Deus e Maria. Àquele que abre todas as portas em que eu bato. Agradeço, também, àquela que também vive lá em cima e segue sempre a meu lado, segurando minha mão e orientando meu caminhar.

Aos meus guerreiros preciosos, Mamãe, Maria do Socorro, e Papai, Antônio Gaspar. Agradeço pela compreensão, pelos cuidados, por acreditarem em mim, pelo colo, pela força e pela incansável disposição de estar ao meu lado. Meus exemplos de sinceridade, honestidade e ética. Eu não poderia estar em melhor companhia. Meu porto seguro.

Ao meu irmão, Anderson Gaspar, meu companheiro para todas as horas. Meu braço direito nas batalhas do dia-a-dia. Sempre disposto a qualquer coisa pra me dar a mão. Muito obrigada, irmão.

Ao meu Cheiro, Fábio, pelo carinho, pela compreensão, pela paciência, pelo apoio, pela companhia, pelo cafuné, pelo abraço apertado quando tudo parecia pesado, pelo aconchego, por enxergar sempre outras possibilidades. Foram elementos essenciais nessa caminhada.

Às minhas familiares, pelos momentos de alegria e de cuidado para comigo: às minhas mães, Antônia Bernardo, Kelly Cristina e Olívia Maria; e a minhas irmãs: Luiza Inácio, Kenny Cristina, Letícia Gabrielle e Beatriz Passos. Um agradecimento especial à pequena Heloísa, pelos momentos de descontração e de encantamento enquanto tantas coisas pareciam difíceis de acertar.

Aos/às meus/minhas amigos/as, que estiveram ao meu lado mesmo quando precisei estar mais ausente e que me levaram para um lanche pra descontrair: Ana

Paula, Mirdes Nira, Mirella Lícia, Ricardo Soares, Marcos Felipe e tantos outros que posso nesse momento ter negligenciado.

Um agradecimento especial à Aline Rodrigues e Karen Costa, que escutaram as minhas angústias e sempre, de forma muito sincera, me incentivaram a prosseguir. Ao Carlos Eduardo, que trilhou comigo esse caminho tão denso e tão doce. E à Polliana Cristina, a irmã que me apoiou até o final, sem o seu apoio eu não finalizaria minhas tarefas, muito obrigada!

À equipe do CREAS Ceilândia a que pertenco com muita satisfação. Agradeço pela imensa compreensão, pelo apoio, pela consideração, pela flexibilidade que tiveram comigo, pelas discussões e pela oportunidade de dividir com vocês um aprendizado tão intenso e tão rico. Esse estudo é mais uma página na história que o CREAS escreve na minha vida.

Agradeço de forma especial a Professora Gláucia Diniz, minha orientadora. Mais uma vez a UnB me deu a oportunidade de estar junto a uma grande profissional para amadurecer e adquirir novos conhecimentos. É impossível mensurar o crescimento intelectual, profissional e pessoal que essa parceria me proporcionou. Obrigada pelo empenho, pelo companheirismo, pela paciência e pela disposição de me guiar nessa caminhada.

Agradeço ao nosso grupo de pesquisa, NEGENPSIC, pela força, pelas discussões, pelo amadurecimento que me proporcionaram e pelos bons momentos juntos. Que o grupo continue a crescer e constituir um espaço cada vez mais enriquecedor.

Por fim, mas não menos importante, às secretárias do PCL a quem muito recorri nesses dois anos. Obrigada pelas orientações e pela paciência.

*“Toda violência é social, histórica e, portanto, capaz de ser controlada e erradicada caso haja vontade política para tal.” (Azevedo, 2000, p. 38)*

## SUMÁRIO

Introdução.....	11
Artigo I: Assistência Social e Situações de Violência: Que Estratégias de Atenção Estão Sendo Propostas?.....	18
Artigo II: Perfil de Famílias que Vivenciaram Situações de Abuso Sexual em um CREAS do Distrito Federal.....	41
Artigo III: Infância, Adolescência e Situações de Abuso Sexual.....	70
Artigo IV: Famílias e Atendimentos: Contextos de Violência e de Vulnerabilidades.....	100
Artigo V: O Atendimento a Famílias em Contexto de Abuso Sexual em um CREAS do DF: Características e Desafios.....	131
Considerações Finais.....	163
Referências Bibliográficas.....	170
Anexo A: Roteiro de Coleta de Dados.....	182
Anexo B: Anuência da SEDEST.....	186
Anexo C: Aprovação do Comitê de Ética.....	188

## **O Atendimento a Famílias em Situação de Abuso Sexual:**

### **Um Estudo Exploratório**

**Resumo.** Este estudo teve a intenção de investigar e refletir sobre dimensões do trabalho desenvolvido com famílias em situação de abuso sexual. O objetivo geral dessa pesquisa foi compreender as características de famílias atendidas em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no Distrito Federal e que vivenciaram situações de abuso sexual e identificar as formas de atendimentos prestados a essas famílias. Os objetivos específicos consistiam em identificar dados sócio-demográficos e estruturais das famílias, as situações de abuso vivenciadas, bem como a natureza da violência, o local onde ocorreu e a relação do agressor com a vítima; verificar as formas de atendimentos prestados, os encaminhamentos e apontar desafios enfrentados pela equipe profissional. Os dados foram coletados por meio da leitura de quarenta (40) prontuários de famílias atendidas no CREAS de Ceilândia de acordo com roteiro elaborado com base na literatura. Os dados apontaram que as famílias atendidas eram, em sua maioria, jovens, monoparentais e tinham baixa escolaridade. A maior parte das situações de abuso sexual era intrafamiliar, tinha como vítimas meninas e como agressores pais e padrastos. O número de atendimentos prestados às famílias foi baixo a despeito da complexidade das situações enfrentadas. Outras questões mereceram destaque em nossa discussão: a dificuldade para abordar aspectos da sexualidade com famílias em contexto de abuso sexual; o silêncio que envolve as famílias e o serviço nessas situações; a dificuldade de lidar com crianças muitos jovens e crianças e adolescentes com deficiência mental que foram sexualmente abusadas; e a importância do investimento na articulação das redes de atendimento. Constatou-se que é indispensável a criação de critérios e protocolos para o acolhimento, o atendimento e o encerramento das situações. Esses protocolos devem incluir o monitoramento das ações e dos encaminhamentos para que a família possa ter acesso aos serviços de que necessita e seja realmente fortalecida. É importante ainda o investimento na formação continuada dos/as profissionais, com o intuito de qualificar as intervenções prestadas. Além disso, é necessário que seja criado espaço de avaliação e de discussão de casos para que a equipe possa trabalhar as dificuldades e obstáculos que encontra no cotidiano.

**Palavras-chave:** Abuso sexual, violência, família, atendimento.

## **Assistance To Families Dealing With Sexual Abuse:**

### **An Exploratory Study**

**Abstract.** This study intended to investigate and to reflect on dimensions of the work developed with families dealing with sexual abuse. The general objective of this research was to understand the characteristics of families that experienced situations of sexual abuse and were assisted by an Especialized Referral Center of Social Assistance (CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social) in the Federal District and also to identify the modalities of assistance provided to them. The specific objectives were to identify the families' socio-demographical and structural data; the situations of sexual abuse experienced, the nature of the violence, where it took place and the aggressor's relationship to the victim; verify the modality of assistance provided as well as of the referrals; and to point out the challenges faced by the professional staff. The data were collected through the reading of forty (40) records of families assisted by the CREAS in Ceilândia, in accordance with a literature based guideline elaborated for this purpose. The data collected indicated that the families assisted were mostly young, single-parent and had low levels of education. Most cases of sexual abuse were intrafamilial, the majority of victims were girls and the aggressors were fathers and stepfathers. The number of sessions provided to the families was low despite the complexity of the situations faced. Several issues deserved attention in the discussion of the results: the difficulty to deal with aspects of sexuality with families in the context of sexual abuse; the silence that surrounds families as well as the staff in these situations; the difficulties in dealing with young children and with children and adolescents with intellectual disabilities who were sexually abused; and the need to invest on the service network articulation. It became evident that it is essential to establish criteria and to create protocols to foster all phases of case management – first contact, care, and closure. These protocols should include the monitoring of actions and referrals provided, in order to ensure that the family had access to the community services that they needed in order to be strengthened. It is also important to make an ongoing investment in training the professionals, in order to qualify the interventions provided. Moreover, it is fundamental to create space for the evaluation and the discussion of the caseload so the staff can process the difficulties and the obstacles they encounter daily.

**Keywords:** sexual abuse, violence, family, assistance.

## **Introdução**

O abuso sexual figura como uma das formas de violência contra crianças e adolescentes que mais desperta angústia e incômodo por envolver questões como a sexualidade, o incesto e a moral. Apesar do desconforto que suscita nas pessoas, o abuso sexual ainda é uma forma de violência subnotificada em razão da dificuldade de famílias e da comunidade em lidar com o tema (Pelisoli & Dell’Ago, 2008). Alguns dos fatores apontados para a subnotificação são: os sentimentos de culpa, tolerância e vergonha que podem acometer a vítima, a relutância de alguns profissionais em abordar e relatar o tema, o medo de dissolução da família caso a situação seja descoberta e a insistência em necessidade de evidências comprobatórias materiais por parte dos tribunais (Habizang, Koller, Azevedo & Machado, 2005).

O abuso sexual chama a atenção para questões consideradas como tabus em nossa sociedade, ou seja, a sexualidade humana e a violência. Outro fator que contribui para o baixo número de denúncias de situações de abuso sexual é o fato de ser uma violação que acontece, na maior parte dos casos, no ambiente doméstico e tem como agressor, um membro da família da vítima, alguém com quem ela estabelece relações de confiança (Azambuja, 2006; Ribeiro, Ferriani & Reis, 2004; Habizang et cols. 2005).

A investigação e a construção de conhecimento acerca de características das famílias de crianças e adolescentes que vivenciaram situações de abuso sexual assim como de outras dimensões que envolvem essa violação vêm sendo largamente desenvolvidas nos últimos anos. Esse acúmulo de conhecimento sobre a questão pode auxiliar na elaboração de Políticas Públicas de intervenção junto a essas famílias e fortalecer a luta em prol do rompimento do silêncio que cerca essas situações.

O interesse pelo tema do abuso sexual surgiu inicialmente de minha experiência enquanto profissional. A atuação em um Centro de Referência Especializado de

Assistência Social do Distrito Federal despertou questionamentos que apontavam a necessidade de discussões mais aprofundadas acerca das situações de abuso sexual atendidas ali. Ao ingressar no serviço me deparei com o despreparo para enfrentar as questões complexas que se apresentavam e com a falta de recursos técnicos disponíveis às/aos profissionais.

Nesse contexto surge a oportunidade de retomar uma caminhada acadêmica, que já era um objetivo pessoal, e assim abrir espaço para o estudo e o aprofundamento teórico em torno de questões essenciais àquele serviço. O abuso sexual foi a violação escolhida por ser uma das formas de violência com a qual trabalhava diretamente no CREAS e a que, a meu ver, mais causava incômodo nas equipes dos CREAS e das outras instâncias da Secretaria. As cobranças por novas estratégias de atendimento, ampliação do número de famílias em acompanhamento e de atenção à demanda que aguardava atendimento no CREAS eram constantes e evidenciavam o desafio que essa forma de violação causava nas pessoas.

Outro fator que fez com que as situações de abuso sexual fossem foco de meu interesse é que boa parte dos casos é perpassada por questões de gênero. A literatura aponta que a maior parte das vítimas de abuso sexual é constituída de meninas (Ribeiro, Ferriani & Reis, 2004; Ferriani, Garbin & Ribeiro, 2004; Ferreira, 2002; De Lorenzi, Pontalti & Flech, 2001; Habizang et cols. 2005), e que a maior parte dos agressores são pais e padrastos (Ribeiro, Ferriani & Reis, 2004; Azevedo, Guerra & Vaiciunas, 2000). Esses dados evidenciam que as crenças e valores machistas e patriarcais atravessam essas situações e marcam o lugar de mulheres nesses arranjos de desigualdades e dominações.

A dificuldade encontrada por algumas mulheres para lidar com o abuso sexual sofrido pelas filhas, os sentimentos de culpa, incompetência e vergonha, as cobranças da

sociedade acerca da proteção das/dos filhas/os que foram abusados são outros fatores que sinalizam a presença das questões de gênero nessas situações. A dependência financeira ou afetiva do agressor que dificulta seu afastamento, o receio pela destituição familiar, já que as mulheres tendem a serem responsabilizadas pelos cuidados com as famílias também escancararam a necessidade de reflexões e reconstruções sobre os papéis de gênero que são alardeados em nossa sociedade. Santos e Diniz (2011) apontam em seu estudo para a predominância da participação feminina nas questões que dizem respeito aos cuidados familiares. São as mulheres que além de realizarem os trabalhos domésticos, são responsáveis pela dimensão do cuidado com os diversos membros da família (Santos & Diniz, 2011; Diniz & Pondaag, 2004).

Outra evidência de que as discussões de gênero são ferramentas necessárias à análise das dinâmicas presentes nesses contextos diz respeito à responsabilização da vítima pela violência sofrida. Narvaz e Koller (2007) ressaltam que muitas vezes as crianças e adolescentes meninas, vítimas de abuso sexual são acusadas de terem provocado o abuso por terem incitado a sexualidade masculina que tem natureza frágil e cede facilmente a sedução.

É importante ressaltar que crianças e adolescentes não dispõem de maturidade suficiente para consentir ou resistir a um ato sexual, em razão de não estarem preparados para lidar com as consequências que um ato dessa natureza pode causar. Não é admissível, portanto, que uma criança ou adolescente seja responsabilizada pela ocorrência de um ato sexual com uma pessoa adulta.

A provocação ou sedução, como podem ser chamadas a busca por carinho e aceitação expressa por crianças e adolescentes, são formas de expressão de sua afetividade. Essa busca por atenção, adequada ou não, é a forma por meio da qual essas crianças e adolescentes aprenderam, a partir de suas relações, a encontrar aconchego e

acolhimento. Não deve, portanto, ser encarada como convite para comportamentos sexuais inadequados a sua idade.

A compreensão de que as discussões acerca das situações de violência, nesse caso o abuso sexual, necessitam ser inseridas no meio acadêmico é a última razão que motivou o ingresso no curso de mestrado e a realização de pesquisa sobre o tema. As angústias e ansiedades das famílias, das crianças, dos adolescentes, e dos/as profissionais que lidam com essas questões devem tornar-se também angústias e ansiedades acadêmicas. Devem tornar-se desconforto capaz de gerar pesquisas, discussões, reflexões, elaborações, desafios, construções e conhecimentos. É papel da academia, dos que seguem carreira acadêmica, enxergar-se como parte da sociedade e como agentes comprometidos com a busca de estratégias para lidar com questões tão delicadas quanto as que envolvem o abuso sexual.

Este projeto de mestrado teve, portanto, a intenção de investigar e refletir sobre dimensões do trabalho desenvolvido com famílias em situação de abuso sexual. O objetivo geral dessa pesquisa foi compreender as características de famílias atendidas em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no Distrito Federal e que vivenciaram situações de abuso sexual e identificar as formas de atendimentos prestados a essas famílias. Os objetivos específicos consistiam em:

- Identificar nos prontuários de atendimento de uma unidade de CREAS do Distrito Federal características sócio-demográficas e estruturais de famílias que vivenciaram situação de abuso sexual. Foram analisados nos prontuários dados como composição familiar, renda, idade dos membros, inserção em programas de sociais e escolaridade.
- Identificar nos prontuários de atendimento características das situações de abuso sexual vivenciadas pelas crianças e adolescentes atendidas. Foram analisados

dados sobre a natureza de violência, o local onde ocorreu, quem foi o agressor e o histórico de violências vivenciadas pelas famílias.

- Identificar nos prontuários de unidade de CREAS do Distrito Federal as formas de atendimentos prestados a essas famílias e os encaminhamentos realizados.
- Identificar desafios enfrentados pela equipe da unidade de CREAS para consolidar a implementação da Política Nacional de Assistência Social.

Os dados foram coletados por meio da leitura de 40 prontuários do CREAS de Ceilândia. A coleta aconteceu após a anuência da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST (Anexo B) e da submissão e aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (Anexo C).

Os resultados da pesquisa serão apresentados em cinco (5) artigos. Essa organização visa facilitar a publicação do estudo em revistas indexadas o que constitui um compromisso acadêmico e uma das formas importantes de divulgação de resultados de pesquisas. A seguir especificamos o conteúdo de cada artigo:

O artigo 1 que corresponde ao Capítulo 1 visa contextualizar o estudo realizado. Ele apresenta uma breve revisão sobre a história das famílias no Brasil e uma reflexão sobre o lugar das famílias nas Políticas de Proteção em nosso país. Em seguida, traça comentários sobre a estrutura e história da Política Nacional de Assistência Social no Brasil e sua execução no Distrito Federal. Por fim, apresenta a história do atendimento a situações de abuso sexual em nosso país, no âmbito da Assistência Social, partindo do Programa Sentinela, até a implementação dos CREAS.

O artigo 2 que corresponde ao Capítulo 2 tem por objetivo apresentar as características de famílias que foram atendidas no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI. O atendimento foi realizado em um

Centro de Referência Especializado de Assistência Social do DF, em razão de um de seus membros ter sido vítima de abuso sexual infanto-juvenil.

O artigo 3 que corresponde ao Capítulo 3 visa apontar características de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e que foram atendidas em um CREAS do DF. O artigo aborda impactos da situação de abuso na sexualidade dessas vítimas. Além disso, chama atenção para a dificuldade de lidar com o abuso sexual de crianças muito jovens e de crianças e adolescentes com deficiência mental.

O artigo 4 que corresponde ao Capítulo 4 visa apresentar características das situações de abuso sexual sofridas por crianças e adolescentes atendidas no CREAS de Ceilândia. Apresenta características das situações de violência vivenciadas, tais como, a natureza desta agressão, a relação do grupo familiar com o agressor, a presença de outras formas de violência nesta família e as dificuldades encontradas pelas famílias e pela equipe para lidar com o silêncio que ronda esta situação.

O artigo 5 que corresponde ao Capítulo 5 objetivou discutir os elementos que estão envolvidos nos atendimentos prestados a famílias em contexto de abuso sexual do CREAS de Ceilândia. Traz informações acerca das intervenções e do acompanhamento prestado.

Apresentamos uma sessão de Considerações Finais. Nesta parte foram abordadas as limitações deste estudo assim como os desafios relacionados com a implementação da Política Nacional de Assistência Social no que tange ao atendimento de situação de abuso sexual no contexto de um CREAS. Por fim, apresentamos sugestões para lidar com esses desafios que se se tornaram visíveis a partir da pesquisa.

As situações de abuso sexual vêm sendo compreendidas atualmente como um problema que necessita de atenção pública, em razão da grande incidência de casos e das consequências que sua vivência causa ao desenvolvimento cognitivo, afetivo e

social da vítima e também de sua família (Habizang & Caminha, 2004; Habizang et cols., 2005). De acordo com Faleiros e Faleiros (2007), essa é uma forma de violação aos direitos humanos, à integridade física e psicológica, ao respeito, à dignidade e ao desenvolvimento físico, psicológico, moral e sexual saudáveis. Esperamos que esse estudo possa contribuir para a elaboração de estratégias para lidar com essas situações, bem como para o enfrentamento dos desafios encontrados no planejamento e execução de Políticas Públicas que lidem com a questão.

## **Assistência Social e Situações de Violência: Que Estratégias de Atenção Estão Sendo Propostas?**

O abuso sexual é um fenômeno que alcançou grande visibilidade em nosso país nas últimas décadas. As discussões que envolvem agressões sofridas por crianças e adolescentes também ganharam destaque. Essas violências são foco de diversas campanhas de enfrentamento e prevenção. Acredita-se, no entanto, que o abuso sexual ainda é um crime pouco notificado devido às suas peculiaridades (Pelisoli & Dell’Aglío, 2008). Esse tipo de agressão constitui grave violação ao corpo e à sexualidade de crianças e adolescentes e causa grande mobilização social. Em razão disso, episódios de abuso sexual passaram a ser vistos como problemas de saúde pública com consequências sociais, afetivas e cognitivas que necessitam de atenção (Santos & Dell’Aglío, 2009).

No Brasil, o Disque Denúncia Nacional (DDN ou Disque 100) é uma das fontes mais abrangentes de dados. O Programa é gerido pelo governo federal em conjunto com o Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA). O DDN recebe denúncias de negligência, violência física, psicológica ou sexual contra crianças e adolescentes, faz o encaminhamento dessas notificações aos órgãos de proteção ou responsabilização pertinentes e acompanha seu andamento.

No período entre 2003 e 2009, o DDN registrou cerca de 100.000 denúncias referentes a todas as violências acima citadas. De acordo com documento publicado pela Presidência da República em 2010, 31% dessas denúncias são casos de violência sexual, sendo que desses 58% foram registrados como abuso sexual. Em termos proporcionais, o Distrito Federal apresenta o maior número de registros no Programa;

entretanto, não há dados na publicação referentes ao número de denúncias de abuso sexual registradas no DF (Portal Pró-Menino).

O número de registros no DF retrata a alta incidência de violações na região. Em contrapartida, é importante considerar que fatores como a divulgação do Programa, a deficiência de registro em outras regiões e a características próprias do DF, como nível educacional da população e maior acesso a meios de comunicação, podem contribuir para o número elevado de notificações. Independente da combinação entre esses fatores fica evidente a necessidade de ações articuladas no DF que respondam à alta incidência de violência exposta pelo documento em tela.

As revelações de abusos sexuais desvelam questões que quase sempre são vistas como tabus sociais e, por isso, são silenciados e omitidos pelos grupos familiares. Essas situações provocam mudanças na organização familiar e ressaltam conflitos ali existentes. De acordo com Matias (2006), esse tipo de violência tem impacto sobre todos os membros de uma família e pode ocasionar o rompimento de vínculos, a partir do surgimento de desconfianças e inseguranças que exigem deste grupo grande esforço no sentido de se recuperar e restaurar seus vínculos afetivos.

As famílias podem buscar estratégias viáveis em sua experiência prévia para lidar com essas circunstâncias ou podem encontrar formas pouco eficazes para enfrentar o ocorrido, o que pode manter as crianças e adolescentes em situação de risco. Santos e Dell’Agió (2009) ressaltam que manifestações de apoio da família são consideradas essenciais na redução dos sintomas para a vítima de abuso sexual.

O acompanhamento a essas famílias que vivenciaram casos de abuso sexual no Distrito Federal é prestado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST que executa a Política Nacional de Assistência Social. A Secretaria de Saúde também atua na área por meio do Programa de Prevenção e

Atendimento às Pessoas em Situação de Violência. No âmbito da saúde são oferecidos atendimentos médicos e ambulatoriais de emergência, bem como atendimentos psicossociais e psicoterápicos.

No contexto da assistência social, a família que vivencia uma situação de violência sexual é atendida no Serviço de Proteção Social Especial. O atendimento visa o fortalecimento de sua função protetiva, a restauração de sua condição de autonomia, o rompimento de padrões violadores de direitos na família e a prevenção da reincidência dessas violações (MDS, 2009). O atendimento acima proposto é prestado nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e conta com a participação de assistentes sociais, psicólogos, especialistas em direito e agentes sociais.

Este artigo visa contextualizar um estudo realizado em um CREAS do Distrito Federal. A pesquisa teve por objetivo geral compreender as características de famílias atendidas em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no Distrito Federal e que vivenciaram situações de abuso sexual e identificar as formas de atendimentos prestados. Outro objetivo foi o de compreender as violências sofridas. Os dados foram coletados por meio de consulta aos registros presentes nos prontuários das famílias.

Apresentamos uma breve revisão sobre a história das famílias no Brasil e uma reflexão sobre o lugar das famílias nas Políticas de Proteção em nosso país. Em seguida, traçamos alguns comentários sobre a estrutura e história da Política Nacional de Assistência Social no Brasil e sua execução no Distrito Federal. Por fim, apresentamos a história do atendimento a situações de abuso sexual em nosso país, no âmbito da Assistência Social, partindo do Programa Sentinela, até a implementação dos CREAS.

### *Breve Contextualização Histórico-Social Das Famílias*

O conceito de família é antigo e vem se modificando ao longo da história. O trabalho clássico de Ariès em 1973 já aponta para o surgimento de um sentimento de família que provocou mudanças em seu significado e função social a partir do século XVI. Foi nesse momento que apareceu a idéia de intimidade que trouxe para o interior desse grupo a responsabilidade pela educação e o cuidado com as crianças. Petzold (1996) também utiliza o termo intimidade para caracterizar um grupo familiar. De acordo com este autor, as novas abordagens psicológicas acerca de família trazem uma definição mais abrangente considerando que este é um grupo social especial caracterizado por intimidade e relações intergeracionais.

A história do Brasil aponta para uma diversidade de configurações do grupo familiar (Diniz & Coelho, 2005). Os resultados dos estudos de Samara (1992) retratam a inviabilidade de assumir uma imagem única de família que possa ser aplicada a todos os segmentos sociais nos variados momentos de nossa história. Tendo em mente que seus estudos têm como foco o século XIX, observamos que desde muito cedo a sociedade brasileira expõe uma diversa e complexa gama de organizações familiares. Apesar dessa diversidade, a família brasileira foi sempre vista como uma instituição que construiu normas de conduta e de relações sociais (Samara, 1992).

O grupo familiar é definido por De Antoni e Koller (2000) como um conjunto de relações. São pessoas que se relacionam, seja por parentesco ou por considerarem que pertencem àquele contexto. As ações de cada membro da família estão relacionadas com as características do grupo familiar em questão, mas também são afetadas por demandas e pressões externas.

A família é tida como uma instituição básica e indispensável para a formação da pessoa, já que é uma mediadora de necessidades internas e externas. A família tem a função de promover o desenvolvimento de seus membros e transmitir “valores éticos, estéticos, religiosos e culturais” (Pelisoli, 2008, p. 60). Nessa mesma linha, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004) afirma que as famílias têm como funções básicas

“prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado” (p. 35).

As definições de família aqui apresentadas têm como base grupos organizados e com recursos para lidar com eventos inesperados e com estressores internos e externos. Também contam com suporte externo para enfrentar tais situações (De Antoni e Koller, 2000). Entretanto, nem todas as famílias vivenciam essa realidade, ou seja, muitas não têm condições de corresponder a essas expectativas e idealizações.

Os grupos familiares se organizam de formas variadas em razão do lugar, do tempo, do acesso a serviços e políticas e de sua situação socioeconômica. Tais fatores devem ser considerados quando se busca compreender os conflitos e outras vivências de famílias que pertencem a uma classe social menos favorecida, como é o caso deste trabalho (Praciano, 2011).

A história da sociedade brasileira é marcada por problemas sociais de falta de emprego, dificuldade de acesso aos serviços básicos, como saúde e educação, fatores que configuram um cenário de grandes injustiças e desigualdades sociais e lançam a população menos favorecida num abismo de falta de atenção e de poucas alternativas. Praciano (2011) salienta ser indispensável a busca por conhecer a realidade das famílias

menos favorecidas, com vistas a entender possíveis impactos que essas condições podem ter sobre sua saúde mental, identidade e vida familiar.

Considerar a classe social a que pertencem às famílias quando realizamos análises sobre suas experiências é essencial. O estudo de Santos e Diniz (2011) corrobora esse fato. As autoras encontraram divergências significativas em seu trabalho sobre as vivências de donas de casa de diferentes classes sociais, enfatizando que este é um fator central a ser observado quando buscamos compreender a complexidade que envolve as relações familiares e sociais.

As divergências de famílias de diferentes classes sociais podem também estar presentes no caso de grupos familiares que vivenciaram situações de violência. As desigualdades sociais e de poder que enraízam muitas das situações de violência que acometem essas famílias são mais frequentes entre as famílias de classes sociais menos favorecidas. A atenção a questões sociais, culturais e econômicas é, portanto, parte fundamental quando buscamos abordar famílias que vivenciaram situações de violência, em especial a violência doméstica contra crianças e adolescentes que ocorre no meio familiar. Por ser um grupo privilegiado, capaz de promover transformações e responsável pelo desenvolvimento de seus membros, as famílias se tornaram foco de intervenções das Políticas Públicas de Proteção.

### *O Lugar Das Famílias Nas Políticas de Proteção*

A família recebeu lugar de destaque nas políticas de proteção brasileiras após determinação da Constituição Federal (1988), que reconheceu seu papel fundamental na vida social do cidadão. Em seu artigo 226, a família é colocada como base da sociedade o que a torna objeto de políticas e de ações de proteção especial do Estado (CF 1988).

Na Política Nacional de Assistência Social – PNAS, a atenção à família nos programas ocupa lugar central. Os projetos devem ser voltados ao grupo familiar, definido pela PNAS como um conjunto de pessoas unidas seja por laços consanguíneos, seja por laços afetivos ou ainda, por solidariedade. Por ocasião da elaboração da PNAS (2004), reconheceu-se que os processos de exclusão sociocultural geram desconfortos e desestabilizam as famílias brasileiras, ressaltando suas fragilidades e contradições. Assume-se que este grupo necessita de atenção para que possa exercer sua função como instituição socializadora e protetiva que provê cuidados a seus membros. Fica evidente que famílias em situação de vulnerabilidade carecem de proteção.

Sabe-se que boa parte do público atendido pela Política Nacional de Assistência Social são famílias pobres, a despeito de a Assistência ser um direito de todo e qualquer cidadão e família que dela necessitar. Historicamente, são as famílias financeiramente necessitadas que integram e buscam atendimento no Sistema Único de Assistência Social – SUAS. É importante, portanto, que no âmbito do SUAS haja um olhar diferenciado para essas famílias, já que elas apresentam características e realidades diversas.

As famílias que vivem em situação de pobreza se organizam de formas distintas se comparadas às de outras camadas sociais. Fonseca (2007) aponta que os arranjos familiares estabelecidos por famílias populares encontraram outra linha de desenvolvimento. Eles se caracterizam por uniões informais, situações de gravidez e vivência de relações sexuais fora do casamento e sentimentos parentais diferentes dos alardeados pela sociedade, no que se refere a cuidados de crianças e adolescentes.

Soihet (2007) também salienta que historicamente, entre as famílias populares, o casamento formal não é comum e aponta fatores que podem estar relacionados com a situação. De acordo com a autora, a burocracia requerida para estabelecer uma união

formal e a dificuldade de manter uma família, em especial por parte do homem, uma vez que socialmente pode ainda ser colocado como principal provedor, mesmo que não apresente condições para isso, são fatores dificultadores nesse sentido. Outra questão é a autonomia conquistada pelas mulheres, que circulam nos meios sociais quebrando a rigidez dos papéis que por vezes lhes são atribuídos, em especial o de cuidadora do âmbito privado da família.

Já em 1994, Sarti atentava para situações semelhantes e sintetizava bem a condição das famílias que vivem em situação de pobreza em nosso país. Ela alega que esses grupos familiares não se organizam como um núcleo, mas sim como uma rede que envolve outras relações de parentesco que não apenas pai, mãe e filhos. É um conjunto extenso que se mobiliza ao redor de obrigações morais, o que constitui um processo que pode dificultar a individualização dos membros dessa família, mas que ao mesmo tempo favorece sua sobrevivência por lhe dar apoio e sustentação.

Esses arranjos familiares diversos tornam-se cada vez mais visíveis, assim como, a construção e manutenção de vínculos de solidariedade e subsistência. As dificuldades encontradas pelas famílias para manter-se, como a falta de emprego, falta de atenção e de acesso a políticas sociais aumentam as possibilidades de convivência intergeracional e com a família extensa (Macedo, 2008).

O papel da família extensa no desenvolvimento das famílias denominadas como “pobres” merece atenção. Em razão da instabilidade financeira muitas vezes o novo casal se estabelece na casa de parentes, em especial da mulher. Sarti (1994) salienta que isso é comum principalmente em casos em que há um segundo casamento. Nessas oportunidades, a mulher que se separou e retornou ao convívio do lar materno, não se separa novamente de sua rede de apoio, mantendo-se por perto. A dependência do apoio da rede familiar advém de relações conjugais instáveis e empregos incertos, comuns em

famílias populares. De acordo com esta autora, são frequentes alterações no ambiente doméstico de famílias pobres carecendo do suporte de outros parentes.

O estudo realizado por Praciano (2011) mostra que é comum em famílias menos favorecidas o contato de crianças e adolescentes com maior número de padrastos, já que existem pais diferentes para a mesma prole. Essa situação costuma afetar a dinâmica da família e necessita de atenção. Isso porque, de acordo com a autora, a maior parte dos homens ainda não assume o lugar de cuidador e provedor afetivo dos filhos, ficando essa função quase sempre a cargo da genitora.

Essa situação leva a outro conceito interessante apontado por Sarti (1994) – o de circulação das crianças. Isso se daria em razão da compreensão de que as responsabilidades pelas crianças na família são coletivas. Por diversos motivos as crianças podem não conviver com o pai ou mãe, estando sob os cuidados de outros parentes consanguíneos ou pessoas de confiança dos genitores. Entre esses motivos, estão razões financeiras, violências e novos casamentos. São formas de organização familiar ou condições de vulnerabilidade produzidas por processos de exclusão social, econômica e cultural que podem fragilizar os vínculos familiares e dificultar a convivência saudável com os genitores (Praciano, 2011).

A condição de pobreza também é problematizada de forma interessante em texto de Sousa e Ribeiro (2005). As autoras trazem o conceito de “multiproblematicidade” (p. 6) que habitualmente está associado à pobreza, assim como, as situações de desorganização, a despeito de que muitos dos desafios e das questões complexas que atingem essas famílias estarem presentes em grupos de qualquer classe social. Admitem que a pobreza possa ser um fator de risco para as famílias, levando-as a bloquearem suas ações frente a algumas situações mas tiram o caráter causal que muitas vezes se atribui a essa relação.

O estudo de Sousa e Ribeiro (2005) trata como famílias multiproblemáticas aquelas em que mais de um membro apresenta problemas estáveis, onde há fragilidade de limites e presença constante de figuras externas buscando auxiliar esse grupo. Estes fatores podem resultar no desenvolvimento de comportamentos ditos inadequados, como é o caso da dependência química, das violências, entre elas o abuso sexual e podem culminar em dependência dos serviços sociais.

As colocações acima deixam evidente a necessidade de que haja políticas públicas de proteção social voltadas a essas famílias e que considerem as condições sociais diversas que esses grupos podem apresentar. Este é o caso da Política Nacional de Assistência Social. No entanto, notamos que o cuidado dispensado às famílias ainda não é tão efetivo quanto se espera e planeja. As diversidades culturais, sociais e econômicas de nosso país têm exigido cada vez mais estratégias complexas de nossas famílias para lidarem com essas realidades. Infelizmente, esses desafios não são acompanhados muitas vezes considerados no contexto das intervenções ofertadas a elas.

### *Política Nacional de Assistência Social: A Estruturação e a Implantação de Uma Política de Proteção*

A questão social e a exclusão social são elementos historicamente ligados à compreensão e reflexão da assistência social. Conhecer a relação entre esses fatores e a violência constitui tarefa fundamental para compreender a atenção prestada a situações de violência no âmbito da assistência social.

Castel (1998) caracteriza a questão social como sendo uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade. Essa coesão é ameaçada por grupos cuja existência abala o conjunto. Nesse sentido, o autor ressalta então uma dificuldade inerente a essa análise que é a de compreender o sentido do termo social. O termo, que

carrega longa história, tem diversas nuances que devem ser consideradas e que dificultam sua compreensão.

O vocábulo “social” pode estar ligado às relações que estabelecemos, a questões culturais, a questões econômicas, entre outras. Não é à toa que em nossos dias empregamos termos como “sóciohistóricos, socioeconômicos, socioculturais” para tratar de assuntos que dizemos ser sociais, ainda que não tenhamos bem em mente o que isso quer dizer. O problema semântico aqui apresentado está relacionado ao uso corriqueiro do termo “social” em nosso dia-a-dia. A confusão sobre o significado desta palavra se estende, portanto, à compreensão do conceito e da função da Política de Assistência “Social” que é parte de nosso objeto de estudo.

É preciso salientar que a questão social é muito mais que uma preocupação com a situação financeira e que a exclusão social, de que tanto se fala, vai além da exclusão econômica. O que a assistência pretende assegurar é mais que programas de transferência de renda que visem reduzir as dificuldades do ponto de vista financeiro, como é divulgado nos meios de comunicação. A exclusão social está relacionada à falta de recursos financeiros, mas também se relaciona à discriminação, subalternidade, submissão, inacessibilidade de direitos e não representatividade pública. A Política Nacional de Assistência Social (2004) salienta que a exclusão social é mais que uma situação, constitui um processo que leva ao acirramento das desigualdades, sendo heterogênea no tempo e no espaço. Essas são questões que levam à violência e à vivência de violações de direitos que por vezes vêm sendo esquecidas nas discussões sobre assistência social.

A desigualdade social, que se baseia numa disparidade de poder, abre espaço para a ocorrência de diversas formas de violência, sejam elas físicas, psicológicas, simbólicas, financeiras ou um conjunto formado por todas essas violências. Há ainda

dificuldade em compreender que a violência está nesse âmbito e precisa ser abordada como elemento central nas políticas de assistência e não como efeito colateral diante do desfavorecimento socioeconômico. A pobreza nesse caso deve ser entendida não apenas como questão material, mas também como questão afetiva e relacional, constituindo assim foco da assistência social.

A Constituição Federal de 1988 traz a formalização da Assistência Social como Política Pública, dever do Estado brasileiro, direito dos cidadãos. O artigo 203 assegura que: “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição a seguridade social”. Até a promulgação da CF/88, a assistência era exercida de forma desarticulada, ligada a solidariedade e ao favor. Carregava um caráter pessoal associado ao governante que caridosamente atendia às necessidades da população carente. A Lei Orgânica da Assistência Social estabelece que:

“a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.” (Lei 12.435, 2011. Art.1º).

A inclusão da assistência na política de seguridade social brasileira, visa garantir direitos sociais e estabelecer uma nova forma de atuação no que concerne às questões sociais em âmbito estatal. A assistência passa a ser uma política pública com objetivos e diretrizes próprias que devem ser seguidos para sua efetivação, retirando-a do campo da solidariedade e levando-a para o campo do direito. Desde 1988, o Brasil busca a implantação dessa política com a criação de legislações específicas que permitem a sua efetivação enquanto uma política protetiva, resguardando direitos e buscando cidadania.

Sposati (2009) ressalta que delimitar a área de atuação da assistência é uma atitude que pretende romper com a visão de que esta é uma política para os pobres, necessitados sociais, frágeis e carentes. Ao longo de sua história a assistência social

vem sendo vista sob essa perspectiva, ou seja, compreendida como um espaço que supre demandas básicas de uma população carente sem acesso aos serviços e políticas públicas de modo geral.

Diante da necessidade de construção dessa nova visão, Sposati (2009) ressalta que a assistência social é uma política que, como a saúde, busca a proteção da vida e dos direitos humanos a despeito das características pessoais do sujeito. Entretanto, se na saúde busca-se a proteção às questões físicas e biológicas, na assistência, o foco é relacional, ético e social. As agressões à vida relacional enfrentadas no âmbito da assistência social são: o isolamento, a subordinação e a exclusão social. São questões que colocam o cidadão em situação de risco, vulnerabilidade e violência. Ressalta-se assim, como colocado na PNAS, que a proteção social garante “segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar” (p 31, PNAS).

Ao visar essa proteção à vida, a carta constitucional ressalta que o acesso à assistência social é livre de critérios ou regras que selecionem determinados usuários. Ela deve oferecer proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice (CF/88, art. 203, I). Observa-se que esta política deve prestar atenção a família de modo geral e aos ciclos da vida humana e estar atenta aos direitos que possam vir a ser violados.

A partir das diretrizes e objetivos colocados pela Constituição Federal, o Estado passou a buscar estruturar a política de assistência social. Em 1993 é formulada a Lei 8.742, que buscava viabilizar a execução dos artigos 203 e 204 da Constituição. Esta é a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Ela estabelece os benefícios e serviços ofertados pela Política de Assistência, bem como define que tipo de programas e

projetos que podem ser executados para assegurar que os objetivos dessa política sejam atingidos.

Desde 1993, muitas foram as alterações ocorridas na política e na realidade social brasileira. Assim, em 2011, foi lançada a Lei 12.435 conhecida como a Lei do SUAS, que faz uma atualização da LOAS. A Lei do SUAS mantém em seus fundamentos as diretrizes e objetivos colocados em 1993, entretanto, tem como marca crucial a instituição legal do Sistema Único de Assistência Social, por meio do qual a política será executada, avaliada e monitorada, ação que dá efetividade a assistência social como política pública (PNAS, 2004).

Em 2004, outro passo importante foi alcançado nessa história. Nasce a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Já em sua introdução, a PNAS nos mostra uma “visão social inovadora” (p. 15), por meio da qual se busca compreender a realidade social das diversas regiões brasileiras apreendendo suas necessidades, mas também e, sobretudo, suas potencialidades e capacidades que possam vir a ser desenvolvidas. Essa visão salienta o caráter protetivo e não assistencialista da política, que intenta o desenvolvimento social e a autonomia das famílias e indivíduos usuários do SUAS.

O Distrito Federal, assim como os outros estados e municípios brasileiros, busca maneiras de implementar o SUAS e atender os objetivos da PNAS, observando suas particularidades. No DF a política é executada pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST e tem no ano de 2009 um marco diferencial em seu processo de efetivação. Nesse período teve início a contratação de profissionais concursados - assistentes sociais, psicólogos, agentes e educadores sociais, que passaram enfim a compor o quadro de servidores da SEDEST.

Essa ação foi resultado da assinatura de um do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Governo do Distrito Federal e o Ministério Público do

Distrito Federal em agosto de 2007 que permitia que a SEDEST contratasse funcionários temporários para dar continuidade às atividades desenvolvidas em suas unidades até o final do ano de 2008. A partir dessa data, a Secretaria por meio de concurso público deveria constituir quadro próprio de servidores (TAC 003/2007). A medida beneficiou a implementação do SUAS no DF por permitir que a partir de então a SEDEST pudesse investir de forma mais consistente em capacitação e especialização de equipes que viessem a dar continuidade aos serviços prestados.

Pode-se constatar também por meio do site da Secretaria (<http://www.sedest.df.gov.br>) que as principais legislações institucionais da SEDEST surgem a partir do ano de 2009. São portarias que buscam organizar e estruturar o serviço prestado. Elas regulamentam benefícios, programas e mesmo o funcionamento das unidades da assistência social no DF. Diante disso, fica claro que o ano de 2009 marca um novo período no que diz respeito à efetivação da política de assistência social no Distrito Federal.

O Distrito Federal, como os demais estados e municípios da federação, busca organizar e adequar a execução dos serviços prestados no âmbito da assistência social com base na estrutura apresentada pela PNAS e também pela Lei do SUAS. Esses documentos dividem a Política de Assistência Social em dois grandes grupos: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

A Proteção Social Básica tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, além do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (PNAS, 2004; Lei 12.435, 2011). Sua atuação se dá no âmbito dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS que desenvolvem o Serviço de Proteção e Atenção Integral a Família.

A Proteção Social Especial, por sua vez, atua junto a núcleos familiares e indivíduos que tiveram alguma das seguranças afiançadas pela assistência violadas. Tem por objetivo, de acordo com a Lei do SUAS (2011), contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direitos e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direito. Visa o atendimento a famílias que se encontram em “risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras” (PNAS, p. 37).

O acompanhamento prestado no âmbito da Proteção Social Especial pode ser individual ou familiar e é composto por encaminhamentos monitorados buscando qualidade na atenção protetiva. A Proteção Social Especial inclui atendimento em Média e Alta complexidade. São considerados serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade os que garantem proteção integral, como moradia, alimentação e higienização a famílias ou indivíduos que se encontram em situação de ameaça, sendo afastados do núcleo familiar ou comunitário (PNAS, 2004).

Esses serviços são oferecidos a famílias e indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados. São em geral serviços de acolhimento provisório, que visam a retirada do indivíduo para posterior reintegração (MDS, 2009). São ofertados em abrigos, albergues, casas lares e Instituições de Longa Permanência.

Os serviços de Média Complexidade são os que prestam atendimento a famílias e indivíduos com direitos violados, em situação de risco social e pessoal, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos (PNAS, 2004). Estes serviços são ofertados nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS que são “unidades públicas estatais, de abrangência municipal ou regional, referências

para oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco social e pessoal, por violação de direitos, que demandam intervenções especializadas no âmbito do SUAS” (MDS, 2011, p. 8).

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (MDS, 2009) aponta que as famílias e indivíduos que recebem atendimento na Proteção Social de Média Complexidade são aquelas que vivenciaram violações de direitos por ocorrência de: 1. Violência física, psicológica e negligência; 2. Violência sexual, abuso e/ou exploração sexual; 3. Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; 4. Tráfico de pessoas; 5. Situação de rua e mendicância; 6. Abandono; 7. Vivência de trabalho infantil; 8. Discriminação em decorrência de orientação sexual e/ou raça/etnia; 9. Outras formas de violação de direitos em decorrência de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar; 10. Descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em decorrência de violações de direitos.

Os atendimentos prestados nos CREAS visam contribuir para o fortalecimento das famílias atendidas buscando aprimorar sua função protetiva e para restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários do sistema. Essas intervenções visam ainda viabilizar a interrupção dos padrões violadores de direitos presentes na família; auxiliar na reparação de danos e na incidência de violação de direitos e de sua reincidência (MDS, 2009).

Os casos de abuso sexual são objeto de atendimento psicossocial. Esse atendimento visa possibilitar o fortalecimento da autoestima, o restabelecimento de uma convivência familiar e comunitária salutar, o enfrentamento e a superação da situação de violação de direitos e a reparação da violência sofrida (CFP, 2009). O Caderno de

Orientações lançado pelo Conselho Federal de Psicologia em 2009, após pesquisa realizada com profissionais que atuam na área, aponta estratégias de intervenção interessantes que visam nortear a equipe de trabalho em sua prática cotidiana.

Esse material ressalta a importância de que a equipe realize estudos de caso, em que possam trocar conhecimento e planejar intervenções futuras bem fundamentadas. Tais estudos permitiriam a melhor operacionalização dos atendimentos, um processo por meio do qual os profissionais podem refletir sobre os objetivos do acompanhamento prestado e procedimentos adequados a serem adotados em cada situação. O Caderno indica ainda atendimentos individuais e em grupos de apoio como possibilidades de intervenções nesse contexto de atenção a famílias de vítimas de abuso sexual. Cabe salientar que a despeito da ação efetuada, o profissional deve estar sempre comprometido “com uma perspectiva emancipatória, promotora de autonomia e consciência social, ou seja, deve proporcionar o empoderamento do sujeito, o desenvolvimento de uma consciência crítica e sua efetiva participação na sociedade” (CFP, 2009, p.56).

Os Cadernos de Orientação elaborados na última década para balizar a atuação de psicólogos/as e outros profissionais demonstram que grande esforço vem sendo realizado para que haja efetivação dos atendimentos prestados em situações de abuso sexual no âmbito da Política Nacional de Assistência Social. O desenvolvimento de estratégias de atenção a essas situações, no entanto, vai além da história de implementação da PNAS. Esse processo é marcado pela história da luta pelo estabelecimento e respeito aos direitos de crianças e adolescentes. A seguir apresentamos alguns fatos que marcam a criação dos programas de atendimento e permitem melhor compreensão do modelo atual de atenção em que um dos atores principais são os CREAS.

## *O CREAS e as Situações de Abuso Sexual*

A luta contra a exploração e o abuso sexual em nosso país alcança grande projeção no ano 2000, quando o Estatuto da Criança e do Adolescente completou 10 anos. Nesta ocasião, foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil. O Plano foi aprovado e lançado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, durante as comemorações do aniversário do ECA (CFP, 2009). O plano se organiza em torno de seis eixos principais: análise da situação (diagnóstico); mobilização e articulação; defesa e responsabilização; atendimento; prevenção e protagonismo infanto-juvenil.

A implantação do Plano Nacional, em especial do eixo que diz respeito ao atendimento prestado a crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual, resulta desse processo. Em 2000, a então Secretaria de Estado da Assistência Social, atual Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, realizou uma consulta técnica à rede de órgãos e instituições envolvidos em ações de enfrentamento a violência sexual. Dessa consulta surgiu a proposta de um atendimento especializado, multiprofissional e interdisciplinar que buscasse a construção de redes, dando atenção não apenas a crianças e adolescentes vítimas de violência, mas também a suas famílias. Com base nessa demanda, surge em 2002, o Programa Sentinela do Governo Federal, instituído no âmbito da assistência social, visando possibilitar o atendimento a vítimas de violência sexual e suas famílias (Comitê Nacional, 2006).

O Programa Sentinela foi elaborado para atender às determinações colocadas na CF/88, no ECA, na LOAS e no Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Infanto-Juvenil. Constituiu-se de um conjunto de ações especializadas e multiprofissionais dirigidas a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e suas famílias (Comitê Nacional, 2006). Este programa pode ser considerado a primeira ação

pública que visa à proteção social de crianças e adolescentes que vivenciaram situações de abuso e exploração sexual (CFP, 2009).

Em 2006, com a implementação da Política Nacional de Assistência Social, o Programa Sentinela é modificado e passa a integrar o Sistema Único de Assistência Social. Em lugar do Programa Sentinela, o SUAS oferece o Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e a suas Famílias. Esse serviço é prestado pela Proteção Social Especial de Média Complexidade, ofertada nos CREAS.

Atualmente o CREAS não desenvolve atendimento apenas às situações de violência sexual. O serviço disponível hoje para famílias que vivem em situação de risco social e pessoal é o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI. Assim como o Programa Sentinela, o PAEFI tem como objetivo o fortalecimento da convivência familiar e comunitária e a promoção de acesso ao sistema de garantia de direitos e serviços públicos que se mostrem necessários.

Nos CREAS as famílias são acolhidas e participam de atendimentos psicossociais. O termo “psicossocial” é ainda hoje associado a definições imprecisas e diversas. O guia lançado pelo CFP acerca do serviço de atendimento a vítimas de violência sexual (2009) afirma que o atendimento psicossocial é um instrumento fundamental no que se refere à garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Constitui-se assim, como um

“conjunto de atividades e ações psicossocioeducativas, de apoio e especializadas, desenvolvidas individualmente e em pequenos grupos (prioritariamente), de caráter disciplinar e interdisciplinar, de cunho terapêutico – não confundir com psicoterapêutico - com níveis de verticalização e planejamento (início, meio e fim), de acordo com o plano de atendimento desenvolvido pela equipe” (p. 50, CFP, 2009).

O acompanhamento prestado a famílias de vítimas de violência sexual nos CREAS vem sendo construído no dia-a-dia dessas instituições. Passaram-se apenas seis anos desde a implementação deste serviço. Diante disso, são indispensáveis estudos que visem compreender e problematizar essa realidade para possibilitar o aprimoramento e consolidação das ações.

É de suma importância também que sejam realizados estudos que busquem identificar as características de famílias que vivenciaram situações de abuso sexual, para que possam ser traçadas intervenções mais eficazes para esses casos. A ampliação do conhecimento sobre as demandas, necessidades e os serviços efetivamente prestados a esse público, torna viáveis reflexões acerca da prática profissional e dos atendimentos já prestados, em especial na área da psicologia que teve inserção recente nesse campo e ainda está em processo de construção de suas ações e intervenções no âmbito da assistência social.

### *Considerações Finais*

A reflexão sobre as diversas formas de organização das famílias brasileiras é um processo contínuo e histórico. Relações de parentesco, de solidariedade, de intergeracionalidade e de consanguinidade são alguns dos fatores que podem nos orientar na tarefa de definir o que é uma família e guiar as intervenções junto a elas. A família é o primeiro grupo social ao qual a pessoa tem acesso, é onde se constroem as primeiras relações, as primeiras concepções acerca do mundo e de suas vivências. Em razão disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente assegura em seu artigo 19 que toda criança ou adolescente tem direito a ser educado no seio de sua família ou, quando necessário, em família substituta, assegurando assim o contato familiar e comunitário.

A importância atribuída ao grupo familiar no desenvolvimento de crianças e adolescentes e mesmo no suporte a pessoas adultas é um dos fatores que levou a compreensão de que este é um grupo que deve ser protegido e cuidado pelo Estado. Assim, a família passa a ser alvo de políticas de proteção, o que cumpre a determinação da Constituição Federal de 1988 que assegura em seu artigo 226 que este grupo tem especial proteção do Estado. A Carta Magna deixa claro ainda que o Estado assegurará assistência a família e criará mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares (Art. 226, Parágrafo 8º, CF, 1988).

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS surge como uma das ações políticas que visam à proteção e ao bem estar da família. As ações da PNAS devem ser voltadas a esse grupo (PNAS, 2004) no intuito de fortalecê-lo para lidar com as situações de vulnerabilidade e risco social. Por muito tempo, as intervenções da Assistência Social foram direcionadas a situações de desfavorecimento socioeconômico. No entanto, as discussões recentes e as publicações que orientam a execução da política (PNAS, 2004; MDS, 2009; MDS, 2011) têm apontado que a Política de Assistência Social lida com processos de desigualdade e exclusão que podem resultar em situações pobreza e violência.

A atenção aos processos sociais que constituem essas situações é fundamental no âmbito de atuação da Política de Assistência Social. As desigualdades de poder que geram contextos de discriminação, subordinação e dominação devem ser foco de intervenção por estarem, muitas vezes, na raiz das situações de violência que acometem as comunidades e famílias a quem a PNAS deve prestar assistência.

Os CREAS são hoje a parte do Sistema Único de Assistência Social que presta atendimento às situações de violência. Sua integração com a comunidade e a percepção dos processos de exclusão social que perpassam a história da região que atendem são

fatores essenciais para que esses órgãos alcancem algum sucesso em suas intervenções. A compreensão de que as famílias que se apresentam para atendimento trazem consigo suas histórias e suas marcas, atravessadas por processos de desigualdades e exclusões sociais, é fundamental para que se possa pensar de forma efetiva em mecanismos de proteção e de transformação.

## **Perfil De Famílias Que Vivenciaram Situações De Abuso Sexual Em Um CREAS Do Distrito Federal**

O abuso sexual vem sendo muito pesquisado no meio acadêmico, entretanto, ainda se constata uma dificuldade grande de obter dados confiáveis sobre a incidência desse fenômeno. Lidchi (2009), durante o I Encontro Internacional sobre Violência na Família, que teve como foco o abuso sexual, mencionou que as estratégias que vêm sendo desenvolvidas pela Sociedade Internacional para Prevenção de Abuso e Negligência contra Crianças (ISPCAN) têm como objetivo incentivar a mensuração e o monitoramento do problema. A ISPCAN juntamente com a OMS vem desenvolvendo instrumentos de medida e divulgando definições do fenômeno visando maior conhecimento dessa realidade ao redor do mundo.

No período entre 2003 e 2009, o Disque Denúncia Nacional registrou cerca de 100.000 denúncias referentes a todas as violências contra crianças e adolescentes. Essas denúncias incluíam violência física e psicológica, violência sexual e negligência (Portal Pró-Menino). O último relatório publicado mostra aumento no número de denúncias em relação ao ano de 2010. São cerca de 50.000 de janeiro a agosto de 2011, sendo o DF responsável por 1125 denúncias no programa. O documento informa que 29% são referentes a violências sexuais e que destas, 72% referem-se a situações de abuso sexual.

No Brasil, estudos realizados por Cantelmo, (2010); Habizang e Caminha, (2004); Monteiro, Teles, Castro, Vasconcelos, Magalhães e Deus (2008), Penso e Neves, (2008); Ramos, (2010) e Santos, (2007) têm ressaltado que a violência intrafamiliar, entre elas o abuso sexual, é um grave problema a ser abordado em intervenções voltadas às famílias. Isso porque o grupo familiar media as situações vivenciadas por seus

membros e constitui importante fonte de desenvolvimento de estratégias para lidar com situações adversas.

O Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde da Organização Mundial da Saúde (2002) salienta que características familiares também podem influenciar na vivência de situações de violência. De acordo com o documento, a idade, a formação dos responsáveis, sua situação social, inserção no mercado de trabalho e características de personalidade são elementos que podem gerar um ambiente propício à ocorrência de violências (Runyan, Wattam, Ikeda, Hassan & Ramiro, 2002). Conhecer esses fatores é essencial para lidar com as situações de violência uma vez que a família é responsável pelos cuidados primários e pela proteção dispensados a crianças e adolescentes.

Outro fator importante apontado pelo relatório da Organização Mundial de Saúde é que pessoas que experienciaram violência intrafamiliar ao longo de sua história podem vir a repetir este padrão na educação e convivência com os filhos (Runyan & cols. 2002). Estudo realizado por Narvaz (2005) encontrou resultados que corroboram hipóteses nesse sentido. De acordo com a autora, pode haver ao longo das vivências cotidianas “a transmissão transgeracional de padrões aprendidos nas famílias abusivas, tanto de violência física quanto de violência sexual” (p. 122). Assim, famílias que vivenciaram situações de violência necessitam desenvolver habilidades para lidar com as marcas deixadas por essas experiências, no sentido de buscar estabelecer um ambiente saudável e protetivo para seus membros.

A história de vida de cada pessoa lhe ensina formas de agir e lidar com problemas; apresenta-lhe percepções e sentimentos; e pode ou não lhe oferecer recursos para lidar com situações conflituosas que o grupo familiar tenha enfrentado. Penso e Neves (2008) apontam que os pais buscam proteger e educar seus filhos como foram protegidos. Nesse sentido, aqueles que vivenciaram episódios de violência podem

apresentar maiores dificuldades no exercício da tarefa de reconstruir um ambiente familiar saudável após um episódio de abuso sexual.

Um estudo desenvolvido por Ramos (2010) corrobora não apenas a questão da transgeracionalidade, mas acrescenta o fato de que mulheres que foram vítimas de abuso sexual infantil têm maior probabilidade de se colocar na vida adulta em situações de risco, lidando com parceiros sexuais abusivos. Essas mulheres podem apresentar também dificuldades em buscar um ambiente protetivo para si e para outros.

Identificar as características de famílias que vivenciaram situações de violência e, nesse caso, de abuso sexual é, portanto, uma estratégia que pode auxiliar na elaboração de programas e projetos futuros de atenção a famílias. O conhecimento da realidade funcional e social dessas famílias favorece a construção de políticas, ações e intervenções mais eficazes. Pelisoli (2008) reitera essa idéia ao asseverar que esse grupo vem se tornando um objeto de estudos indispensável para a compreensão dos fenômenos vivenciados por seus membros dando suporte a intervenções que ajudem a minimizar os problemas advindos da situação de abuso sexual.

Este trabalho apresenta dados parciais de estudo que visou compreender as características de famílias que foram atendidas no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social do DF, em razão de um de seus membros ter sido vítima de abuso sexual infanto-juvenil. Os dados apresentados fazem parte de pesquisa de mestrado cujo objetivo principal foi caracterizar as famílias atendidas no CREAS em função da presença de abuso sexual, compreender a violência sofrida por elas e identificar as formas de atendimento prestadas a esse público.

Apresentamos nesse artigo o perfil sócio demográfico dessas famílias. Em primeiro lugar expomos características demográficas como a idade, a situação

socioeconômica, para em seguida mostrar o acesso a outros serviços, a composição familiar e as mudanças geradas pela situação de abuso sexual. Compreendemos que a ampliação do conhecimento sobre a realidade dessas famílias torna viáveis reflexões acerca da prática profissional e dos atendimentos prestados, em especial no que diz respeito à psicologia que teve inserção recente neste campo e ainda está em processo de construção de suas ações e intervenções no âmbito da assistência social.

### *Método*

Este artigo apresenta parte dos dados de pesquisa qualitativa que teve como objetivos compreender as características de famílias atendidas em um CREAS no Distrito Federal e que vivenciaram situações de abuso sexual e identificar as formas de atendimentos prestados a essas famílias. Neste texto apresentamos especificamente as características das famílias a partir do perfil sócio-demográfico.

A estratégia de coleta de dados foi um levantamento documental realizado nos prontuários das famílias atendidas pelo CREAS de Ceilândia. A coleta levou em consideração os registros feitos por profissionais do serviço e os documentos enviados à instituição solicitando acompanhamento e atendimento às famílias.

A seleção dos prontuários foi realizada por meio do exame das tabelas de registro de atendimento a casos de abuso sexual deste CREAS, as quais apontam casos que já foram atendidos pela equipe técnica. A busca por registros se deu a partir de duas tabelas utilizadas pela instituição para organizar e sinalizar os atendimentos prestados. Uma das tabelas, nomeada aqui como TABELA GERAL, continha registros de todos os casos acolhidos no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, no qual se insere o atendimento a casos de abuso sexual. Este documento é alimentado diariamente pela equipe do serviço, tendo sido retirada a

versão do dia 12 de setembro de 2011 para a busca de nossa pesquisa. A outra tabela, nomeada aqui como TABELA ESPECÍFICA, se referia apenas a casos de abuso e exploração sexual e era alimentada com os dados do serviço. Essa tabela foi analisada em sua versão de novembro de 2011.

Em primeiro lugar foi verificado se todos os casos que estavam na Tabela Geral e que se referiam à violência sexual estavam contidos também na Tabela Específica, deixando-a mais completa. Após essa verificação, a Tabela Específica de abuso e exploração sexual, que passou a ser utilizada, ficou com 354 casos ao todo. Em seguida foi aplicado um filtro no campo intitulado “violação apresentada” que dizia respeito à situação de violência que a requisição ou solicitação de serviço enviada ao CREAS apresentava, bem como a demanda exposta por usuários que procuraram atendimento espontaneamente. Nessa ocasião, foram utilizados os seguintes termos de busca: abuso sexual, violência sexual, assédio sexual e atentado violento ao pudor, comportamento libidinoso dos pais e estupro de vulnerável. Foi nosso entendimento que todos esses termos dizem respeito a situações de abuso sexual quando empregados contra crianças e adolescentes.

Foram retiradas então solicitações que apresentavam termos não relacionados diretamente à situações de abuso sexual, como: 1. exploração sexual, por ser uma forma diferenciada de violência sexual; 2. situações de adolescentes que vivem maritalmente com homens mais velhos; 3. requisições que tratam de dificuldades referentes a “diversidade sexual”; 4. solicitações sem demanda; 5. aquelas que apontam “duas crianças com brincadeiras sexuais”; 6. as que se referem a “menor com filhos” ou gravidez na adolescência. Após esse primeiro filtro, restaram 326 registros de famílias que vivenciaram situação de abuso sexual. O próximo critério foi selecionar os casos

que já apresentavam número de prontuário na Tabela Específica. Foram 154 casos nessa situação.

Foi utilizado em seguida, um critério relacionado ao ano de atendimento dos casos. No início de 2009, o CREAS contava com duas profissionais, uma psicóloga e uma assistente social. Ao longo do ano recebeu uma nova equipe, que permitiu o atendimento mais célere da demanda. Por isso, foram escolhidos prontuários que passaram por atendimento a partir desse ano para compor a amostra.

Foi considerado para estabelecer um marco cronológico também, o fato de que a Política Nacional de Assistência Social, em que se insere o CREAS, foi lançada em 2004 e que a efetivação do Sistema Único de Assistência Social no DF se dá a partir desse ano. O atendimento a casos de abuso sexual na assistência social é, portanto, bastante recente. Esses dois fatores justificaram a escolha do ano de 2009 como um marco importante para a efetivação do serviço.

A Tabela Específica apresenta um campo em que registra o especialista, psicólogo ou assistente social, que prestou atendimento a família. Por meio de um filtro, foram retirados dentre os 154 prontuários, aqueles que foram atendidos por profissionais que não compunham mais a equipe a partir de 2009. Restaram então, 85 prontuários. Por fim, entre esses foram retirados todos aqueles casos em que não houve um atendimento efetivo, seja porque a família havia se mudado, seja porque nunca compareceram a nenhum atendimento, ou seja, não tiveram contato com a equipe. Foram retirados ainda aqueles em que houve algum contato, mas apenas para informar a mudança de endereço ou a impossibilidade do atendimento. Restaram assim, 40 prontuários que foram lidos e catalogados de acordo com o roteiro (Anexo A) que foi elaborado.

Cabe ressaltar que os casos enviados ao CREAS como suspeita de abuso sexual foram selecionados para coleta quando no registro a vítima ou a família afirmou ter

ocorrido o abuso e o caso passou por intervenções em razão disso na instituição. Situações de abuso sexual passadas que não foram atendidas em 2009 não fizeram parte da coleta. Já as que tiveram o atendimento iniciado antes de 2009, mas que prosseguiram até esse ano foram consideradas. Foram incluídos, portanto, na coleta e análise os registros de famílias que foram encontradas e atendidas. Tal procedimento possibilitou o acesso a informações sócio-demográficas, estruturais e sociais dessas famílias.

A coleta se deu com base em um roteiro que incluiu informações sobre composição familiar, características sócio-econômicas, educacionais, histórico de vivência de violências, informações sobre o abuso sexual e os envolvidos no episódio. A coleta foi realizada em 2012, após anuência do Comitê de Ética do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília.

#### *Características Das Famílias Atendidas No CREAS da Ceilândia*

As famílias que vêm sendo atendidas no CREAS da Ceilândia, cidade satélite do Distrito Federal, em razão de situações de abuso sexual são jovens e em sua maioria monoparentais. A Tabela 1 mostra essa realidade.

Em mais da metade dos casos examinados, vinte e dois (22), a vítima de abuso sexual reside apenas com a genitora e outras crianças e adolescentes, sem um segundo adulto de referência presente na mesma residência. Entendemos que essa condição de monoparentalidade possa ser uma consequência do abuso e do afastamento do agressor do lar. Três (3) situações mostram a genitora residindo com os filhos na casa de familiares. Por fim, constatamos que em nove (9) casos a vítima de abuso sexual passou a residir com outros familiares, conhecidos ou em um abrigo.

Tabela 1  
**Composição Familiar**

Responsáveis	Irmãs e irmãos que residem com a vítima			Outras crianças e adolescentes <sup>a</sup>		Total		
	Acima de 18 anos <sup>b</sup>	Abaixo de 18 anos <sup>b</sup>	Acima e abaixo de 18 anos <sup>b</sup>	Sim	Não			
Mães sozinhas		17	1		4	22	27	MÃES
Mães e padrastos		1			1	2		
Mãe e outros familiares		1		2		3		
Mãe e pai			1	1		2	2	
Pais sozinhos						0	2	PAIS
Pais e madrastas		2				2		
Pais e outros familiares						0		
Tias	1			3		4	9	OUTROS
Avó		1			2	3		
Abrigo/outros				1	1	2		
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>22</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>40</b>		

**Nota.** O total de responsáveis é de 47 pessoas.

<sup>a</sup> – Outras crianças e adolescentes: essas colunas referem-se a outras crianças e adolescentes que residem com a família que não sejam a vítima, nem seus irmãos e irmãs. <sup>b</sup> Foram consideradas as idades das crianças e adolescentes no ano de 2009.

É interessante ressaltar que dos quarenta e seis (46) adultos responsáveis (contando dois adultos para famílias que tem mãe e pai, mãe e padrasto ou pai e madrasta), trinta e oito (38) são do sexo feminino. Esse resultado deixa claro que ainda hoje a mulher permanece como responsável majoritária pelo núcleo familiar, prestando cuidados e proteção aos que residem consigo.

Essa é a realidade de Ceilândia no Distrito Federal. Acreditamos que situação semelhante se repita em outros contextos de vulnerabilidade social. Cabe à mulher, portanto, o dever de buscar auxílio, de procurar possibilidades de reorganização familiar e meios para lidar com as dificuldades que assolam sua família. Esses dados corroboram as questões levantadas por Praciano (2011). A autora pesquisou a história de três gerações de mulheres de famílias pobres de Manaus. Os resultados do estudo chamam atenção para a ausência dos homens no desenvolvimento das crianças e no provimento de afeto e habilidades emocionais.

Estudo de Samara datado de 1992 que buscava conhecer as famílias no século XIX em São Paulo já apontava, nesse outro momento da história brasileira, dados similares. A análise dos documentos da época e de resultados do censo do período permitiu que ela constatasse que um terço das famílias já era chefiada por mulheres, seja por viuvez ou por ausência do marido. Da mesma forma, Soihet (2007) salienta que em nossa história as organizações familiares apresentavam diversas formas, no entanto, ressalta que as mulheres eram as pessoas de referência em inúmeros grupos familiares.

No que concerne à situação atual de nossa sociedade, Melo (2005) salienta que há uma tendência para a redução do tamanho das famílias e um aumento na proporção de grupos familiares que têm mulheres como pessoa de referência. Dados do PNAD/IBGE (2009) corroboram essa colocação, indicando que no DF há grande número de famílias (43%) nessa situação. Dados do Censo de 2010 indicam que nos últimos dez anos houve um aumento no número de famílias chefiadas por mulheres – a proporção cresceu de 22% para 37,3% entre os 57 milhões de domicílios recenseados (IBGE, 2012).

As dificuldades encontradas por donas de casa de baixa renda descritas no estudo de Santos e Diniz (2011) se assemelham àquelas encontradas por nós nesse trabalho. São mulheres que enfrentam uma sobrecarga de tarefas, pois além de proverem o sustento básico da família, realizam sozinhas os trabalhos domésticos e possuem poucas ou nenhuma condição de descanso e lazer.

O lugar assumido por essas mulheres demarca a manutenção de uma visão tradicional dos papéis de gênero. Nessa perspectiva, as mulheres assumem uma múltipla jornada, sendo responsáveis, pela administração e os cuidados com o lar, a educação dos filhos e a busca pelo bem estar da família, além do trabalho que muitas vezes realizam fora de casa (Diniz & Pondaag, 2004). Essas mulheres contam com pouco ou nenhum auxílio dos companheiros. O fato é que mulheres são cobradas pela permanência nesta

posição por seus familiares, pela comunidade e pelas instituições que prestam atendimento.

As mulheres podem ser e são frequentemente responsabilizadas pela ocorrência de violências contra crianças e adolescentes no âmbito familiar, por falharem na tarefa de prestar cuidados e proteção a seus filhos e filhas. A visão tradicional de que as mulheres são responsáveis pelos cuidados com a família pode fortalecer essa crença de que são culpadas pelas situações de violência que ocorreram contra essas crianças e adolescentes. Essa situação pode gerar fragilidade emocional e afetiva nessas mulheres.

Em nosso estudo, constatamos por meio dos registros nos prontuários examinados a presença em alguns dos casos de relatos de culpa, receio ou ainda sentimento de desqualificação enquanto mulher e enquanto parceira por parte das genitoras. Isso evidencia a baixa auto estima que as envolve nesse complexo arranjo construído em torno dos papéis de gênero que resvala para o contexto da violência.

A crescente ausência masculina no cotidiano dessas famílias é outro fator que fortalece a crença de que a responsabilidade pelas violências vivenciadas é das mulheres, já que são as responsáveis diretas pelos cuidados e proteção com os/as filhos/as. Esse é um mito contraditório se considerarmos que boa parte das situações de abuso sexual é perpetrada por genitores e padrastos. Ainda assim, as genitoras, avós, tias e outras mulheres que ocupam o lugar de cuidadoras são vistas como algozes, recebendo parcela de culpa nesses episódios de violência por não protegerem as crianças e adolescentes.

É preciso lembrar que a ausência crescente das figuras masculinas no cotidiano familiar, em especial do ponto de vista afetivo e social, resulta em falta de suporte familiar e dificuldades para lidar com os obstáculos diários enfrentados pelas famílias no que diz respeito às estratégias de cuidado e proteção. Os genitores, avós e tios devem

ser visos também como responsáveis nesse contexto de violação. É necessário que se busque novas possibilidades de arranjos sociais, tais como a ampliação do número de creches e escolas públicas integrais de forma que o cuidado não seja centralizado na figura feminina.

Estudo conduzido por De Antoni e Koller (2000) apresenta dados interessantes que discutem essa predominância da figura feminina nos contextos de cuidado e os desgastes que isso pode provocar. O estudo aborda a percepção que adolescentes que vivenciaram situações de violência têm acerca de seus pais e mães. A pesquisa sinaliza que elas percebem como igualitárias as atribuições de pais e mães em seu dia-a-dia. As autoras constataram, no entanto, que a figura paterna está geralmente ausente na vivência dessas adolescentes. Pode haver, dessa forma, um desgaste com a figura materna que é quem efetua os cuidados diários para com elas e quem demarca os limites.

A mãe ocupa, portanto, um lugar marcado também por uma sobrecarga afetiva. Esse fator pode nos ajudar a compreender as situações de conflito mãe-filhos/as muitas vezes vivenciadas por esses grupos familiares que têm, em sua grande maioria, uma mulher como principal ou única cuidadora. O contato diário, o esforço para o estabelecimento de regras e a busca constante de reorganização desse espaço coloca em evidência a sobrecarga que recai sobre as mulheres, o que pode tornar sua imagem mais desgastada e, em alguns casos, pouco afetiva e também efetiva.

A idéia de que as mulheres são as responsáveis principais pelos cuidados de crianças e adolescentes fica evidente em dois casos encontrados entre os prontuários examinados em nosso estudo. Na primeira situação, uma adolescente e uma jovem, com quatorze (14) e dezoito (18) anos, respectivamente, foram atendidas no CREAS por serem vítimas de abuso sexual perpetrado pelo padrasto. A mais nova tinha quatro (4)

anos quando foi abusada pela primeira vez e a mais velha, cerca de dez (10) anos. A princípio, os relatos no prontuário apontam que as meninas foram abrigadas. Mas não há detalhes sobre o procedimento.

Situações de abrigamento ocorrem, em geral, quando as avaliações realizadas mostram que as crianças e adolescentes abusadas ainda se encontram em situação de risco e podem ser vítimas de novas violações se permanecerem em companhia de sua família nuclear ou extensa. Essa é uma decisão judicial que pode estar embasada em estudos psicossociais realizados pelos Setores Psicossociais Jurídicos. O juiz responsável pode também acatar a solicitação de Conselhos Tutelares ou a sugestão de órgãos de acompanhamento, como é o caso do CREAS.

Por ocasião do atendimento no CREAS, as adolescentes já haviam retornado ao convívio familiar, mas foi possível conhecer aspectos da situação de abrigamento por meio dos relatórios enviados ao CREAS pela Vara da Infância e da Juventude que traçaram o histórico de intervenções prestadas. Nesses documentos foi possível constatar que as meninas enfrentaram com grande dificuldade a distância da mãe e da família durante o período de abrigamento. Os relatos mostram que as adolescentes fugiam do abrigo para a casa da genitora e depois retornavam.

Nos relatórios e documentos enviados ao CREAS há relatos de que o genitor vive em outro estado. O Setor Psicossocial Jurídico entrou em contato com este senhor e verificou que ele tinha disponibilidade para receber as filhas após a situação vivenciada por elas. Contatado e informado da situação, o pai chegou a vir ao Distrito Federal e ficou alguns meses hospedado na casa da mãe de suas filhas. No entanto, foi embora sem levar consigo as filhas. Não há informações claras nos registros sobre a justificativa para a permanência das meninas no Distrito Federal.

Nos atendimentos prestados pelo CREAS, não há registro de contato com este senhor. A leitura dos documentos sugere que esta alternativa não foi considerada durante os atendimentos no CREAS. A falta de contato com o genitor mostra que sua aproximação não foi vista como uma possibilidade de suporte para que a mãe e as filhas pudessem lidar de forma mais apropriada com a situação de violência e com outras dificuldades presentes em seu cotidiano.

Na segunda situação, uma criança atendida pelo CREAS quando tinha nove (9) anos foi abusada sexualmente por três primos. Os abusos começaram a ocorrer quando ela tinha quatro (4) anos e foram interrompidos quando ela tinha seis (6) anos. Ela residia com o genitor e a madrasta e passou por diversas instituições de atendimento, entre elas, órgãos judiciais. O prontuário traz um relatório do Setor Psicossocial Jurídico que detalha algumas das intervenções prestadas naquele setor. O documento aponta negligência do genitor que não queria registrar a denúncia de violência. A revelação foi feita pela madrasta da criança, contra a vontade do genitor. Diante da situação de negligência, este relatório sugere que a Justiça Eleitoral seja acionada para encontrar a genitora da criança. Vale salientar, no entanto, que a menina nunca residiu com a mãe e que desde muito pequena residia com a avó paterna. O foco das intervenções em busca de uma referência de cuidado e proteção outra vez se volta para a genitora, ainda que o guardião da infante seja o pai. Não foram feitas intervenções no sentido de fortalecer o papel de protetor e cuidador do pai, pessoa com quem a criança contava.

Posturas de atendimento e medidas que possam viabilizar o contato com outras figuras de referência na vida de crianças e adolescentes são valiosas. Podem compor o cotidiano das intervenções voltadas a vítimas de abuso sexual desde que tenham como foco o par parental e não apenas figuras femininas, como genitoras, avós e tias. A utilização desses recursos para encontrar as mulheres e a pouca visibilidade alcançada

por genitores que se disponibilizam a estar com os/as filhos/as são questões que escancaram o quanto ainda estamos enraizados em uma visão tradicional de papéis de gênero. Fica claro, por meio de ações como estas, que homens são vistos como provedores e responsáveis por cuidados materiais, mas não afetivos. A parte afetiva, de cuidado e de proteção constitui um encargo que é, prioritariamente, delegado às mulheres.

O fato de que em nenhum dos prontuários analisados o genitor era o único responsável, conforme podemos observar na Tabela 1, também corrobora essa cultura de cuidados delegados às mulheres. Em apenas quatro (4) famílias a vítima residia com o pai. Em duas (2) delas a mãe também está em casa e nas outras duas (2), a madrasta auxilia o genitor nos cuidados aos/às filhos/as.

Essa perspectiva, que assume e reforça que mulheres são responsáveis pela manutenção da família, traz outra questão para nossa discussão: a dificuldade para que ocorra a separação entre a genitora da vítima e o parceiro agressor, ação que culminaria fatalmente no desmembramento do núcleo familiar constituído. A dificuldade em afastar o agressor – genitor ou padrasto – do lar é evidente, e só ocorre em alguns casos em função de intervenção judicial.

Vários fatores podem estar associados à relutância da genitora em separar-se do parceiro ou mesmo proceder à denúncia e afastar o agressor. Santos e Dell’Aglia (2009) apontam como fatores relacionados a essa situação as ameaças realizadas pelo abusador, o medo de perder a família constituída e o receio sobre o julgamento da sociedade e de familiares no que se refere ao seu desempenho no papel de mãe. O mesmo estudo ressalta também situações em que a genitora continua em contato constante com o agressor em razão de dependência financeira e afetiva, o que pode resultar na falta de apoio a vítima. O envolvimento e conhecimento desses fatores complexos devem ser

considerados para que a decisão sobre o futuro dessas famílias não recaia sobre as mulheres, a quem se dirige o imperativo de proteção às crianças e adolescentes. O grave quadro de desigualdades sociais que vivenciam e a falta de oferta de suporte financeiro por parte dos ex-parceiros, pais das crianças e/ou adolescentes abusadas assim como de suporte social adequado por meio das Políticas Sociais são outras questões que devem ser consideradas nesse contexto.

É importante ressaltarmos que o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê em seu artigo quarto que é também dever do Poder Público assegurar a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, como descrito a seguir:

É dever da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Artigo 4, ECA, 1990).

O artigo é seguido por um parágrafo único que assegura a prioridade dessa população na formulação e execução de políticas sociais. Da mesma forma, a Constituição Federal em seu artigo 226 afirma que a família tem especial proteção do Estado. Diante de todos esses aparatos legais, que colocam também o Estado e a sociedade como responsáveis pela proteção de crianças e adolescentes, não faz sentido que as mulheres continuem sendo vistas como as únicas responsáveis pelos cuidados prestados a esse público. Essas mulheres são cidadãs que devem participar desse processo de proteção, mas devem e precisam contar com o suporte do Estado que também é ator central nessas situações e não coadjuvante.

Um dos registros analisados traz uma história que ilustra essa questão, em que foi necessária intervenção judicial para o afastamento do agressor e em que o suporte prestado à genitora é precário. Uma senhora vivia com seus seis (6) filhos/as e o companheiro. Dos seis (6) filhos/as, dois (2) eram filhos/as do casal e os outros quatro

(4) não eram e não tinham qualquer contato com os pais. Não foi possível, por meio dos registros verificar se são filhos do mesmo pai.

Trata-se de uma família humilde, com vivência rural. Sobreviviam do trabalho do casal na chácara do patrão, onde residiam. Uma das filhas dessa senhora, uma adolescente de treze (13) anos por ocasião do atendimento, relatou a genitora que vinha sofrendo abuso sexual por parte do padrasto, com investidas cada vez mais fortes. Há relato de duas situações de abuso contra ela no prontuário. A adolescente revelou à mãe a situação quando tinha doze (12) anos. De acordo com os relatos, ela se separou do padrasto e passou a residir somente com os filhos na casa de seus pais. Essa separação e afastamento durou breve período. Logo em seguida, a genitora e os/as filhos/as retornaram ao lar onde residiam com o agressor. A adolescente, então, fez a denúncia na escola, com bastante sofrimento e angústia, tornando a situação pública.

A família em questão passou a ser acompanhada por diversos órgãos governamentais no sentido de promover uma reorganização que atendesse às necessidades de seus membros. O prontuário da família ressalta que, apesar da diferença de idade entre o casal – ela era cerca de vinte (20) anos mais velha que ele – a senhora apresentava uma dependência financeira e emocional muito grande em relação ao companheiro. Ela o tinha como apoio do provedor, sentia-se segura a seu lado e tinha dificuldades de separar-se. Além disso, a genitora salientava como agravante para a separação o fato de que viviam num ambiente muito perigoso e que por isso temia residir sozinha com os filhos. O fato lamentável é que a situação se prolongou por mais dois anos após a denúncia e o relato da jovem, que receava novos abusos, ocasião em que o Ministério Público acabou por determinar o afastamento do agressor.

Outras duas situações distintas mostram a confusão familiar que se instala ao redor do que é esperado pela genitora e o afastamento da vítima. Há entre os casos

examinados uma situação em que uma adolescente sofreu abuso contínuo por parte do padrasto por cinco (5) anos, fato que só foi revelado quando ela tinha doze (12) anos. A família apresentava histórico de negligência severa, tendo a jovem já residido em um abrigo antes da violência sexual. Após a revelação, ela voltou a viver em uma instituição. Quando o CREAS procurou a família para atendimento, a adolescente ainda estava no abrigo.

Os registros informam que a genitora teve nove (9) filhos e que pela primeira vez conta com o auxílio de um companheiro para prestar cuidados aos filhos. Diante disso, não cogita a possibilidade de abrir mão deste relacionamento que lhe parece benéfico. O padrasto assumiu os abusos cometidos. A genitora informa que acredita na regeneração do companheiro, que atualmente é evangélico, e que sabe da necessidade de seu perdão. Em contato com profissionais da instituição em que a jovem se encontra, a psicóloga relata que não vê possibilidades de reintegração dela à família. O trabalho foi dirigido para fortalecê-la. A equipe do abrigo acredita na possibilidade de manutenção de vínculos com a família por meio de visitas familiares a instituição.

Há ainda situações em que os relatos deixam evidente o descrédito da genitora acerca da ocorrência do abuso a despeito de todas as provas. Tal fato também sinaliza uma situação de dependência em relação ao agressor. Um dos registros coletados apresenta a situação de uma família composta pelo casal, três (3) filhos e uma (1) enteada. O padrasto foi acusado de abusar sexualmente da enteada que tinha seis (6) anos na época dos abusos e dez (10) anos por ocasião dos atendimentos. Além disso, pesa contra ele também acusação de abusar sexualmente de uma de suas filhas que tinha quatro (4) anos quando teve início os atendimentos. Não foi possível saber quantos anos a filha tinha quando se iniciaram os abusos contra ela.

Desde a revelação, a criança mais velha passou a residir com tias e tios maternos em outro estado. Permaneceram juntos o casal e seus três (3) filhos. Após determinação judicial, o pai/padrasto agressor foi afastado da família. No entanto, esse afastamento ocorreu sob fortes protestos da genitora que não acreditava na situação de violência e relatava grande fragilidade para prestar sozinha cuidados aos filhos. Atualmente, ele está preso e foi condenado após julgamento a um período de reclusão alto, o que deixa evidente que houve comprovação dos fatos. A genitora costuma visita-lo e pretende voltar a relacionar-se com ele após sua liberação, ainda que o relatório aponte a presença de muitos conflitos atuais com ele e sua família, em razão da prisão, pela qual eles a culpam.

Nessas situações há dificuldades para manter o contato da vítima com seu núcleo familiar. A pessoa abusada acaba sendo ela castigada com seu afastamento da família após a violência vivida. O estudo realizado por Pelisoli (2008) ressalta a dificuldade de manter a rotina da criança e da adolescente após a situação de violência sofrida. Ela salienta que em alguns casos acaba-se por afastar a vítima do convívio familiar, e não o agressor, fato que além de modificar sua rotina, pode contribuir para uma culpabilização interna que resulte em diminuição da auto-estima. A reorganização familiar se dá no sentido de proteger a vítima de uma maneira alternativa ou negligencia sua proteção. Essa medida interrompe seu contato com parte ou com toda a família em prol da permanência do agressor. O fato lamentável é que esse tipo de ação prevalece em razão de situações adversas enfrentadas por esses grupos familiares.

É indiscutível, portanto, a necessidade de apoio por parte da família extensa ou de outras pessoas significativas e próximas às crianças e adolescentes em grupos familiares em situação de vulnerabilidade e violações de direitos como, as estudadas nessa pesquisa. Isso fica evidente também nas situações em que as crianças e adolescentes não

residem na companhia de nenhum dos pais. O caso de uma adolescente e uma criança que foram residir com conhecidos, sem nenhum laço consanguíneo após a violência sexual vivenciada pela menina ilustra essa situação inusitada. A genitora da adolescente faleceu. Ela, com doze (12) anos, e o irmão, com onze (11) anos, passaram a residir apenas com o pai. A adolescente namorava um vizinho que a forçou a ter relações sexuais com ele. Após o episódio e diante do abandono vivenciado pela vítima e por seu irmão, a mãe de uma amiga os acolheu em sua casa, passando os dois a residirem com ela, seu companheiro e seus filhos, sem qualquer auxílio do genitor.

Essa circulação de crianças é uma forma popular de solucionar conflitos, já que permite a criança e/ou adolescente ter acesso a cuidados e proteção, e, em alguns casos, manter o vínculo que possuem com pessoas significativas para si. Sarti (1994) aponta que essa circulação de crianças, caracteriza um padrão de comportamento entre famílias mais vulneráveis baseadas em um dar, receber e retribuir contínuos. Entre as famílias pobres constitui-se “um sistema de obrigações morais” (Sarti, 1994, p. 53). Esse processo de lidar com as crianças fora da estrutura da família nuclear não figura como escolha, é uma estratégia de sobrevivência. Macedo (2008) também discute a questão e salienta que há certa obrigatoriedade no cotidiano dessas famílias no sentido de permitir o acesso dessas crianças e adolescentes a outras pessoas que possam lhes dar suporte, para que suas necessidades e a demanda por ajuda possam ser supridas.

A importância do apoio prestado por pessoas de referência que não pertencem à família nuclear fica evidente em outra situação encontrada em nosso estudo: o nascimento de crianças frutos da situação de violência. A gravidez advinda do abuso sexual é uma das consequências orgânicas dessas situações apontadas também pelo estudo de Azevedo, Guerra e Vaiciunas (2000). As autoras ressaltam que, embora seja uma consequência orgânica, a gravidez, nesses casos, pode resultar em implicações

psicológicas para a vítima, fator que fortalece a necessidade de acompanhamentos e do suporte de outros familiares.

Encontramos dois (2) casos de nascimento de crianças em função de abuso neste estudo. Um dos bebês é filho de uma adolescente com um conhecido da rua que a violentou por quatro (4) vezes, portando arma de fogo durante o ato. A jovem tinha dezessete (17) anos por ocasião do atendimento no CREAS e contava com o auxílio da genitora para cuidar do bebê. O prontuário indica que quando o acompanhamento teve início a gravidez já tinha cinco meses. Não há relatos de que ela tenha pensado acerca da possibilidade de aborto, já que seria legal nessa situação. Também não há registros de que essa possibilidade tenha sido mencionada nos atendimentos, inclusive porque em decorrência do tempo de gestação esse procedimento já não seria possível.

Em relatos posteriores, os membros dessa família deixaram transparecer que o contato com o agressor é frequente e que ele auxilia no sustento do filho. Os registros retratam a confusão nas falas dos familiares ao longo dos atendimentos. Fica evidente que eles têm dificuldade de avaliar se a presença do pai do bebê é boa ou ruim. A genitora da adolescente tem outros dois (2) filhos, um de onze (11) anos, e um de seis (6) anos que também estão sob seus cuidados. Não é incompreensível, portanto, que ela ache plausível a presença e o auxílio do agressor apesar da violência sofrida. Os sentimentos e opiniões da adolescente acerca desse assunto não ficam claros nos registros. Isso pode ter ocorrido porque ela não falava sobre a questão nos atendimentos ou porque essas questões não foram registradas de forma adequada.

No segundo caso, encontramos a presença de violência incestuosa. O genitor abusou sexualmente de sua filha adolescente de quinze (15) anos por vários anos. A violência parece ter se iniciado quando ela tinha cerca de seis (6) anos e só foi interrompido quando a adolescente engravidou em razão da violência. O abuso resultou,

portanto, no nascimento de uma criança. Por ocasião dos atendimentos, a genitora relata não ter desconfiado da situação e se mostrou muito mobilizada e fragilizada. A mãe e os três (3) filhos passaram a residir na casa da avó materna, onde uma tia e a avó auxiliavam nos cuidados prestados a vítima e a sua filha. Entretanto, ao fim do acompanhamento, há registro de que a genitora voltou a residir com os dois (2) filhos menores, um de treze (13) anos e um de dez (10) anos, em sua antiga residência, enquanto a adolescente e sua filha, continuaram a residir com a avó materna. O genitor, em razão da violência, não mantinha contato com nenhum dos filhos.

Os relatos iniciais indicam que a genitora ficava bastante agressiva frente às cobranças que lhes eram feitas sobre a situação da filha. O fato de o abuso sexual só ter sido revelado após a gravidez da jovem fazia com que a família afirmasse que ela não foi protetiva e que expôs a filha a situações de risco, o que a deixava muito alterada. O suporte da família extensa nesse caso foi essencial para a adolescente, embora tenha sido conflituoso para a genitora. Esse contato permitiu que a adolescente pudesse lidar com essa situação incomum e estabelecer uma boa relação com a filha.

A existência de famílias numerosas e com presença de muitas crianças e adolescentes é outro fator que torna indispensável o suporte prestado pelas famílias extensas. Essa é outra realidade encontrada em nosso estudo. A Tabela 1 aponta que em vinte e duas (22) famílias a vítima reside com irmãos menores de dezoito (18) anos e em duas (2) com irmãos menores e maiores de dezoito (18) anos. Em outras sete (7) há a presença de outras crianças e adolescentes, que não são irmãos e irmãs da vítima, no local em que ela reside.

Essa situação sinaliza que são famílias jovens, com muitas crianças e adolescentes. Outro dado encontrado que indica que tratamos com famílias jovens é a idade dos/as adultos/as responsáveis por esses grupos, conforme aponta a Tabela 02.

Tabela 2

**Distribuição das/os Responsáveis Pelas Crianças e Adolescentes Por Idade**

	18-24 Anos	25-30 anos	31- 40 anos	Mais de 40 anos	Não informada.	Total
Mães	1	5	19	3	1	29
Pais		1	1	1	1	4
Madrastas		1			1	2
Padrastos			1	1		2
Tias		1		2		3
Avós				2	2	4
Outros		2				2
<b>Total</b>	1	10	21	9	5	46

Constatamos que as/os responsáveis principais pelas famílias, ou seja, trinta e uma (31) pessoas têm em sua maioria entre 25 e 40 anos. Apenas dez (10) pessoas estão fora desse intervalo: nove (9) têm mais de 40 anos e uma (1) tem menos de 24 anos. Não foi possível saber a idade de cinco (5) pessoas.

Pelisoli (2008) caracteriza em seu estudo famílias que apresentam problemas psicossociais. Os elementos apresentados pela autora podem ajudar a compreender porque famílias jovens e numerosas, em que há grande contato com a família ampliada, têm maior probabilidade de enfrentar tais situações. De acordo com ela, os grupos familiares que lidam com problemas psicossociais frequentemente apresentam menor coesão, definida em seu trabalho como uma aproximação emocional ou apego entre os membros da família, e relações hierárquicas inadequadas, ou seja, são famílias que tendem a apresentar dinâmicas muito igualitárias ou muito hierárquicas. Ela aponta que alguns limites transgeracionais podem não estar muito claros nessas organizações familiares, quando a relação entre pai e filho ou mãe e filho é mais coesa que a díade parental, ou quando ocorre uma inversão hierárquica e os filhos têm maior poder que os pais.

Nas jovens famílias que compõem nosso estudo, o limite transgeracional parece ser substancialmente reduzido, uma vez que os relatórios apontam que algumas das adolescentes têm atribuições em seu cotidiano que lhes conferem status de adultas.

Essas atribuições vão desde atuar como auxiliar no cuidado com os irmãos a desenvolver atividades laborais para ajudar no sustento da família. Por outro lado, a tentativa das genitoras em buscar restabelecer a organização de suas famílias pode aumentar o nível de coesão de seus membros pela proximidade que exige, mas em muitos casos não restabelece a hierarquia de forma adequada tendo em vista o envolvimento de tantas pessoas do conjunto familiar nessa situação.

Os/as profissionais que prestam atendimento a essas famílias têm importante tarefa a desempenhar, pois devem buscar propiciar um espaço acolhedor e compreensivo no que concerne às dificuldades enfrentadas, para que possam identificar as vulnerabilidades e as pressões sociais que essas famílias enfrentam. Precisam também estar atentos/as às questões de gênero que perpassam as famílias e constituem elemento fundamental para compreender as situações de violência. A intervenção do/a profissional no sentido de buscar transformações e lidar com as questões de gênero que se apresentam a eles/as não se restringe ao atendimento em si, mas perpassa as avaliações, os convites para atendimento e a busca da aproximação da família de forma geral.

Os relatos de caso deixam evidente que muitos fatores estão relacionados às situações de violência vivenciadas pelas famílias atendidas. Merecem atenção e problematização as dificuldades socioeconômicas e/ou de acesso a serviços. Essas dimensões serão exploradas com mais detalhes a seguir.

#### *Acesso a Serviços Básicos Como Espaço de Transformação*

A baixa escolaridade tanto dos adultos presentes nessas famílias quanto das crianças, que já se encontram atrasadas em seu desempenho educacional, é um fator presente no cotidiano das famílias. A Tabela 3 deixa evidente essa situação.

Tabela 03

**Distribuição dos Responsáveis Pelas Famílias de Acordo Com a Escolaridade.**

	EF I IN <sup>a</sup>	EF I COM <sup>b</sup>	EF II IN <sup>c</sup>	EF II COM <sup>d</sup>	EM IN <sup>e</sup>	EM COM <sup>f</sup>	ES IN <sup>g</sup>	ES CO <sup>h</sup>	NI <sup>i</sup>	TOTAL
Mãe	8	3	9	6	1	4			4	35
Pai	1		2	1					3	7
Resp.		2	1						3	6
Total	9	5	12	7	1	4			10	48

**Nota.** <sup>a</sup> EF I IN→ Ensino Fundamental 1 Incompleto. <sup>b</sup> EF I COM→ Ensino Fundamental 1 Completo. <sup>c</sup> EF II IN→ Ensino Fundamental 2 Incompleto. <sup>d</sup> EF II COM→ Ensino Fundamental 2 Completo. <sup>e</sup> EM IN→ Ensino Médio Incompleto. <sup>f</sup> EM COM→ Ensino Médio Completo. <sup>g</sup> ES IN→ Ensino Superior Incompleto. <sup>h</sup> ES COM→ Ensino Superior Completo. <sup>i</sup> NI→ Não há informações sobre a escolaridade do/a responsável no prontuário.

No que concerne à escolaridade dos adultos, constatamos que a maioria cursou até o Ensino Fundamental. Entre as trinta e cinco (35) genitoras que participaram dos atendimentos e que são, em alguma medida, responsáveis por seus filhos apenas quatro (4) têm o Ensino Médio completo e uma (1) o Ensino Médio incompleto. Em quatro (4) casos a escolaridade não foi informada e todas as outras têm o Ensino Fundamental completo ou incompleto. No caso dos genitores, só foi possível saber a escolaridade de quatro (4) deles. Todos cursaram o Ensino Fundamental, como aponta a Tabela 3. A escolaridade dos outros/as adultos/as da família não foi informada nos prontuários.

Esses dados revelam a dificuldade enfrentada por essas famílias de acesso a serviços básicos, como a educação. Esse processo contribui para aumentar a situação de vulnerabilidade e de exclusão social. A baixa permanência destas pessoas nos ambientes educacionais pode estar relacionada ao engajamento em atividades laborais com vistas a promover o sustento material das famílias. A necessidade de sobrevivência pode levar ao ingresso precoce dessas pessoas no mercado de trabalho, muitas vezes com pouca ou nenhuma qualificação profissional, o que resulta em baixas remunerações e na necessidade de apoio financeiro via políticas sociais. A Tabela 4 expõe essa realidade.

Tabela 04

**Distribuição das Famílias Por Benefício Que Recebem e Renda Mensal.**

Benefícios	Famílias que recebem até 3 SM <sup>c</sup>	Famílias que recebem mais de 3 SM <sup>c</sup>	Renda não informada	Total
Bolsa família	19	1	1	21
Cesta de Alimentos	2			2
Não recebe BTR <sup>a</sup> , mas tem cadastro <sup>b</sup> .	4			4
Não recebe BTR <sup>a</sup> e não tem cadastro	7	5	1	13
Total	32	6	2	40

**Nota.** <sup>a</sup> BTR: Benefício de Transferência de Renda (Bolsa família). <sup>b</sup> O termo “cadastro” refere-se ao formulário preenchido por famílias que esperam inserção nos programas de transferência de renda. <sup>c</sup> SM: Salário Mínimo, considerado aqui o valor vigente em 2009: R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais)

Dos quarenta (40) prontuários examinados, trinta e dois (32) dizem respeito a famílias que sobrevivem com até três (3) salários mínimos. Apenas seis (6) recebem mais que isso e em dois (2) casos não é possível saber a renda da família. Fica clara que a vulnerabilidade social preponderante nas famílias encaminhadas ou que buscam atendimento na cidade de Ceilândia é a questão socioeconômica. Vinte e três (23) famílias são beneficiárias de algum programa de transferência de renda ou alimentação do governo. Tal fato evidencia sua condição socioeconômica pouco favorável por ocasião do atendimento.

Constatamos, assim, que a vulnerabilidade social, a dificuldade de acesso a serviços, a fragilização de vínculos afetivos e relacionais e de pertencimento social (PNAS, 2004), também perpassam a história dessas famílias assim como acontece com famílias que enfrentam outros tipos de violência (Narvaz, 2005). A instalação de uma cultura de sobrevivência contrapondo-se a um processo de desenvolvimento com elaboração de diferentes perspectivas faz parte do cotidiano dessas famílias e diminui seus espaços, cada vez mais raros, de transformação. Cabe ao CREAS quando em contato com essas famílias viabilizar o acesso a serviços essenciais e de qualidade, por meio de encaminhamentos e monitoramento de suas ações (MDS, 2009).

Um desafio maior emerge por trás dessas situações: possibilitar um espaço de reflexão e elaboração que vise construir perspectivas diferentes e alternativas que permitam a essas famílias buscar o atendimento adequado de suas demandas de acordo com a realidade que vivenciam. Esse é o desafio central que se apresenta ao CREAS no atendimento a uma família que está em uma situação de risco e de direitos violados e que vivência, na maior parte dos casos, situações de vulnerabilidades sociais históricas.

Diante de uma realidade tão complexa, é indispensável que o CREAS mantenha constante articulação com os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, que visam atender as situações de vulnerabilidade social e promover a autonomia dessas famílias (PNAS, 2004). É evidente que apenas o CREAS não consegue prestar o atendimento adequado a esse tipo de família com tantas e diversas demandas. A articulação com o CRAS e outras instâncias de atendimento é necessária para que a família possa sair da situação de risco e violação de direitos que se abateu sobre ela e encontrar meios sustentáveis de garantir sua sobrevivência.

### *Considerações Finais*

Este estudo tornou possível conhecer algumas características de famílias que vivenciaram situações de abuso sexual de crianças e adolescentes. São famílias inseridas no âmbito de uma sociedade onde a violência intrafamiliar tem ocupado espaço relevante. Fica evidente que a situação de abuso sexual é cercada por diversas questões sociais que requerem maior atenção. Ao longo do estudo, alguns fatores relevantes para a compreensão desse contexto foram emergindo dos dados coletados e das leituras realizadas.

Foi possível constatar, nesse estudo, que a maior parte das crianças e adolescentes em situação de abuso sexual conta com o suporte das genitoras ou de

outras figuras femininas. Essas pessoas são referência no que diz respeito à proteção e aos cuidados dispensados a essas crianças e adolescentes. Ficou evidente que questões de gênero estão presentes tanto nas famílias quanto nas instituições – mulheres são vistas e cobradas como principal fonte de cuidado, apoio e proteção e pagam um ônus por isso. É fundamental, portanto, que sejam elaboradas estratégias que tenham por objetivo incluir as figuras masculinas adequadas e que estejam presentes no cotidiano dessas famílias, nas tarefas de cuidados e de proteção. Medidas dessa natureza poderão resultar em maior envolvimento e responsabilização de pais, tios e avós no desenvolvimento de crianças e adolescentes, em especial as que enfrentam situações de abuso sexual.

O suporte da família extensa e de outras figuras importantes para a família no processo de superação de situações de violência sexual foi outro fator marcante encontrado nesta pesquisa. Avós, tias/os e primas/as são familiares que podem auxiliar as vítimas de abuso sexual na elaboração destas situações e contribuir para refazer vínculos e fortalecer o núcleo familiar que vivenciou a violência. É fundamental, dessa forma, que essas pessoas possam participar das intervenções prestadas às famílias. A inclusão da família extensa nos atendimentos tem, no entanto, outra razão: observar as cobranças feitas pelos diversos membros à genitora. Não é incomum que os familiares culpem a mãe das vítimas por colocá-las em situação de risco e não protegê-las. Reflexões que visem esclarecer a complexidade de fatores que cercam a questão da violência sexual são, portanto, indispensáveis para que a família encontre formas construtivas e agregadoras de lidar com essa situação e compreenda que todos precisam compartilhar a responsabilidade de contribuir para restaurar a integridade física e emocional da criança/adolescente abusada e a dinâmica familiar.

Estudos que visem compreender as características de famílias que atravessaram situações de abuso sexual podem embasar o planejamento e a execução de Políticas Sociais que objetivam lidar com essas situações. O Estado tem papel central no enfrentamento à violência sexual e precisa assumir parte da responsabilidade, que é atribuída às mulheres, pelos fracassos encontrados atualmente no processo de proteção dispensados à crianças e adolescentes. Os processos de prevenção e combate a essas situações devem ter como foco também o enfrentamento às desigualdades sociais e a todas as formas de discriminação e subordinação que enraízam e potencializam as situações de violência.

O desfavorecimento social vivenciado pelas famílias atendidas no CREAS de Ceilândia fica evidente quando constatamos a baixa escolaridade dessa população, a escassez de renda e o alto índice de participação nos Programas de Transferência de Renda oferecidos pelo governo. São famílias pobres, que vivenciam um histórico de vulnerabilidade e exclusão social e que carregam marcas culturais diversas que podem tanto auxilia-las quanto tornarem-se obstáculos no enfrentamento a essas situações.

Essas são características centrais presentes nesta comunidade e que merecem atenção especial no momento da intervenção e da elaboração de políticas de proteção. Estratégias de qualificação profissional e geração de renda podem ser valiosas em contextos de enfrentamento de violência por permitirem o fortalecimento da auto-estima dessas pessoas e o desenvolvimento de sua cidadania.

É importante que o/a profissional tenha conhecimento acerca da população que atende, bem como da dinâmica da violência que se revela diante dele/a e que esteja atento/a à sua atuação para que não reafirme e reproduza os preconceitos e concepções infligidos à família. A reprodução de mitos sociais e a adesão rígida a estereótipos de gênero podem vir a causar mais sofrimento e até estagnação em determinadas situações.

A atuação junto a famílias, crianças e adolescentes que vivenciam abuso sexual exige, assim, dos/as profissionais envolvidos/as uma visão mais fluída, reflexiva e acolhedora frente à diversidade de situações que lhes são apresentadas.

## **Infância, Adolescência E Situações De Abuso Sexual**

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, constitui um marco para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes e para a definição das formas de violência sofridas por esse público. Em seu artigo quinto aponta que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão”. Prevê ainda a punição a qualquer atentado, por ação ou omissão, aos direitos fundamentais dessa população. O estatuto é reflexo das discussões e debates que vêm ocorrendo nos últimos anos com vistas a criar estratégias eficazes para lidar com questões que afetam crianças e adolescentes.

Crianças e adolescentes nem sempre foram vistos como seres merecedores de cuidados. Àries (1973) apresenta a trajetória que construiu o que hoje conhecemos como infância e adolescência. Antes do século XV, as crianças eram incorporadas pelo mundo adulto assim que desmamadas, passando a ter com estes relações de iguais, aprendendo em seu dia-a-dia a lidar com as dificuldades cotidianas. Não havia uma perspectiva voltada para o desenvolvimento e cuidado com esta etapa da vida.

Nos séculos seguintes, surge na sociedade um sentimento de família e intimidade que trouxe para o interior desse grupo a responsabilidade pela educação e cuidado com as crianças. Nesse contexto, os pais foram colocados numa situação diferenciada diante de sua prole. Esse processo estabeleceu relações distintas de poder entre adultos, crianças e adolescentes.

Azevedo (2000) ressalta em sua teoria crítica acerca da infância dois fatores relevantes para compreendermos a construção da representação que hoje temos de crianças e adolescentes. O primeiro fator importante é que a despeito de as crianças e

adolescentes terem sempre existido, a ideia de infância é bastante moderna. O segundo fator, é que a história da infância não é escrita por crianças e adolescentes. Essa população não tem muitos espaços de fala e as formas que encontram para se expressar não são muitas vezes legitimadas pela população adulta, que possui maior poder nessas relações. A autora assevera que se as crianças e adolescentes contassem com instrumentos para retratar sua história, o contexto revelado poderia ser trágico.

Saffioti (2001) chama atenção para o caráter adultocêntrico de nossa sociedade, que ao colocar a infância sob tutela do adulto, pode abrir espaço para situações de violência. Essa autora coloca em foco a violência de gênero, salientando que ela não vitimiza apenas mulheres. O patriarcado, eixo central desse tipo de violência, ao ter como base uma perspectiva dominadora, pode colocar tanto homens como mulheres na posição de autores de violência contra crianças e adolescentes. Adultos, imbuídos dos valores e crenças machistas, podem passar a violar de diversas maneiras os direitos de crianças e adolescentes.

Lamour (1997) aponta um aspecto importante no que diz respeito à educação de crianças e adolescentes. Costumeiramente ensinamos as crianças a dizerem não aos estranhos; no entanto, elas são treinadas a obedecer e serem afetivas com todos os adultos que cuidam delas. A autora salienta que é importante que elas aprendam a dizer não também aos conhecidos, quando a situação for abusiva.

As crianças e adolescentes são, por excelência, seres vulneráveis, pois passam por um processo de desenvolvimento e formação física e psíquica tutelado por adultos. É uma população que atravessa um momento de fragilidade, necessitando de “cuidado, afeto, amor, compreensão e empatia” (p. 408, Cardin, Mochi & Bannach, 2011).

Essa população é vista como submissa, e envolta em sentimentos de fraqueza, inferioridade e subalternidade (Azevedo, 2000). Essa autora ressalta ainda que as

famílias, a despeito dos diversos modelos que apresentam atualmente, têm em comum uma configuração de desigualdades baseada em dois elementos básicos: a idade e o sexo. São dois fatores que também se destacam nas situações de abuso sexual. Se por um lado cabe à família educar e colocar limites, por outro essa tarefa deve ser pautada no respeito às necessidades e aos direitos das crianças e adolescentes.

O abuso sexual figura como uma das formas de violência contra crianças e adolescentes que mais desperta angústia e incômodo por envolver questões como a sexualidade, o incesto e a moral. Essa violência vem sendo compreendida atualmente como um problema de saúde pública, em razão da grande incidência de casos e das consequências que sua vivência causa ao desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da vítima e também de sua família (Habizang & Caminha, 2004; Habizang, Koller, Azevedo & Machado, 2005).

Faleiros e Faleiros (2007) apontam que essa é uma forma de violação aos direitos humanos, à integridade física e psicológica, ao respeito, à dignidade e ao desenvolvimento físico, psicológico, moral e sexual saudáveis. É uma violência imposta a uma criança ou adolescente que não dispõe de maturidade para consentir ou resistir ao ato proposto.

As crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, na maior parte das vezes, não dispõem da maturidade necessária para ter uma vivência sexual ou tomar decisões acerca dessas relações, sejam elas quais forem. Da mesma forma, esta criança ou adolescente pode não ter desenvolvido ainda as habilidades relevantes para lidar com as consequências advindas de tais situações, o que as torna graves e abusivas. Azevedo, Guerra e Vaiciunas, (2000) apontam que essas consequências podem ser orgânicas, como uma gravidez; ou psicológicas, como as dificuldades de adaptação interpessoal, dificuldades de adaptação sexual ou dificuldades de adaptação afetiva. As autoras

salientam, no entanto, que são necessários estudos que visem investigar essas situações, pois as pesquisas já realizadas não são convergentes acerca das consequências, em especial as psicológicas.

Este artigo tem como objetivo apontar características de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e discutir alguns pontos que envolvem a problemática. É importante conhecer essa população para que no futuro possamos investigar com maior propriedade as consequências advindas da vivência de tais situações. Além disso, os resultados podem servir de base para o planejamento e a execução de intervenções junto a essas crianças e adolescentes que foram vítimas por abusos sexuais.

### *Método*

Os dados discutidos nesse trabalho advêm de pesquisa qualitativa que foi realizada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Ceilândia – DF. Esse Centro presta atendimento a famílias que vivenciaram situações de abuso sexual. A estratégia de coleta de dados foi um levantamento documental realizado nos prontuários das famílias atendidas por este CREAS. A coleta levou em consideração os registros feitos por profissionais do serviço e os documentos enviados à instituição solicitando acompanhamento e atendimento às famílias.

A seleção dos prontuários foi realizada por meio do exame das tabelas de registro de atendimento a casos de abuso sexual deste CREAS, as quais apontam casos que já foram atendidos pela equipe técnica. A busca por registros se deu a partir de duas tabelas utilizadas pela instituição para organizar e sinalizar os atendimentos prestados. Uma das tabelas, nomeada aqui como TABELA GERAL, continha registros de todos os casos acolhidos no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, no qual se insere o atendimento a casos de abuso sexual. Este

documento é alimentado diariamente pela equipe do serviço, tendo sido retirada a versão do dia 12 de setembro de 2011 para a busca de nossa pesquisa. A outra tabela, nomeada aqui como TABELA ESPECÍFICA, se referia apenas a casos de abuso e exploração sexual e era alimentada também com os dados do serviço. Essa tabela foi analisada em sua versão de novembro de 2011.

A princípio foi verificado se todos os casos que estavam na Tabela Geral e que se referiam à violência sexual estavam contidos também na Tabela Específica, deixando-a mais completa. Após essa verificação, a Tabela Específica de abuso e exploração sexual que passamos a utilizar ficou com 354 casos.

Em seguida foi aplicado um filtro no campo intitulado “violação apresentada” que dizia respeito à situação de violência que a requisição ou solicitação de serviço enviada ao CREAS apresentava, bem como a demanda exposta por usuários que procuraram atendimento espontaneamente. Nessa ocasião, foram utilizados os seguintes termos de busca: abuso sexual, violência sexual, assédio sexual e atentado violento ao pudor, comportamento libidinoso dos pais e estupro de vulnerável. Compreendemos que todos esses termos dizem respeito a situações de abuso sexual quando empregados contra crianças e adolescentes.

Foram retiradas solicitações que apresentavam termos não relacionados diretamente à situações de abuso sexual, tais como: 1. Exploração sexual, por ser uma forma diferenciada de violência sexual; 2. Situações de adolescentes que vivem maritalmente com homens mais velhos; 3. Requisições que tratam de dificuldades referentes a “diversidade sexual”; 4. Solicitações sem demanda; 5. Situações que apontam “duas crianças com brincadeiras sexuais”; 6. Requisições que se referem a “menor com filhos” ou gravidez na adolescência. Após esse primeiro filtro, restaram 326 registros de famílias que vivenciaram situação de abuso sexual. O próximo critério foi selecionar os

casos que já apresentavam número de prontuário na Tabela Específica. Foram identificados 154 casos nessa situação.

Foi utilizado em seguida um critério relacionado ao ano de atendimento dos casos. No início de 2009, o CREAS contava com duas profissionais, uma psicóloga e uma assistente social. Ao longo do ano, recebeu uma nova equipe, que permitiu o atendimento mais célere da demanda. Em função desse aprimoramento da equipe, foi tomada a decisão de selecionar prontuários que passaram por atendimento a partir desse ano para compor a amostra.

Foi também levado em conta para estabelecer um marco cronológico para seleção dos prontuários o fato de que a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, em que se insere o CREAS, foi lançada em 2004. É a partir desse ano que a efetivação do Sistema Único de Assistência Social é iniciada no DF. O atendimento a casos de abuso sexual na assistência social é, portanto, bastante recente. Nesse sentido, este trabalho também favorece uma reflexão sobre os pontos positivos da estratégia de implantação da PNAS adotada no DF, assim como acerca dos desafios a serem vencidos. Esses dois fatores justificam a escolha do ano de 2009 como um marco importante para a efetivação do serviço, uma vez que um período de cinco (5) anos já permite uma reflexão sobre a estruturação do serviço.

A Tabela Específica apresenta um campo em que registra o especialista, psicólogo ou assistente social, que prestou atendimento a família. Por meio de um filtro, foram retirados dentre os 154 prontuários, aqueles que foram atendidos por profissionais que não compunham mais a equipe a partir de 2009. Restaram então, 85 prontuários. Por fim, entre esses foram retirados todos aqueles casos em que não houve um atendimento efetivo, seja porque a família havia se mudado, seja porque nunca compareceram a nenhum atendimento. Foram excluídos ainda aqueles prontuários em que houve algum

contato, mas apenas para informar a mudança de endereço ou a impossibilidade do atendimento. Restaram assim, 40 prontuários que foram lidos e catalogados de acordo com roteiro que foi elaborado com base na literatura.

É importante ressaltar que dentre os casos enviados ao CREAS com suspeita de abuso sexual foram selecionados para coleta aqueles que no registro a vítima ou a família afirmou ter ocorrido o abuso e que passou por intervenções em razão disso na instituição. Situações de abuso sexual passadas que não foram atendidas até 2009 não fizeram parte da coleta. Já aquelas que tiveram o atendimento iniciado antes de 2009, mas que prosseguiram até esse ano foram consideradas.

Foram incluídos, dessa forma, na coleta e análise os registros de famílias que foram encontradas e atendidas. Por meio desse procedimento tivemos acesso a informações sobre as características de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual atendidas no CREAS Ceilândia.

A coleta se deu com base em um roteiro (Anexo A) que incluiu informações sobre composição familiar, características socioeconômicas, educacionais, histórico de vivência de violências, informações sobre o abuso sexual e sobre os envolvidos no episódio. A coleta foi realizada em 2012, após anuência do Comitê de Ética do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília.

#### *Características de Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso Sexual Atendidas no CREAS Ceilândia*

As vítimas de abuso sexual atendidas no CREAS Ceilândia durante ou após o ano de 2009 são em sua maioria adolescentes com mais de doze (12) anos. Das quarenta e sete (47) crianças e adolescentes em situação de abuso sexual, vinte e uma (21) eram crianças que tinham entre zero (0) e onze (11) anos, conforme aponta a Tabela 1. Vinte

e seis (26) vítimas eram adolescentes, que tinham entre doze (12) e dezoito (18) anos na ocasião do atendimento.

Tabela 01  
**Idades das Crianças e Adolescentes Envolvidos no Estudo**

	Idade em anos	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	NI
	Idade																			
	Atend.			01		02	03	01	01	04	01	02	03	07	05	02	04	04	03	
	Denun.			01	01	01	04	01	01	03	01	01	04	04	02	03	05	01		08
	Abuso sexual			02		03		05	01	01	01	03	02	04		02				19
	Idade										01	01	01	01						
	Denun.								01	02										01
	Abuso									02										02
	OC	10	06	01	04	04	09	03	06	03	07	04	04	05	02	04	04	03	05	02

**Nota.** A Tabela aponta a idade de meninas e meninos em diferentes momentos. <sup>a</sup> Atend. → mostra a idade de meninas e meninos no momento do atendimento no CREAS. <sup>b</sup> Denun. → mostra a idade de meninas e meninos na ocasião da realização de denúncia de abuso sexual. <sup>c</sup> Abuso → idade das meninas e meninos por ocasião da situação de abuso sexual sofrida. <sup>d</sup> OC → Outras crianças que residem com a família que não as vítimas.

No que concerne à idade com que foram vítimas de violência sexual, os dados apontam outra realidade. Os quarenta (40) prontuários trazem relatos de que vinte (20) crianças foram vítimas de abuso sexual ainda na infância, ou seja, tinham até onze (11) anos por ocasião da violência. Seis (6) casos ocorreram com a vítima já adolescente, ou seja, tinham entre doze (12) e dezoito (18) anos. E em vinte e uma (21) situações, não é possível saber a idade da vítima na ocasião da violência. A divergência entre a idade na ocasião do atendimento e na época da violência pode estar ligada ao fato de que crianças têm menor poder nas relações que estabelecem com os adultos e sobre os seus corpos. Em razão disso, elas são mais vulneráveis à sedução, ameaças e coações.

As crianças e adolescentes atendidas/os neste centro apresentam baixa escolaridade, assim como os adultos. Dentre as/os dez (10) adolescentes vítimas de abuso sexual que tinham idade para cursar o ensino médio, apenas uma (1) o fazia, conforme apontado na Tabela 2. Duas (2) adolescentes cursavam o Ensino Especial.

Tabela 02

**Distribuição das Vítimas de Abuso Sexual de acordo Com a Série Escolar e a Idade**

Idade	Pré-escolar ou creche	Ensino Fundamental										Ensino Médio				Outras situações			Total
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	E F <sup>c</sup>	1º	2º	3º	E M <sup>d</sup>	E E <sup>b</sup>	F E <sup>a</sup>	N I <sup>e</sup>	
0 – 5	1	1															1	3	6
6 – 10		2		4	1	1	2											3	13
11 – 14				3	4	5	1								1	1	3	3	18
Acima de 15						1	1	1		1				1	1	3	1	10	
Total	1	3	0	4	4	5	8	2	1	0	1	0	0	0	1	2	5	10	47

**Notas.** <sup>a</sup> FE → Crianças ou adolescentes que estão fora da escola. <sup>b</sup> EE → Crianças ou adolescentes com deficiência que cursam o Ensino Especial. <sup>c</sup> EF → Crianças ou adolescentes que cursam o Ensino Fundamental, mas que não tiveram a série especificada. <sup>d</sup> EM → Crianças ou adolescentes que cursam o Ensino Médio, mas que não tiveram a série especificada. <sup>e</sup> NI → Não há informações sobre a escolaridade das crianças ou adolescentes no prontuário.

Em cinco (5) casos, as vítimas da violência estavam fora da escola por ocasião dos atendimentos. Essa situação ocorreu em razão das dificuldades encontradas após a situação de violência vivenciada. Azevedo, Guerra e Vaiciunas (2000) apontam as dificuldades no processo ensino-aprendizagem como uma das consequências psicológicas indiretas do abuso sexual mais presentes na história de vida de crianças e adolescentes abusadas. Elas ressaltam que esse fator pode aparecer por meio da repetência escolar ou da interrupção dos estudos. São fatores que foram evidenciados também em nosso estudo. O atraso no desempenho escolar das vítimas de abuso sexual aponta para a ocorrência de reprovações no histórico escolar dessas crianças e adolescentes. Da mesma forma, foi possível verificar que algumas das vítimas, haviam deixado a escola por ocasião das intervenções.

Estudo realizado por Rodrigues, Brino e Williams (2006) corrobora esses dados. As autoras investigaram as concepções de sexualidade entre adolescentes vítimas de abuso sexual. Ao caracterizar sua amostra, apontam que dentre as oito (8) participantes vítimas de abuso sexual, três (3) haviam abandonado os estudos. Brino e Williams (2003) em

outro estudo salientam a necessidade de que professores sejam capacitados para lidar com a situação de abuso sexual. De acordo com elas, a escola figura como um dos lugares ideais para que haja as primeiras intervenções e a identificação da situação de violência, uma vez que é um espaço muito ocupado pelas crianças e adolescentes e diferente da família, onde a maioria das violações sexuais acontece.

A Tabela 3 apresenta a escolaridade das crianças e adolescentes presentes nas famílias atendidas, sejam elas vítimas de violência sexual ou não. Foi possível constatar por meio da leitura dos prontuários que grande parte das crianças e adolescentes, independente de terem sofrido violência sexual ou não, ainda estão no Ensino Fundamental. Em vinte e três (23) situações não foi possível saber que série que cursavam as crianças e adolescentes que residiam com as famílias atendidas.

Tabela 03

**Distribuição das Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso Sexual ou Não, de acordo Com a Série Escolar Que Cursam**

		Pré-escolar Ou creche	Ensino Fundamental										Ensino Médio				Outras situações			Total	
			1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	E F	1º	2º	3º	E M	E E	F E	NI		
Vítimas		1	3		4	3	4	6	2	1			1				1	2	5	10	43
						1	1	2													4
Não V <sup>a</sup>		6	3		2	2		3		1	2			1			1			3	24
		3	1	2	4	3	4	1	4		1	4							1	10	38
Tot al		10	7	2	10	9	9	12	6	2	3	5		1			2	2	6	23	109

Nota. <sup>a</sup> Não V → refere-se a crianças e adolescentes que não foram vítimas de abuso sexual.

Os dados apontam que crianças que vivem expostas à violência e a outras formas de vulnerabilidade têm sua inserção na vida educacional comprometida. Tal comprometimento produz um efeito cascata: em função da baixa escolaridade essas crianças e adolescentes terão seu futuro profissional prejudicada. Sua inserção no

mercado de trabalho ficará restrita à funções com baixa remuneração, fator que contribui para a precarização das condições de vida e saúde.

É fundamental, portanto, que as equipes educacionais recebam formação específica e estejam atentas às dificuldades escolares e a interrupção da frequência escolar que podem estar ligadas a situações de violência em geral e também, de abuso sexual. Professores/as precisam ser orientados e receberem informações acerca de sinais que estão presentes em situações de violência sexual e de procedimentos que devem ser adotados para auxiliar as crianças e adolescentes.

Uma questão de gênero atravessa os dados dessa pesquisa: a maior parte das vítimas encontradas nos quarenta (40) prontuários era do sexo feminino. Dentre as quarenta e sete (47) vítimas, quarenta e três (43) eram meninas, como aponta a Tabela 3, e apenas quatro (4) eram meninos.

Pereda, Guilera, Forns e Gómez-Benito (2009) apontam que a prevalência de ocorrência de situações de abuso sexual com vítimas do sexo feminino está presente em diversos países. As autoras realizaram uma revisão bibliográfica incluindo trinta e oito (38) artigos acerca de situações de abuso sexual, referentes à realidade de vinte e um (21) países diferentes. Em apenas dois (2) artigos as autoras encontraram que as taxas de abuso sexual eram semelhantes entre meninos e meninas - ambos se referiam à África do Sul.

No Brasil, um número maior de vítimas do sexo feminino também prevalece. O Mapa da Violência (Waiselfsz, 2012) aponta que entre as 10.425 crianças e adolescentes vítimas de violência sexual registradas no Sistema de Informações de Agravos de Notificação – SINAN, do Ministério da Saúde no ano de 2011, 83% eram do sexo feminino. Outros estudos também corroboram esse dado (Ribeiro, Ferriani & Reis,

2004; Ferriani, Garbin & Ribeiro, 2004; Ferreira, 2002; De Lorenzi, Pontalti & Flech, 2001; Habizang, Koller, Azevedo & Machado, 2005).

A predominância das situações de abuso sexual em crianças e adolescentes do sexo feminino pode estar ligada a questões sociais e culturais que colocam as mulheres em situação de submissão em relação aos homens. Saffioti (2001) ressalta a ocorrência da violência de gênero em nossa sociedade. Ela aponta que o eixo central desse tipo de violação é o patriarcado, que se baseia numa perspectiva de dominação. A partir dessa questão podemos observar as desigualdades de poder que alimentam situações de violência, em especial contra mulheres e crianças. Nosso estudo aponta violações que evidenciam as questões de gênero, em especial contra crianças e adolescentes do sexo feminino.

Fatores que podem estar associados às baixas taxas de notificação de abusos sexuais contra meninos foram apontados por Pereda, Guilera, Forns e Gómez-Benito (2009). O primeiro fator diz respeito a crença de que homens não precisam de ajuda. As autoras ressaltam que a busca por suporte pode afetar a masculinidade das vítimas. A independência e a auto suficiência, características das ideologias ligadas à masculinidade, bem como a idéia de que homens não necessitam de suporte emocional podem estar ligadas a essa dificuldade em notificar a violência. A segunda questão apontada se refere à dificuldade que crianças e adolescentes do sexo masculino encontram para nomear a situação sexual que vivenciaram como violência, tendo em vista que a masculinidade tem sido associada a uma vasta vivência sexual. Por fim, o estigma tradicional em torno da questão da homossexualidade também pode contribuir para a relutância em denunciar situações de abuso sexual vivenciadas por meninos. As pesquisadoras salientam que outros estudos que tenham por objetivo clarificar essas questões são necessários. Em primeiro lugar é importante conhecer melhor a realidade

de crianças e adolescentes do sexo masculino que foram abusados sexualmente. Em segundo lugar é necessário compreender as estratégias que pesquisadores têm utilizado para lidar com essa questão.

Abordar questões relacionadas à sexualidade junto a essas crianças e adolescentes é indispensável se considerarmos esses fatores referentes ao medo e estigma em torno da homossexualidade e as pressões em torno da vivência da sexualidade masculina. A presença de dificuldades de adaptação sexual é uma das possíveis consequências apontadas por Azevedo, Guerra e Vaiciunas (2000) em vítimas de abuso sexual do sexo feminino. O estudo de Habizang, Koller, Azevedo e Machado (2005) também aponta que problemas relacionados à sexualidade são enfrentados por parte das vítimas de situações de abuso sexual. Esse tipo de dificuldade também pode estar presente em vítimas de abuso sexual do sexo masculino.

Verificamos em nosso estudo que o maior número de crianças e adolescentes, trinta e três (33), tinha entre dez (10) e dezessete (17) anos quando foram atendidas, ou seja, estavam vivenciando sua pré-adolescência ou adolescência (Tabela 01). Este é um momento propício a intervenções que abordem questões relacionadas à sexualidade e a outros tabus relacionados à violência sexual. Esse é um período em que as vivências sexuais e o corpo têm lugar de destaque no processo de maturação que essas crianças e adolescentes atravessam. Como aponta Faleiros e Faleiros (2007), a violência sexual é um atentado ao desenvolvimento físico, moral, psicológico e sexual adequado do indivíduo. É fundamental, portanto, que essas crianças e adolescentes recebam atenção e apoio profissional.

Da mesma forma, Gabel (1997) salienta que este tipo de abuso representa o uso delinquente da sexualidade alheia, violando o direito que toda pessoa tem sobre seu próprio corpo. De acordo com Rodrigues, Brino & Willians (2006), algumas

consequências relacionadas à vivência de abuso sexual dizem respeito à falta de prazer durante o ato sexual ou redução da autonomia daqueles que foram vítimas. Além disso, apontam a promiscuidade, distúrbios na sexualidade e prostituição como fatores que podem estar relacionados à vivência de abusos sexuais infanto-juvenis. Assim, é imprescindível que atendimentos prestados a população dessa faixa etária abordem os impactos e comprometimentos que as situações de abuso possam ter causado na vivência da sexualidade e na relação que essas crianças e adolescentes vêm estabelecendo com seu corpo e com a sua imagem. Cabe lembrar ainda que essa experiência pode ter impacto sobre a identidade de gênero e a identidade/orientação sexual.

A partir das informações coletadas nesse estudo, foi possível constatar certa dificuldade de pais e profissionais para lidar com a sexualidade das crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. Em quatro dos prontuários analisados, é possível observar que a questão da sexualidade perpassa as intervenções prestadas. Chama atenção o fato que a sexualidade e questões afins não figuram em nenhum registro como foco de atendimento.

Em duas (2) situações, ficou registrada a dificuldade que os familiares têm para compreender que as adolescentes vítimas de abuso sexual possam ter vontade de namorar. No primeiro caso, a vítima tinha catorze (14) anos por ocasião do atendimento e não era possível saber sua idade a época da violência. Ela foi abusada em duas situações – um episódio em que o agressor era o padrasto e outro em que era um tio materno. Ao longo dos registros, os relatos da genitora sugerem que a filha possa ter seduzido o padrasto e provocado a situação de abuso sexual. No entanto, a mãe aponta que a obrigação de interromper a situação era do padrasto por ser um adulto. Com essa colocação, a genitora desqualifica a posição de vítima da filha e questiona a situação

todo o tempo. A vivência da sexualidade da jovem está presente nos relatórios de atendimento do CREAS, em função de sua vontade de vivenciar situações afetivas e sexuais com outras pessoas. Esses aspectos são ressaltados pelas profissionais que atenderam a família, mas não há registros de que esses assuntos tenham sido abordados em atendimento com a adolescente.

Narvaz e Koller (2007) apontam que a provocação, a conivência e a cumplicidade femininas muitas vezes atribuídas às vítimas de abuso sexual são elementos do discurso patriarcal que perpassam nossas relações. Essas crenças apontam que mulheres e meninas são sedutoras e provocam a sexualidade masculina. Elas se tornam, assim, responsáveis pelas violências que sofrem.

Na segunda situação, uma adolescente de dezessete (17) anos foi abusada pelo namorado de uma tia desde que tinha seis (6) anos. Os abusos foram interrompidos quando a adolescente tinha quinze (15) anos. O mesmo agressor violentou o irmão e a genitora da adolescente. Ela e o irmão residem com tias maternas. A genitora encontrava-se presa por ocasião do atendimento e não havia informações sobre o paradeiro do genitor. Por meio dos relatos, foi possível constatar que as tias da vítima se queixam em razão de a adolescente querer iniciar um relacionamento afetivo. Os registros sugerem que as tias não acreditam que a vítima possa desejar um relacionamento sexual após as adversidades vividas por ela. Qualificam que a procura por um namorado é inadequada e relatam que a adolescente tem dado muito “trabalho” nesse sentido.

Outra situação peculiar evidencia as dificuldades, não apenas dos genitores, mas também das vítimas, em compreender e lidar com suas experiências sexuais. Uma adolescente, que tinha quinze (15) anos manteve relações sexuais com o padrasto de uma amiga. A idade do padrasto não é mencionada. De acordo os registros, a

adolescente não reconhece o fato como sendo uma violência contra si. Sua genitora registrou boletim de ocorrência contra o agressor. De acordo com a lei 12.015 de 7 de agosto de 2009, é considerado crime qualquer ato sexual praticado com menores de 14 anos. No entanto, em relação aos menores de 18 e maiores de 14, não há presunção de estupro, observando-se a possibilidade de haver o consentimento da vítima em questão. Nesse caso, a genitora entendeu que a filha fora seduzida e não compreendia o que estava acontecendo e levou adiante a denúncia.

Mãe e filha passaram a vivenciar intenso conflito que envolvia outras situações de relacionamento afetivo da adolescente com as quais a genitora não concordava. A jovem relata, e sua genitora confirma, que ela era acusada pela mãe de viver em prostituição por manter relações sexuais fora do parâmetro que é considerado correto pela genitora, que é católica. A adolescente relatou por diversas vezes que tinha um namorado e que não mantinha relações sexuais frequentes com ele, mas que desejava ter uma vida sexual ativa. Ela tinha dificuldades de compartilhar com a genitora seus desejos de ter uma vivência sexual. Nos registros referentes a essa família, é possível constatar que a sexualidade da jovem tomou conta de parte dos atendimentos e ocupou os espaços de discussão e elaboração. As questões latentes referentes às diferenças de perspectiva sobre a vivência sexual entre mãe e filha também foram abordadas pela equipe.

A situação de cada uma das três meninas/adolescentes mencionadas evidencia o caráter patriarcal de nossa sociedade. Ainda pairam muitos mitos e preconceitos em torno da vivência feminina da sexualidade. A possibilidade de experienciar uma sexualidade livre e saudável fica comprometida de modo especial quando há vivência de abuso sexual. Todas essas situações nos mostram como os assuntos relacionados à sexualidade ainda são vistos como tabus, seja nas famílias, seja nos serviços de

atendimento. Nos casos em que houve abuso sexual, a percepção de que a sexualidade não faz parte da realidade da vítima é reforçada. A ideia de que a vítima provavelmente não vai se interessar por sexo é vista como um fator de proteção. Há certa confusão entre orientações que levam a criança ou adolescente a resguardar seu corpo e protegê-lo de futuras invasões e a não vivência de sua sexualidade.

Em estudo realizado por Rodrigues, Brino & Willians (2006) adolescentes que foram vítimas de abuso sexual ressaltam que evitam pensar sobre sexo, por ser esse um assunto que não lhes interessa. As autoras apontam que o sexo é tratado por elas de forma vaga e como estando distante de suas vidas. Essa constatação chama atenção para a dificuldade de se abordar o tema junto a adolescentes que tem essa vivência de violência. No entanto, não pode justificar qualquer forma de omissão em relação à questão.

É nosso entendimento que a vivência de uma situação de abuso sexual pode despertar sentimentos paradoxais e difíceis de serem elaborados. O alheamento em relação à sexualidade pode ser visto como reação temporária e natural à experiência violadora. Uma possível negação da sexualidade pode refletir uma atitude de autopreservação em função da necessidade de processar a experiência. À medida que esse processamento for feito de forma adequada, cabe aos profissionais a tarefa de ajudar a pessoa abusada a reintegrar a sexualidade como uma dimensão importante da vida de cada pessoa. Cabe ressaltar que todo atendimento precisa levar em conta as circunstâncias e características do abuso, a faixa etária, a etapa do desenvolvimento e do ciclo vital em que a criança/adolescente se encontra, suas condições psicossociais e a rede social de apoio de forma a adequar as estratégias de atendimento às necessidades da criança e do adolescente.

As dificuldades de lidar com temas sexuais, seja a violência, sejam outras questões, não se esgotam nos atendimentos prestados a adolescentes e pré-adolescentes. O trato com crianças muito pequenas ou crianças e adolescentes com deficiência também apresenta seus obstáculos. Esse público não é maioria no estudo realizado. Um dos fatores que pode estar relacionado a essa questão diz respeito à dificuldade em identificar a ocorrência de violência sexual em crianças muito pequenas ou pessoas com deficiência, como veremos a seguir.

#### *Breve Reflexão Sobre Situações de Abuso Sexual com Crianças em Tenra Idade e Crianças e Adolescentes com Deficiência*

A dificuldade para lidar com situações de abuso sexual envolvendo crianças muito pequenas assim como vítimas com deficiência mental ficou evidente na análise de quatro (4) casos específicos em nosso estudo e merece destaque em nossa discussão. Pode-se afirmar que quatro registros, num universo de 40, talvez seja um número reduzido para justificar a apresentação dos casos. No entanto, é importante salientar que a população de pessoas com deficiência já vive às margens e constitui uma minoria social. Não pode, portanto, ser esquecida em um estudo que visa analisar características de crianças, adolescentes e famílias que vivenciaram situações de abuso sexual. Os elementos que cercam a dinâmica dessas violências nesses casos merecem atenção.

O elemento central que aproxima esses dois grupos de vítimas de violência é a dificuldade em defender-se e em comunicar-se. As crianças muito novas e pessoas com deficiência mental, a depender do grau da deficiência, podem não conseguir compreender que o que vivenciaram se trata de uma situação abusiva. Formam uma população vulnerável que necessita de maior cuidado e suas famílias necessitam de orientação.

Ribeiro, Ferriani e Reis (2004) discutem em seu trabalho as dificuldades para lidar com a falta de comprovação do abuso sofrido por crianças muito pequenas. A dificuldade de comunicação e as características próprias dessa idade tendem a tornar o discurso dessas crianças pouco aceitável, o que causa a desqualificação e a descrença do que é colocado pela vítima. A falta de provas materiais aumenta o descrédito no relato dessas crianças. Os autores ressaltam, no entanto, que é difícil que uma criança minta sobre todo o processo de violência que sofreu e asseguram que geralmente a mentira, nesses casos, se apresenta para negar o fato. A verdade acaba por ser obscurecida por meio de ameaças e seduções.

Azambuja (2006) ressalta que nos casos envolvendo crianças faz-se necessário que se assegure a elas proteção integral. Deve-se evitar buscar comprovações por meio de seu depoimento. Ao invés disso, cabe à equipe profissional conhecer os elementos que indicam a possível presença de abuso e averiguar sua manifestação através da observação do comportamento da criança. Ao longo desse processo, é também tarefa da equipe avaliar os danos psíquicos que a situação de violência possa ter causado à criança.

Cardin, Mochi e Bannach (2011) ressaltam dois fatores que indicam a vulnerabilidade das crianças. De acordo com eles, quanto mais nova a criança menores as possibilidades de que se perceba enquanto vítima de violência. E no caso de reconhecerem a situação como abusiva, quanto mais nova a criança, mais dificuldades ela terá em se defender e buscar ajuda de outras pessoas. Além do mais, é importante lembrar que às crianças pequenas são atribuídas fantasias e a invenção de histórias – fatores que podem ser usados para desqualificar sua narração de uma situação de violência frente aos adultos.

Da mesma forma que nos casos que envolvem crianças pequenas, a criança ou adolescente com deficiência mental enfrenta o descrédito da família, da justiça e dos serviços que prestam atendimento. Pfeiffer (2006) aponta um problema específico da população de crianças e adolescentes com deficiência vítimas de violência: em muitos casos o agressor faz parecer que a vítima busca situações sexuais junto a ele ou a outras pessoas. Associa-se uma determinada necessidade de vivências sexuais à síndrome ou deficiência da vítima. Faz-se assim um uso perverso da condição de deficiência.

Stalker e McArthur (2012) encontraram em sua revisão de literatura um estudo que aponta que há maior incidência de abuso entre crianças e adolescentes com deficiência do que entre seus pares não deficientes. Esse dado foi obtido em uma pesquisa em que se observou a proporcionalidade de pessoas com deficiência em relação a não deficientes. A taxa de maus tratos foi maior entre as crianças e adolescentes com alguma deficiência mental. As autoras apontam ainda que o número de crianças com deficiência vítimas de alguma forma de abuso é subestimada. De acordo com elas, as dificuldades de comunicação, o sentimento de culpa, a percepção de ameaça ou o medo de possível abandono e/ou da separação da família ou a aceitação da violência visando a aceitação e a proteção das pessoas à sua volta são alguns dos fatores que podem estar relacionados às dificuldades de revelação e de notificação desse tipo de violência.

Pfeiffer (2006) afirma que, na maioria dos casos, a pessoa com deficiência pode ser submetida a situações de agressão sexual por diversas vezes sem que haja revelação. O abuso pode vir à tona através de acontecimentos extraordinários e inesperados, como uma gravidez. Ainda assim, o autor do ato violento pode levar a vítima a identificar outras pessoas como agressores, fazendo com que ela dê inúmeras descrições e nomes, o que pode fazer com que a vítima caia em descrédito.

Em nosso estudo, dois (2) prontuários apresentaram relatos relacionados a situação de crianças muito pequenas e dois (2) apresentaram dados relativos à experiência de abuso de adolescentes com deficiência mental e dificuldade de comunicação. O primeiro prontuário traz a história de uma adolescente de quinze (15) anos à época do atendimento, que é deficiente física e mental. De acordo com os registros, ela tem dificuldades para falar e se expressar. A genitora relatou que ela foi vítima de violência sexual por parte do avô materno que reside no mesmo lote que a família. Há registro no prontuário de que em 2005, uma prima da adolescente levantou a suspeita de abuso em atendimento no CREAS, mas não há anotações no prontuário que apontem para qualquer providência que tenha sido tomada a respeito do fato. Em 2008, a genitora soube do fato e após uma briga familiar, na presença da polícia denunciou a violência. Ressalta-se que a família já vinha sendo acompanhada pelo CREAS em razão de negligência da genitora que é usuária de álcool e drogas.

Essa situação familiar chama a atenção para algumas questões e nos convida à reflexão sobre características de casos de abuso em adolescentes com deficiência. A falta de documentos que façam um histórico da situação de violência sexual é um desses fatores. Essa situação sugere que o abuso sexual não foi abordado nos atendimentos realizados no CREAS; que também não recebeu atenção e documentação por parte de outros órgãos que lidam com a violência. A falta de registros que mostrem a tomada de providências frente à denúncia da prima da adolescente é outra questão que revela omissão frente a violência. A ausência de indícios de que houve qualquer procedimento jurídico acerca do caso também sugere que a denúncia não foi levada adiante. Por fim, o fato de que todos os familiares negaram na polícia a ocorrência do abuso sexual, exceto a genitora que foi a denunciante, evidencia o descrédito que muitas vezes é

atribuído a vítimas de violência com deficiência e a dificuldade de provar a ocorrência de tais fatos.

Essa família é acompanhada no CREAS desde 2002 e seu prontuário tem nove (9) relatórios acerca das situações de risco e negligência, mas em nenhum deles há menção ao abuso sexual. Esses fatores retratam a dificuldade encontrada em acessar a situação de violência sexual e traçar um histórico sobre sua ocorrência em casos que envolvem adolescentes com deficiência e dificuldades para se comunicar. Nesse contexto, é difícil intermediar um processo de revelação da violência e de elaboração do fato ocorrido junto ao núcleo familiar, pois há a dificuldade inicial de saber o que e como o abuso ocorreu. Tal dificuldade não pode, no entanto, justificar a omissão da equipe.

O segundo caso diz respeito à outra adolescente com deficiência mental, que tinha treze (13) anos por ocasião dos atendimentos e doze (12) quando houve a violência. Ela também tinha dificuldades para se comunicar. A genitora registrou denúncia e relatou que a filha foi vítima de violência sexual na escola, praticada por colegas. Há certa dificuldade em saber ao certo o que houve com a jovem. No prontuário informa-se que a denúncia realizada no disque 100 não foi enviada a nenhum outro órgão. Não há indícios de intervenções judiciais e não há sinalização de desligamento do caso no CREAS. O último atendimento data de 2010.

Uma dificuldade encontrada nos relatos contidos nesse prontuário é a de lidar com as questões sexuais trazidas pela adolescente. Consta no documento que desde 2004 a vítima costumava inserir objetos na vagina. Pfeiffer (2006) aponta que a conduta sexual não condizente com a idade da criança ou adolescente pode estar associada a episódios de abusos sexuais não revelados. Este seria mais um sinal que chama a atenção para a ocorrência de uma situação de violência sexual. Por fim, a

descontinuidade do atendimento e o não encaminhamento a outros órgãos de responsabilização apontam que há poucos fatores que possam ser utilizados para comprovar a violência sofrida.

A falta de protocolos que contenham parâmetros para lidar com essas situações pode ser um dos fatores que levou à paralisação da equipe, prejudicando assim as intervenções e os acompanhamentos. A busca de estratégias e capacitações para o acolhimento a crianças e adolescentes com deficiência vítimas de violência sexual é indispensável. É preciso compreender que ainda que a violência não tenha ocorrido, a revelação de uma suspeita deve ser encarada como um alerta que sinaliza uma situação de risco. Essa criança ou adolescente pode estar envolta em uma situação de conflito familiar que leva à acusação de abuso sexual; pode estar em situação real de vulnerabilidade; pode estar na iminência de sofrer uma situação abusiva ou pode já estar sendo de fato, vítima de abusos sexuais. O fato é que a despeito da veracidade da denúncia é possível que a vítima já esteja em situação de sofrimento e, assim, qualquer evidência de uma dessas possibilidades merece atenção.

No que diz respeito às crianças muito novas, a dificuldade é bem parecida, pois também se estabelece no campo da comunicação e da coerência dos relatos. O primeiro caso que encontramos entre os prontuários, envolve uma menina com três (3) anos de idade que foi levada ao hospital por apresentar irritação na genitália e resistência em ser tocada pela mãe. Foram tomadas providências contra Doenças Sexualmente Transmissíveis no hospital, pois havia a suspeita de violência. A família passou por diferentes órgãos de atenção a casos de abuso sexual, na área da saúde, da justiça e da assistência social. A criança tem extrema dificuldade para apontar o agressor. Ela já sinalizou que o tio a tocava no âmbito da justiça. E em momento separado, relatou para a genitora que o pai também era agressor. A mãe relata que a repreendeu para que não

voltasse a acusar o genitor, pois não acreditava que pudesse ter sido ele. O genitor participou dos atendimentos prestados no CREAS. De acordo com os registros, ele tem uma relação tranquila com a filha.

O último caso mostra a situação de uma criança de quatro (4) anos. De acordo com relatos, a genitora viu a filha enrolada em uma rede com o genitor e como ele não soube explicar o que ocorria, ela desconfiou que poderia se tratar de uma situação de abuso sexual e pediu ajuda na creche da filha. A criança afirmou que o pai a tocou e solicitou que ela o tocasse na genitália. A mãe relata que soube que o agressor participou de uma audiência, mas não sabe se foi algo relativo a esta situação. Não há histórico da violência ou de outros relatos que ajudem o/a profissional a se situar em relação ao que ocorreu, ou tampouco registro de encaminhamentos feitos a outras instituições.

Os quatro casos citados nos permitiram constatar a dimensão dos desafios e dificuldades em compreender o que possa ter ocorrido com essas crianças e adolescentes e em atuar de forma adequada nessas situações. Não é possível acessar de forma direta as vivências das crianças e adolescentes. A averiguação e a possível comprovação das situações de violência deve se dar por meio de outros fatores que não a fala. Essas situações tornam o trabalho de acompanhamento mais difícil, pois são marcadas pela incerteza.

O abuso sexual, nestes casos, estará ainda mais envolto em silêncio e segredo, além de permeado por fantasias. Habizang, Koller, Azevedo e Machado (2005) apontam que em alguns casos ainda são exigidas provas materiais acerca do abuso sexual, mesmo quando se sabe que algumas práticas possam não deixar marcas. As autoras apresentam o depoimento de familiares e uma avaliação psicológica criteriosa como possibilidades de esclarecer essas situações.

É preciso ressaltar, porém, que o atendimento a famílias que vivenciaram situação de abuso sexual nos CREAS não tem por objetivo averiguar a veracidade dos fatos ocorridos. A revelação da violência é fator importante e pode direcionar as intervenções, já que é possível fazer uma avaliação mais abrangente da situação familiar. Entretanto, é necessário considerar que quando há uma suspeita de abuso e uma denúncia é realizada, o cotidiano e as relações familiares daquele grupo estarão fragilizadas, pois paira sobre a família a suspeita ou a constatação da existência de uma situação violenta, ainda que incerta.

O atendimento deve visar o fortalecimento da família para lidar com a violência, ainda que esta não tenha sido confirmada. Essa postura é essencial, pois facilita a construção de vínculo com a família. As intervenções, neste caso, deverão ter por objetivo compreender como a família está lidando com a situação, no que concerne aos aspectos protetivos e afetivos. Visam também a identificação de que elementos esse grupo dispõe para lidar com os desafios que envolvem a denúncia de abuso sexual.

É importante ainda que os/as profissionais, sejam da área de serviço social e da psicologia, que têm o objetivo de prestar acompanhamento; sejam da área da justiça, que buscam avaliar a situação em que vivem as crianças e adolescentes, proporcionem à vítima um espaço diferenciado de expressão. É fundamental também que disponham de recursos lúdicos que favoreçam o acesso ao universo simbólico da experiência. Por fim, o processo de formação continuada dos/as profissionais é indispensável para que estejam preparados para acolher e intervir junto a essa população.

Diante da dificuldade de se estabelecer se as situações de abuso sexual de fato ocorreram no caso de crianças e adolescentes com deficiência, Pfeiffer (2006) aponta alguns sinais que podem auxiliar nessa tarefa. De acordo com a autora, a vítima pode apresentar resistência diante de cuidados de higiene íntima, demonstrar medo ou

aversão a pessoas de determinado sexo ou exibir comportamento sexual incompatível com a sua idade. Esses sinais podem ser relatados pela família em atendimentos e constituem indícios de que houve ali, alguma forma de violação.

Apesar de as violências contra crianças e adolescentes terem ganho grande espaço nas discussões sobre direitos humanos na atualidade, os maus tratos e as violências contra crianças com deficiência continuam sendo pouco relatados e problematizados. Stalker e McArthur (2012) apontam que esse fato deve ser motivo de preocupação para quem planeja as políticas públicas, para quem as executa e para as famílias. Essa é uma parcela da população muito vulnerável e que vem sendo vítima de diversas situações de violação. É importante que os/as profissionais que lidam com pessoas com deficiência e também com crianças muito pequenas estejam atentos aos sinais apresentados que possam indicar a presença de situações de violência. É necessário ainda que estejam preparados para escutar nas entrelinhas dos relatos sobre as violências, aquilo que por muito tempo não pôde ser dito.

### *Considerações Finais*

Crianças e adolescentes continuam sendo um público vulnerável a situações de violência a despeito das discussões que vêm ocorrendo na sociedade com o intuito de assegurar seus direitos e proteção. Vários são os fatores de risco que estão associados a essa fragilidade. A submissão aos adultos que prestam os cuidados, característica de nossa sociedade adultocêntrica é o principal deles (Azevedo, 2000). Os adultos organizam e representam a vivência das crianças, por vezes expressando por elas seus desconfortos. A imagem de crianças e adolescentes está, portanto, associada à fragilidade, subalternidade e inferioridade.

O fato de que muitas vezes as crianças e adolescentes não compreendem a ação de uma pessoa próxima como violenta, resulta em dificuldade para comunicar o ato, para defender-se e para procurar ajuda (Cardin, Mochi & Bannach, 2011). A proximidade com o agressor dificulta a reação das vítimas, seja por fatores afetivos ou por receio de lidar com as consequências de sua ação. Por fim, as crianças e adolescentes, em geral, são ensinadas a dizer não a estranhos, mas não são alertadas de que em algumas situações podem dizer não também às pessoas próximas e em quem confiam (Lamour, 1997).

A maioria das vítimas de abuso sexual encontradas em nossa amostra era do sexo feminino, dado que ressalta outra população vulnerável – a de crianças-mulheres. O abuso sexual constitui uma forma de violência de gênero quando consideramos as colocações feitas por Saffioti (2001). A autora ressalta que essas situações têm raiz em um eixo patriarcal, em que as perspectivas de dominação do masculino são centrais. Pressupostos patriarcais e crenças machistas podem estar presentes nas vivências de adultos – homens e/ou mulheres – que passam a violar os direitos de crianças e adolescentes. Dessa forma, as crianças-mulheres são duas vezes vulneráveis, por seu sexo e por sua idade.

Duas possíveis consequências advindas de situações de abuso sexual foram evidenciadas em nosso estudo: as dificuldades de aprendizagem e as dificuldades para lidar com a sexualidade (Azevedo, Guerra & Vaiciunas, 2000; Brino & Williams, 2006; Rodrigues, Brino & Williams, 2006; Habizang, Koller, Azevedo & Machado, 2005). No que concerne à aprendizagem, foi possível constatar que cinco (5) dentre as vítimas haviam abandonado a escola, enquanto que boa parte das outras crianças e adolescentes estavam atrasadas em seu desempenho escolar. O atraso escolar e/ou o abandono da escola são citados na literatura como sinais que podem indicar a ocorrência de violência

sexual. Professores, familiares e profissionais que lidam com essas crianças e adolescentes precisam estar atentos para captar e levar a sério esses indícios.

Constatamos que situações de abuso sexual podem afetar de diversas formas a vivência da sexualidade dessas crianças e adolescentes. Ressaltamos a dificuldade de lidar com o tema da violência sexual em razão dos tabus que a questão da sexualidade ainda carrega. O tema pode gerar desconforto social, em especial quando associado à violência e a crianças e adolescentes. É importante considerar que a vivência de uma situação de violência sexual pode dificultar a adaptação sexual das vítimas em etapas futuras de suas vidas (Azevedo, Guerra & Vaiciunas, 2000). A dificuldade de estabelecer uma relação de intimidade e afetividade, livre da agressão e da ideia de invasão de seu corpo, pode ser um desafio para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.

Por fim, constatamos que a tarefa de compreender que a sexualidade faz parte do desenvolvimento de crianças e adolescentes e das vivências cotidianas do ser humano pode não ser fácil para os/as adultos/as que lhes prestam cuidados quando houve uma ocorrência de abuso sexual. Alguns dos casos que examinamos evidenciam o conflito entre a negação da vivência da sexualidade por parte dos responsáveis e constatação de interesse sexual já presente nas crianças e adolescentes que foram vítimas de abuso sexual.

A sexualidade constitui, portanto, um tema central nas situações de violência sexual e merece atenção nas orientações e acompanhamentos prestados. As noções de sexualidade presentes nas fantasias e vivências cotidianas da vítima podem estar emaranhadas em sentimentos confusos e lembranças perversas. A negação da existência de sua sexualidade ou a aparição de comportamentos hiperssexualizados não condizentes com sua idade são duas possibilidades extremas que podem estar presente

ao longo do processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. É indispensável, portanto, que as intervenções junto a essa população ultrapassem os tabus e preconceitos e abordem o tema de forma adequada à faixa etária da vítima, para permitir a elaboração dessa dimensão e a construção de vivências saudáveis e adequadas a seu momento de desenvolvimento.

A idade das crianças e adolescentes a que dizem respeito os prontuários analisados variou de dois (2) a dezessete (17) anos. Em boa parte dos casos, não era possível saber a idade das crianças ou adolescentes por ocasião do abuso sexual, fator que demonstra a dificuldade de falar sobre o fato. Dentre os que foi possível saber a idade da vítima, constatou-se que a maioria era de crianças com onze (11) anos ou menos. Apesar desse fato, os atendimentos foram prestados em sua maioria a crianças e adolescentes que tinham entre dez (10) e dezessete (17) anos. Esses dados revelam a presença de certa morosidade no processo de acesso às famílias que foram vítimas de abuso sexual e no atendimento prestado a elas. É fundamental, portanto, que os serviços invistam em identificar os fatores que podem estar influenciando a tomada de providências cabíveis para lidar com cada situação de violência sexual e com os acompanhamentos propostos às vítimas e às suas famílias.

As dificuldades encontradas para prestar atendimento a crianças muito novas e crianças e adolescentes com deficiência foram também abordadas em nosso estudo. Foi evidenciada a necessidade de buscar formas mais efetivas de comunicação e de potencialização da expressão dessa população que por vezes tem seus discursos e denúncias lançadas ao descrédito, o que pode perpetuar situações de violação e o sofrimento das vítimas.

Lamour (1997) aponta em seu estudo que é necessário ensinar às crianças e adolescentes que é possível voltar atrás em seu consentimento quanto a certos carinhos

e toques, e que consentir uma coisa não é consentir tudo. É preciso criar estratégias que facilitem o atendimento e a orientação de crianças muito novas e de crianças e adolescentes com deficiência. É necessário também que suas denúncias, expressões e os possíveis sinais apresentados que indiquem a ocorrência de abuso sexual sejam considerados. As dificuldades que encontram para se comunicar já são bastante elevadas e não podem ser descartadas ou simplesmente lançadas ao descrédito.

É indispensável que os/as profissionais sejam capacitados para conhecer e lidar com as características específicas de crianças e adolescentes, com deficiência ou não, muito jovens ou não. A qualificação das equipes profissionais que lidam com o assunto implica no conhecimento dos arranjos sociais que envolvem as situações de violência e dos aspectos específicos que perpassam as vivências dessa população. Acessar essas características e ter em mente suas peculiaridades são aspectos que podem favorecer a compreensão e o acolhimento dessas vítimas e de suas histórias.

## **Famílias E Atendimentos: Contextos De Violências E De Vulnerabilidades**

A violência doméstica contra crianças e adolescentes constitui fenômeno social e relacional grave que requer estudos e o desenvolvimento de novas práticas de enfrentamento e prevenção. A violência sexual é uma das formas de agressão que acomete esse público e necessita de atenção. O Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Infanto-Juvenil, lançado no Brasil em 2000, dez anos após a promulgação do ECA, evidencia o empenho da sociedade em abrir espaços para discussões sobre as situações de violência sexual ocorridas em nosso país.

O abuso sexual é compreendido por Azevedo, Guerra e Vaiciunas (2000) como uma “modalidade privilegiada de violência doméstica contra a criança” (p. 197). As autoras apontam que é uma forma de violência diferenciada, pois além da questão sexual pode envolver abusos emocionais e agressões físicas. As situações de abuso sexual constituem formas de violação aos direitos sexuais e particulares de crianças e adolescentes (Ribeiro, Ferriani & Reis, 2004).

Ampliar as discussões sobre o tema e viabilizar intervenções eficazes junto a vítimas de abuso sexual e suas famílias permite o enfrentamento das consequências que vivenciam e a prevenção de situações futuras. Para tanto, estudos que visem maior compreensão acerca desta população e da violência que sofreram são fundamentais, pois possibilitam maior adequação dos serviços e atendimentos prestados a essas famílias (Pelisoli, Pires, Almeida & Dell’Agió, 2010).

Este artigo tem por objetivo apresentar características das situações de abuso sexual sofridas por famílias atendidas em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social do Distrito Federal. Os dados apresentados nesse trabalho fazem parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado que teve por objetivo compreender as

características de famílias atendidas em um CREAS no Distrito Federal e que vivenciaram situações de abuso sexual e identificar as formas de atendimento prestadas a essas famílias. Iniciamos com uma breve revisão sobre o conceito e as características de situações de abuso sexual. Em seguida descrevemos a estratégia metodológica utilizada para apresentar os resultados e tratar de suas implicações para os serviços e as políticas que orientam esse tipo de atendimento.

### *Abuso Sexual: Conceitos e Características*

A violência perpassa nossas relações interpessoais de forma complexa. Não se trata de um ato isolado - ela tem raízes históricas, econômicas e culturais. Faz parte de nosso cotidiano, dando cara ao jogo de poderes que se estabelece em nossos relacionamentos. Costa (2003) afirma que a violência pode ser uma expressão extrema de poder, apresentada na ação de um mais forte sobre o mais fraco. Faleiros e Faleiros (2007) ressaltam que “todo poder implica a existência de uma relação, mas nem todo poder está associado à violência.” (pág. 29). Dessa forma, o poder não é em si, algo ruim, ao contrário, é natural; a forma como o utilizamos é que pode torná-lo um ato violento. Quando associado à violência este poder está sendo autovalidado por aquele que se julga acima das normas e regras estabelecidas.

O Conselho de Prevenção Contra Abuso Infantil da Organização Mundial de Saúde apresenta a seguinte definição para o abuso ou maus-tratos perpetrados contra crianças e adolescentes:

“Constitui todas as formas de tratamento doentio físico e/ou emocional, abuso sexual, negligência ou tratamento negligente, exploração comercial ou outro tipo de exploração, resultando em danos reais ou potenciais para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder” (Runyan, Wattam, Ikeda, Hassan & Ramiro, 2002, p. 59).

O abuso sexual contra crianças e adolescentes é uma das formas de violência doméstica mais grave, de acordo com Cardin, Mochi e Bannach (2011). Os autores afirmam que essa forma de violação pode ocasionar danos psicológicos permanentes às vítimas. Williams (2009) aponta que uma das definições de abuso sexual mais utilizada em nosso país é a de Monteiro, Abreu e Phebo, publicada em 1997:

Situação em que uma criança ou adolescente é usada para gratificação sexual de um adulto, baseada em uma relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus, 'voyeurismo', pornografia e exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem utilização de violência física (Williams, 2009, p. 22).

Habizang e cols. (2005) definem o abuso sexual como a interação entre uma criança ou adolescente e alguém em estágio psicosssexual mais avançado de desenvolvimento que usa a vítima para sua estimulação sexual. As autoras salientam ainda que esta violência pode ocorrer no âmbito familiar e ser praticada por pessoas que desempenham papel de cuidador junto a vítima, tendo com ela relação de confiança. Esse cuidador pode ser mãe, pai, irmãos (as), tios (as) ou outros familiares. Nesse caso, trata-se de abuso sexual intrafamiliar. O abuso também pode ser perpetrado por pessoas fora do núcleo familiar, constituindo um abuso sexual extrafamiliar.

Essa visão corrobora a definição de Faleiros e Faleiros (2007), que apontam para a possibilidade de o agressor sexual ser um adolescente mais velho que mantém com a criança uma relação de poder. Esses autores salientam ainda que o abuso sexual é uma forma de dominação perversa estabelecida numa relação interpessoal sexualizada e mantida em segredo. Para sustentar o silêncio, o agressor estabelece com a vítima um padrão de comunicação também perverso, por meio do qual seduz a criança ou adolescente, mas a desqualifica emitindo mensagens contraditórias e ambíguas. Cabe ressaltar que além de violência física, o abuso sexual pode envolver ou não coação,

ameaças, chantagens, sedução ou indução do consentimento do indivíduo em razão do desequilíbrio de poder que torna possível a violação (Cantelmo, 2010).

A situação abusiva envolve diversas formas de exercício de poder. Nesse contexto uma pessoa adulta submete uma criança ou adolescente a uma relação homo ou heterossexual para a satisfação de seus desejos ou gratificação sexual (Runyan & cols., 2002). Esse jogo de poder pode estar relacionado à diferença de idade, de tamanho ou a uma relação familiar investida de autoridade. Schreiner (2008) salienta que o abuso sexual ultrapassa o ato e o desejo sexual que poderiam ser conseguidos por meio de relações socialmente aceitáveis. Para a autora, a violência seria então um ato violento de desejo não só por satisfação, mas também por poder e dominação.

Gabel (1997) salienta que nesse jogo, três níveis de poder se tornam disfuncionais nas vivências das crianças e adolescentes vítimas de violência. Estes níveis são:

“...o poder exercido pelo grande (forte) sobre o pequeno (fraco); a confiança que o pequeno (dependente) tem no grande (protetor); e o uso delinquente da sexualidade, ou seja, o atentado ao direito que todo indivíduo tem de propriedade sobre o seu corpo” (p. 10).

Na mesma linha, Faleiros e Faleiros (2007) apontam que a violência sexual propicia o surgimento de situações que deturpam as relações entre crianças/adolescentes e adultos por torná-las genitalizadas, erotizadas e violentas. Também confundem as crianças fazendo com que os adultos percam seu papel de responsabilidade e cuidado e invertam a natureza das relações, tornando-as, segundo os autores:

“...desumanas em lugar de humanas, negligentes em lugar de protetoras, agressivas em lugar de afetivas, individualistas e narcisistas em lugar de solidárias, dominadoras em lugar de democráticas, controladoras em lugar de libertadoras, perversas em lugar de amorosas, desestruturadoras em lugar de socializadoras” (p. 39).

O abuso sexual tem, portanto, características complexas e perversas. É indispensável que as situações de abuso sexual sejam analisadas a fundo, em conjunto com as realidades que as cercam. Somente com o conhecimento dos elementos que envolvem essa situação torna-se possível visualizar perspectivas de enfrentamento e intervenções coerentes.

Neste artigo buscamos apresentar as características das situações de violência vivenciadas, tais como a natureza desta agressão, a relação do grupo familiar com o agressor, a presença de outras formas de violência nesta família e as dificuldades encontradas pelas famílias e pela equipe de atendimento para lidar com o silêncio que ronda esta situação. Nossa intenção é que estas reflexões possam auxiliar no planejamento de intervenções mais objetivas e eficazes para enfrentar essas situações de abuso sexual.

### *Método*

A pesquisa teve natureza qualitativa e foi realizada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Ceilândia, DF. Esse Centro presta atendimento a famílias que vivenciaram situações de abuso sexual. A estratégia de coleta de dados foi um levantamento documental realizado nos prontuários das famílias atendidas por este CREAS. A coleta levou em consideração os registros feitos por profissionais do serviço e os documentos enviados à instituição solicitando acompanhamento e atendimento às famílias.

A seleção dos prontuários foi realizada por meio do exame das tabelas de registro de atendimento a casos de abuso sexual deste CREAS, as quais apontam casos que já foram atendidos pela equipe técnica. A busca por registros se deu a partir de duas tabelas utilizadas pela instituição para organizar e sinalizar os atendimentos prestados.

Uma das tabelas, nomeada aqui como TABELA GERAL, continha registros de todos os casos acolhidos no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, no qual se insere o atendimento a casos de abuso sexual. Este documento é alimentado diariamente pela equipe do serviço, tendo sido retirada a versão do dia 12 de setembro de 2011 para a busca de nossa pesquisa. A outra tabela, nomeada aqui como TABELA ESPECÍFICA, se referia apenas a casos de abuso e exploração sexual e era alimentada com os dados do serviço. Essa tabela foi analisada em sua versão de novembro de 2011.

A princípio foi verificado se todos os casos que estavam na Tabela Geral e que se referiam à violência sexual estavam contidos também na Tabela Específica, deixando-a mais completa. Após essa verificação, a Tabela Específica de abuso e exploração sexual que passamos a utilizar ficou com 354 casos ao todo.

Em seguida foi aplicado um filtro no campo intitulado “violação apresentada” que dizia respeito à situação de violência que a requisição ou solicitação de serviço enviada ao CREAS apresentava, bem como a demanda exposta por usuários que procuraram atendimento espontaneamente. Nessa ocasião, foram utilizados os seguintes termos de busca: abuso sexual, violência sexual, assédio sexual e atentado violento ao pudor, comportamento libidinoso dos pais e estupro de vulnerável. Compreendemos que todos esses termos dizem respeito a situações de abuso sexual quando empregados contra crianças e adolescentes.

Foram então retiradas solicitações que apresentavam termos não relacionados diretamente à situações de abuso sexual, como: 1. Exploração sexual, por ser uma forma diferenciada de violência sexual; 2. Situações de adolescentes que vivem maritalmente com homens mais velhos; 3. Requisições que tratam de dificuldades referentes a “diversidade sexual”; 4. Solicitações sem demanda; 5. Situações que apontam “duas

crianças com brincadeiras sexuais”; 6. Situações que se referem a “menor com filhos” ou gravidez na adolescência. Após esse primeiro filtro, restaram 326 registros de famílias que vivenciaram situação de abuso sexual.

O próximo passo foi selecionar os casos que já apresentavam número de prontuário na Tabela Específica. Foram encontrados 154 casos nessa situação. Utilizamos em seguida um critério relacionado ao ano de atendimento dos casos. No início de 2009, o CREAS contava com duas profissionais, uma psicóloga e uma assistente social. Ao longo do ano, recebeu uma nova equipe, que permitiu o atendimento mais célere da demanda. Em função dessa mudança na equipe, tomamos a decisão de escolher prontuários que passaram por atendimento a partir desse ano para compor a amostra.

Foi levado também em conta para estabelecer um marco cronológico o fato de que a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, em que se insere o CREAS, foi lançada em 2004. É a partir desse ano que a efetivação do Sistema Único de Assistência Social é iniciada no DF. O atendimento a casos de abuso sexual na assistência social é, portanto, bastante recente. Nesse sentido, este trabalho também favorece uma reflexão sobre os pontos positivos da estratégia de implantação da PNAS adotada no DF, assim como acerca dos desafios a serem vencidos. Esses dois fatores justificam a escolha do ano de 2009 como um marco importante para a efetivação do serviço, uma vez que um período de cinco (5) anos já permite uma reflexão sobre a estruturação do serviço.

A Tabela Específica apresenta um campo em que registra o especialista, psicólogo ou assistente social, que prestou atendimento a família. Por meio de um filtro, foram retirados dentre os 154 prontuários, aqueles que foram atendidos por profissionais que não compunham mais a equipe a partir de 2009. Restaram então, 85 prontuários. Por fim, entre esses foram retirados todos aqueles casos em que não houve um atendimento efetivo, seja porque a família havia se mudado, seja porque nunca compareceram a

nenhum atendimento. Foram retirados ainda aqueles prontuários em que houve algum contato, mas apenas para informar a mudança de endereço ou a impossibilidade do atendimento. Restaram assim, 40 prontuários que foram lidos e catalogados de acordo com roteiro que foi elaborado com base na literatura.

Ressaltamos que foram selecionados para coleta os casos enviados ao CREAS como suspeita de abuso sexual quando no registro a vítima ou a família afirmou ter ocorrido o abuso e passou por intervenções em razão disso na instituição. Situações de abuso sexual passadas que não foram atendidas em 2009 não fizeram parte da coleta. Já as que tiveram o atendimento iniciado antes de 2009, mas que prosseguiram até esse ano foram consideradas.

Foram incluídas, dessa forma, na coleta e análise os registros de famílias que foram encontradas e atendidas. Tal procedimento possibilitou o acesso a informações sobre as violências sexuais ocorridas, suas características, bem como outras formas de violações presentes nas famílias.

A coleta teve como base um roteiro (Anexo A) que incluiu informações sobre composição familiar, características socioeconômicas, educacionais, histórico de vivência de violências, informações sobre o abuso sexual e os atores envolvidos no episódio. A coleta foi realizada em 2012, após anuência do Comitê de Ética do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília.

#### *Situações de Abuso Sexual: Características e Reflexões*

A função essencial das famílias, independente de suas formas de organização, é promover o desenvolvimento saudável e a socialização dos indivíduos em nossa sociedade. Este grupo especial pode ser fonte de suporte para seus membros, mas pode também carregar histórias de violência e agressões que insistem em se repetir, geração

após geração. Azambuja (2006) aponta bem essa realidade vivenciada pelas famílias de nosso país. A autora ressalta que o lar e os ambientes privados continuam sendo a maior fonte de episódios de violência embora, a violência que acontece nas ruas e ambientes públicos ainda seja a que mais tem visibilidade, a que invade a mídia e rodas de discussão. É o que aponta a Tabela 01, apresentada a seguir.

**Tabela 01**  
**Distribuição das Situações de Abuso Sexual Por Agente Agressor**

Tipo de abuso	Pai	Padrasto	Tio	Avô	Primo	Outro Familiar	Pessoa conhecida	Pessoa desconhecida	Total
Intrafamiliar	11	17	5	2	4	4	-	-	43
Extrafamiliar	-	-	-	-	-	-	5	2	7
Ambos	-	-	-	-	-	-	-	-	-

A Tabela 01 mostra que entre os quarenta (40) registros analisados, trinta e dois (32) relatam situações de abusos sexuais intrafamiliares. O número de agressões intrafamiliares registradas chega a quarenta e três (43), uma vez que constatamos que há famílias em que houve mais de uma vítima e há crianças e adolescentes que foram vítimas de mais de um agressor. Apenas sete (7) prontuários se referem a abusos sexuais extrafamiliares e em um registro, não é possível especificar a violência. O resultado corrobora a revisão realizada por Azambuja (2006). A autora encontrou nos estudos que analisou que 80% dos casos de abuso sexual são perpetrados por membros da família da vítima ou por pessoa próxima que estabelece com a vítima relação de confiança.

A análise dos prontuários mostrou que a maioria dos abusos foi cometida por pais e padrastos, conforme aponta a Tabela 1. São vinte oito (28) situações de violência cometidas por genitores ou padrastos. O estudo realizado por Ribeiro, Ferriani e Reis (2004), que analisou registros de atendimento de casos de abuso sexual do Conselho Tutelar e do Centro de Referência da Criança e do Adolescente de Ribeirão Preto, encontrou resultados semelhantes aos nossos, ao indicar que a maior parte das agressões que ocorreram no âmbito familiar partiu de pais ou padrastos. As autoras trazem para

reflexão três pontos centrais que ajudam a pensar situações de abuso sexual, em especial, cometidos por pais e padrastos. Elas ressaltam a importância das regras de autoridade, gênero e idade em nossa sociedade no que concerne às relações sociais e interpessoais que cercam a situações de violência sexual.

As regras de autoridade se relacionam à hierarquia entre o mais forte e o mais fraco e estabelece relações de domínio. As regras de gênero perpassam nossas relações e constroem padrões de comunicação e ação entre homens e mulheres. Nossa sociedade ainda se organiza ao redor de questões patriarcais que resultam em situações de dominação e violência não apenas entre homens e mulheres, mas também entre adultos e crianças, que leva ao terceiro ponto levantado pelos autores: a idade. As relações estabelecidas entre pais ou padrastos e filhas são, muitas vezes, perpassadas pelos três fatores: uma relação de autoridade e hierarquia, relações de gênero que colocam as crianças do sexo feminino (maior número de vítimas) em situação desfavorável frente ao agressor e a idade, que posiciona o adulto como detentor de poder em relação à criança que está sob sua guarda. Essas são questões que podem estar sustentando a prática de violências desse tipo em nosso meio e colocando crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social.

O abuso sexual intrafamiliar também pode ser cometido por outros familiares como tios, avôs e primos. A Tabela 01 aponta que quinze (15) situações de agressão registradas foram cometidas por outros familiares. É um número reduzido se comparado com o índice de violências praticadas por pais e padrastos e, talvez por isso, a questão não tenha sido muito abordada nos estudos acerca do tema. Braun (2002) caracteriza em seu trabalho formas de abuso sexual intrafamiliar. Ela ressalta o incesto propriamente dito como aquele que envolve a família nuclear da vítima e o incesto entre

consanguíneos como o que diz respeito a tios, primos ou cunhados, situação que classifica como “menos grave” (p.35).

As situações de violência protagonizadas por tios, avôs, primos ou outros familiares também são colocadas em segundo plano em outros estudos. Cohen e Gobbetti apresentam dados que retratam a baixa incidência de abusos sexuais envolvendo agressores da família extensa. Suas discussões e reflexões se voltam aos abusos sexuais cometidos por pais e padrastos. O mesmo ocorre com os trabalhos de Sanderson (2005) e de Cardin, Mochi e Bannach (2011) que apontam a ocorrência de situações de abuso em que outros familiares são os agressores, mas não levam a discussão adiante.

Estudos que visem compreender o envolvimento da família extensa nas dinâmicas abusivas, em especial quando o agressor não é parte da família nuclear são necessários. A questão é particularmente importante em contextos menos favorecidos em que o contato das crianças ou adolescentes com a família extensa é mais intenso. Os fatores que perpassam a ocorrência de violência sexual perpetrada por tios, avôs, primos e outros familiares necessitam de atenção, pois podem estar relacionados à prestação de cuidados às crianças e aos arranjos familiares diversos, que envolvem a família extensa e permitem maior contato do agressor com a vítima.

Pelisoli (2008) salienta que os estudos recentes acerca de abuso sexual têm apontado que os possíveis sintomas advindos dessas situações tendem a ser mais graves quando o ato é praticado por alguém com quem a vítima mantém laços afetivos significativos. Fischer e McDonald (1998) ressaltam em seu trabalho que não há indícios de que o abuso sexual intrafamiliar seja mais grave do que o extrafamiliar. Os autores apontam que as duas formas de violação podem envolver a ocorrência de comportamentos sexuais graves. Dessa forma, tanto o abuso intrafamiliar quanto o extrafamiliar podem ser muito danosos às vítimas. Os pesquisadores asseveram, no

entanto, ser possível observar que em abusos intrafamiliares há maior duração e frequência da situação de abuso sexual, fatores que podem torna-la uma experiência mais intrusiva do que a violência extrafamiliar, justificando sim a ocorrência de sintomas mais graves nesses casos.

Em razão de a violência sexual ser cercada de complexos fatores que tornam cada situação muito peculiar, é interessante considerar a ressalva colocada por Azevedo, Guerra e Vaiciunas (2000) em seu estudo. As autoras salientam que as consequências ocorridas em razão do abuso sexual dependem de um conjunto de condições da vítima, da violência e do próprio agressor, em especial em abusos sexuais intrafamiliares. A vivência de situações de violência envolvendo pessoas tão próximas à vítima pode requerer intervenções diferenciadas e específicas, em que o/a profissional precisa conhecer as características da violência, da vítima e mesmo do agressor.

É importante observar que a família nesses casos não apenas tem que lidar com a dor de ter tido um membro vitimado por violência, mas tem também que enfrentar o fato de que possui vínculos com o agressor, podendo estar muitas vezes com sentimentos confusos e divididos. Sua reorganização não é apenas no sentido de fortalecer, acolher e proteger aquela pessoa que foi vítima de uma situação de violência, mas também de refletir e compreender a presença da violência e do agressor em sua família.

É indispensável que intervenções junto a famílias que vivenciaram situação de violência sexual, em especial intrafamiliar, levem em consideração os fatores citados – autoridade, hierarquia, gênero e idade – para que sejam exitosas. Os contextos de atendimento devem consistir em momentos de avaliação da situação e das circunstâncias que as cercam, mas também de intervenções que visem à elaboração e

reconstrução do espaço afetivo e social em que este grupo familiar se encontra. A dimensão financeira e outras questões sociais também precisam ser examinadas.

A questão socioeconômica é outra característica específica que agrava a situação de vulnerabilidade das famílias analisadas, fato que pôde ser verificado em nosso estudo. Conforme aponta a Tabela 2, vinte e três (23) das famílias que compõem a amostra são beneficiárias de algum programa de transferência de renda ou alimentação do governo e quatro (4) são cadastradas e aguardam inserção nos programas. Ademais, trinta e duas (32) famílias vivem com cerca de três salários mínimos por mês. Esses dados evidenciam as dificuldades socioeconômicas enfrentadas por essas famílias que vivenciaram situações de abuso sexual.

Tabela 02

**Distribuição das Famílias Por Benefício Que Recebem e Renda Mensal**

Benefício	Famílias que recebem até 3 SM <sup>c</sup>	Famílias que recebem mais de 3 SM <sup>c</sup>	Renda não informada	Total
Bolsa família	19	1	1	21
Cesta de Alimentos	2			2
Não recebe BTR <sup>a</sup> , mas tem cadastro <sup>b</sup> .	4			4
Não recebe nenhum BTR <sup>a</sup>	7	5	1	13
Total	32	6	2	40

**Nota.** <sup>a</sup> BTR: Benefício de Transferência de Renda (Bolsa família). <sup>b</sup> O termo “cadastro” refere-se ao formulário preenchido por famílias que esperam inserção nos programas de transferência de renda. <sup>c</sup> SM: Salário Mínimo, considerado aqui o valor vigente em 2009: R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais)

A pobreza não pode ser associada de forma direta a situações de abuso sexual. Costa (2003) aponta que é injusto avaliar a violência familiar em populações de baixa renda fora desse contexto. Entretanto, algumas questões vivenciadas pelas comunidades pobres podem asseverar o risco de violência, como é o caso da falta de abrigo, das frustrações ocasionadas pela miséria e pelo desemprego, do alcoolismo, da cultura de não comunicação com crianças e adolescentes e da promiscuidade (Faleiros, 1998).

Gomes, Deslades, Veiga, Bhering e Santos (2002) apontam que é muito comum a associação entre pobreza e violência, até porque o aumento dos níveis de miséria constitui fator importante para o crescimento da violência. No entanto, salientam que relacionar esses dois fatores de forma indiscriminada pode acarretar na criminalização da pobreza, o que ocasiona o julgamento incessante da população mais pobre.

É importante salientar que o CREAS analisado se encontra em uma região marcada por histórico de desigualdades sociais e pobreza. A cidade de Ceilândia foi construída para absorver uma série de invasões que ocorreram no DF, e recebeu uma população constituída por migrantes e outros trabalhadores que não tinham casa própria. É uma das cidades mais populosas do DF, no entanto, ainda carece de políticas públicas que supram de forma eficaz as necessidades da comunidade. É importante ressaltar que o fato de as famílias atendidas no CREAS serem majoritariamente pobres não estabelece relação direta entre as situações de abuso sexual vivenciadas e a pobreza.

Situações de violência sexual ocorrem em todas as classes sociais. No entanto, as famílias de classes sociais mais altas, contam com estratégias que permitem a manutenção do silêncio sobre as situações de violência que vivenciaram. Ademais, possuem condições para acessar outras formas de suporte que as livra dos serviços públicos de atendimento (Habigzang et cols. 2005; Gomes, Deslades, Veiga, Bhering & Santos 2002; Cardin, Mochi & Bannach, 2011).

A pobreza figura, portanto, como um dos fatores que pode estar associado às complexas e multifacetadas situações de violência. De acordo com o Relatório Alternativo para o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas (OMCT, 2009), enfrentar uma situação de pobreza significa lidar com o risco constante de sofrer violências em casa ou nas ruas, além de suas consequências. A violência não é questão exclusiva de contextos de pobreza, mas não se

pode negar que estes elementos são correlacionados. Este documento ressalta ainda que mulheres e crianças pobres estão mais vulneráveis a se tornarem vítimas de violências, em especial de agressões específicas relacionadas a seu gênero e idade, como é o caso do abuso sexual (OMCT, 2009).

A avaliação da história de violência do grupo familiar é outra questão indispensável. Ela possibilita reflexões no que diz respeito à interrupção do ciclo de violência que pode cercar a família. Esse é um objetivo importante dos atendimentos prestados no âmbito da Assistência Social. A avaliação da história de violência presente nos prontuários das famílias pesquisadas é apresentada na Tabela 3.

Tabela 03  
**Distribuição das Famílias Por Ocorrência ou Não de Intervenções Anteriores a Situação de Abuso Sexual**

	Atendimento <sup>b</sup> a situação de violência	Atendimento <sup>b</sup> a situações de contingência	Sem atendimento <sup>b</sup> anterior	Total
Requisição anterior <sup>a</sup>	8	3		11
Sem requisição anterior	1	5	23	29
Total	9	8	23	40

**Nota.** <sup>a</sup> “Requisição anterior”: significa que há documentos anteriores solicitando serviços ao CREAS. <sup>b</sup> O termo “atendimento” acima se refere a intervenções prestadas antes do atendimento a situação de abuso sexual.

A Tabela 03 mostra que dezessete (17) dentre as quarenta (40) famílias haviam estado no CREAS para algum tipo de atendimento. Nove (9) situações envolviam outras violências e, portanto, essas famílias já haviam sido acompanhadas na instituição. Em oito (8) situações, havia alguma solicitação de benefício eventual ou de atendimento a condições contingenciais envolvendo dificuldades socioeconômicas, sem o envolvimento de violência. Além das situações de violência atendidas antes da situação de abuso sexual, foi possível constatar a ocorrência de outras formas de violência que foram reveladas durante o atendimento à situação de abuso sexual, conforme aponta a Tabela 04.

Tabela 04

**Distribuição de Outras Formas de Violência Ocorridas Nas Famílias**

	Maus Tratos contra Crianças e Adolescentes						Violência Contra adultos		Total
	Violência Física	Violência verbal	Violência Psicológica	Negligência	Trabalho Infantil	Indefinido	Violência doméstica	Violência Contra Idoso	
Situação anterior <sup>a</sup>				5	3		2	1	11
Atendimento 2009 <sup>b</sup>	7	1	2	1	2	1	4		18
Total	7	1	2	6	5	1	6	1	29

**Nota.** <sup>a</sup>“Situação anterior”→ significa que a situação de violência foi apresentada por requisição ou intervenções ocorridas antes de 2009. <sup>b</sup>“Atendimento 2009”→ significa que a revelação foi feita durante o atendimento a situações de abuso sexual.

Durante os atendimentos prestados em função da situação de abuso sexual, dezoito (18) famílias revelaram a presença de outra forma de violência. Em treze (13) dessas havia a presença de maus-tratos contra crianças e adolescentes. Em quatro (4), a outra situação revelada era de violência doméstica contra a mulher. Constatou-se também que onze (11) situações de violência estavam registradas nos prontuários por meio de solicitações de acompanhamento anteriores ou atendimentos prestados antes de 2009.

Situações de violência perpassam o cotidiano desses grupos, o que gera a necessidade de uma intervenção ampla e abrangente. Foram consideradas para inclusão neste quesito, situações relatadas em evoluções, ou relatórios que constavam no prontuário, mas não há no documento um formulário ou campo específico que aponte as vivências de violência do núcleo familiar. O número de famílias com múltiplas vivências de violência pode ser, portanto, ainda maior.

A importância dessa questão para a avaliação da situação familiar mostra que é indispensável a elaboração de instrumentos de registro que abordem as várias possibilidades de vivências de violência por que passaram essas famílias. A existência

de tal instrumento permitiria que esses dados fossem coletados nos primeiros atendimentos realizados com a família e registrados de forma clara.

A violência presente no cotidiano dessas famílias apresenta novas faces e transforma-se, sem ser interrompida em alguns casos. Azambuja (2006) assevera que a experiência de múltiplas situações de violência pode afetar os relacionamentos familiares posteriores e marcar os padrões de vínculo estabelecidos pelas pessoas.

Em nosso estudo, dois (2) registros mostraram situações de violência sexual ocorrendo em famílias em que já houve outras formas de agressão sexual. Na primeira delas, a genitora das duas vítimas denunciou o marido por tentar abusar das filhas. A genitora relatou que foi vítima de violência sexual por parte de seu padrasto na infância e que aos treze (13) anos casou-se para sair de casa e livrar-se da violência. O então marido praticava contra ela, desde o início do casamento, violência doméstica. Ele a agredia e não permitia que trabalhasse ou estudasse, mantendo-a sempre dentro de casa. Em certa ocasião, viu o marido acariciando as filhas – a mais nova estava com sete (7) anos e a mais velha com nove (9) anos na época dos atendimentos.

Após a suspeita, a genitora escutou das filhas denúncias de que o pai as tocava. A mais velha tinha dois (2) anos quando ocorreram os primeiros abusos. Não é possível saber quando a mais nova começou a sofrer agressões. A genitora percebeu que as filhas podiam também estar sendo vítimas de violência sexual e resolveu realizar uma denúncia. Na mesma família, pesa sobre o irmão mais velho das vítimas, filho apenas do pai, a suspeita de também abusar de uma das irmãs.

Cabe apontar que a vivência desta família é perpassada por diversas formas de violência desde sua constituição. A união do casal se deu quando a genitora contava apenas com treze (13) anos, ainda bastante jovem para consentir de forma madura e consciente com as transformações que um matrimônio pode acarretar, do ponto de vista

afetivo, sexual e social. Ela fugia das agressões do padrasto que a violentava e sem contar com o apoio da genitora a quem confidenciou a história, colocou-se em nova situação de risco.

O segundo caso em que há mais de uma situação de agressão sexual, diz respeito à suspeita de que uma criança, a época com três (3) anos, tinha sido vítima de abuso sexual por parte do pai. A genitora tem quatro (4) filhos: os dois mais novos, uma menina de quatro (4) anos e um menino de um (1) ano, são filhos do agressor; a menina mais velha, que tinha sete (7) anos, é filha de seu segundo companheiro e o rapaz mais velho, que tinha nove (9) anos, é filho de seu primeiro relacionamento.

A leitura dos registros nos permitiu ver que há alguns anos atrás essa família esteve em atendimento no CREAS. Nessa ocasião, solicitou a inserção das crianças em creche. Havia, nesse momento, registro de queixa de abuso sexual contra o filho mais velho dessa senhora, perpetrado pelo padrasto. O padrasto fugiu e o adolescente continuou a residir com sua família.

Durante o atendimento realizado a partir de 2009, foi perguntado à genitora onde estava o adolescente. Ela respondeu que foi viver com familiares em outra cidade, por estar investindo contra a irmã, filha do homem que o agrediu, na tentativa de abusar sexualmente dela. Por fim, surgiu a última situação de abuso sexual, em que a filha mais nova foi vitimada pelo genitor, último companheiro da mãe e que também praticava contra ela violência doméstica. Esses dados sugerem que a presença de múltiplos parceiros constitui um fator de risco importante em casos de abuso sexual.

Os registros evidenciaram que esta família tem um histórico de violência vasto e que vez após vez, seus membros foram colocados em risco em função de novas uniões ou alianças. Em situações como essa, as intervenções prestadas devem incluir reflexões sobre a escolha de parceiros no intuito de reduzir o risco apresentado por essas novas

uniões. Devem buscar ainda auxiliar na elaboração de formas saudáveis de relação, comunicação e proteção com intuito de reduzir a incidência de novas violações.

É fundamental, portanto, abrir espaço para reflexões sobre os fatores que favorecem a repetição e o acontecimento de tantas formas de violência. Habigzang, Koller, Azevedo e Machado (2005) encontraram também em seu estudo a coexistência de diversas formas de violência nas situações de abuso sexual, em especial a agressão física, psicológica e a negligência. As autoras ressaltam que essas agressões contribuem para a manutenção da situação de violência sexual em segredo em razão dos sentimentos de medo e impotência frente às ameaças feitas pelo perpetrador. A dificuldade de falar constitui, portanto, outro obstáculo que se apresenta nos contextos de abuso sexual. O silêncio e o segredo são elementos centrais nas dinâmicas relacionais de famílias que vivenciam situações de violência e é dessa questão que tratamos a seguir (Diniz & Pondaag, 2004, 2006).

#### *O Silêncio e o Segredo que Ronda Situações De Abuso Sexual: Da Família Ao Serviço*

O silêncio e o segredo são características perversas das situações de abuso sexual. Eles se constroem em meio à relação ambígua estabelecida entre o abusador que pode desempenhar um papel de cuidador, e a vítima que fica dividida entre manter o silêncio ou desvelar uma relação obscura que a violenta. Azambuja (2006) atribui ao caráter privado da violência sexual a motivação para a manutenção do sigilo.

Felizado, Zürcher e Melo (2006) asseveram que o abuso sexual, em especial o intrafamiliar, continua a ser um tabu social apesar das campanhas que objetivam incentivar as denúncias e a proteção de crianças e adolescentes. Ainda encontramos grande confusão no que diz respeito à definição de situações de abuso sexual, ou seja, são muitas as dificuldades de estabelecer o ponto crucial em que uma carícia carregada

de afeto se torna uma invasão abusiva com teor sexual (Felizado, Zürcher e Melo, 2006).

Bastos e Alcântara (2006) apontam a necessidade de um acompanhamento próximo e contínuo às famílias vítimas de violência no intuito de estabelecer vínculos e confiança que viabilizem a revelação do segredo que envolve a família. Isso é um fator essencial para que esse grupo vislumbre perspectivas livres de agressões e se deixe auxiliar no processo de desvelamento e elaboração da violência.

Em dois dos casos analisados em nosso estudo, a vítima rompeu o silêncio, denunciando o abuso, mas voltou atrás, retificando sua história e negando a violência. O primeiro caso refere-se a uma adolescente, que tinha catorze (14) anos por ocasião das agressões, que acusou três familiares de a terem abusado sexualmente. Ela relatou ter sido abusada primeiramente por um primo, com quem não mantinha muito contato. Pouco tempo depois, o avô a teria violentado dentro de casa, após solicitar sua ajuda para manusear um eletrodoméstico. E por fim, o genitor teria abusado sexualmente dela, numa tarde em que estavam sozinhos em casa. De acordo com a adolescente os três foram muito violentos, agredindo-a fisicamente. Em todos os episódios ela recorreu à igreja que frequentava relatando o fato, mas a denúncia só surgiu quando ela procurou um centro de saúde.

Algum tempo após o início das investigações, a adolescente relatou ter mentido sobre as acusações com o objetivo de sair de casa e residir em outro lugar. No entanto, há no registro indícios de que ela se sentia muito culpada por ter separado sua família. A culpa por denunciar uma situação de abuso sexual e causar danos aos familiares pode ser bastante comum nas vítimas, em especial as de abuso intrafamiliar, em que a família pode sofrer modificações e necessitar buscar reorganização.

Furniss (1993) ressalta que o silêncio pode ser sustentado pela ansiedade frente às ameaças e possíveis consequências da revelação, como uma separação dos pais e a desintegração da família. Bastos e Alcântara (2006) salientam a existência de mecanismos de proteção e segredo na família que visam à manutenção da ilusão de harmonia em seu interior, o que requer uma atenção mais cuidadosa de profissionais que prestam atendimento a essa população. Essa negação da agressão pode levar ao sofrimento da vítima e, por vezes, a proteção do agressor e à sabotagem das intervenções propostas.

No segundo caso, duas crianças foram abusadas por um homem que era o pai da mais nova, que tinha seis (6) anos, e o padrasto da mais velha, que contava dez (10) anos. Elas relataram as situações de abuso em diversos órgãos e o prontuário contém também o relato da confissão do agressor em um órgão da justiça. Após algum tempo, a genitora relata não ter certeza se os abusos de fato ocorreram e é confrontada com a confissão do ex-companheiro. As duas meninas passam a afirmar que não foram vítimas de abuso sexual, relatando que a história era uma mentira inventada por pessoas que procuraram a delegacia. A retratação pode ter sido motivada por vários fatores, entre eles questões financeiras e afetivas, uma vez que o genitor era o único provedor da casa e pai de três crianças que residiam com eles.

Ferreira (2002) aponta como possíveis motivos para a negação da situação de abuso sexual a vergonha e o medo da reação de familiares, amigos e profissionais. Já Azambuja (2006) salienta como fatores que encorajam a prevalência do silêncio e do segredo o medo de ser castigada e de não ser protegida que acomete as crianças e adolescentes. Furniss (1993) também corrobora essa questão ao apontar que a criança mente por medo da punição. Esse autor faz em seu trabalho uma diferenciação interessante entre mentira e negação. A primeira, de acordo com ele, é sustentada pelos

aspectos externos do abuso sexual, relacionados às possibilidades de punição de vítimas e agressores e ao possível descrédito da vítima. Já a negação tem caráter psicológico e persiste mesmo após uma revelação clara, constituindo um segredo familiar, uma não experiência, que continua a existir mesmo quando as ameaças legais já foram extintas.

Furniss (1993) nos apresenta a síndrome do segredo que é sustentada pela negação do abuso sexual e a anulação dessa experiência. De acordo com ele, há uma vivência dupla em que a pessoa que abusa se transforma em “outra pessoa” quando no ritual de abuso. O agressor cria um contexto e um ambiente específico para a experiência. Essa ambiguidade vivida junto a essa pessoa de confiança e nesse ambiente diferenciado torna difícil a nomeação dessa vivência como um abuso sexual por parte da vítima. Essa situação torna-se muito mais uma não-experiência, uma negação.

A criança, de acordo com Azambuja (2006), tem medo de falar sobre o que lhe aconteceu e o adulto prefere não ouvir, favorecendo a negação. Além da dificuldade que os próprios familiares têm de prestarem à vítima o suporte necessário para a revelação da violência, cabe considerar também a situação dos profissionais que prestam atendimento a esses casos.

Em muitos prontuários examinados, o registro do histórico da violência é prejudicado. Isso evidencia que a equipe pode também enfrentar dificuldades para expressar de forma clara as questões relacionadas às situações de abuso sexual que atendem. Essas questões podem estar associadas a dois fatores: 1. Ausência de registros adequados no CREAS, o que sugere a necessidade da construção de protocolos ou instrumentais que tenham como foco os elementos centrais que não podem estar fora dos registros, tais como, providências judiciais, número de ocorrência da situação de violência, instituições em que a família já foi atendida, entre outros; 2. Dificuldade

enfrentada pela equipe de profissionais para falar sobre o processo violento em contexto de atendimento. Essas são algumas das questões que abordaremos a seguir.

### *Profissionais da escuta e o Desafio de Não Calar*

A impossibilidade de ter acesso a alguns dados, referentes às situações de abuso sexual, por meio da leitura dos prontuários analisados, nos remeteu a uma dificuldade enfrentada pelos profissionais do serviço em aprofundar as questões de violência nos atendimentos prestados. Trinta e dois (32) prontuários apresentavam informações sobre a realização das denúncias. No entanto, a maioria trazia esse relato nos documentos que prestam encaminhamento e não por meio de registros dos profissionais. Em dezesseis (16) casos não foi possível saber se a violência sexual era recorrente e quinze (15) prontuários não tinham registros sobre as providências judiciais tomadas frente às situações de violência. Essa dificuldade em abordar dados sobre a agressão sofrida pode estar relacionada ao caráter de acompanhamento do serviço que visa fortalecer a família, sem mobilizá-la e fragilizá-la ainda mais. No entanto, cabe questionar: como se dá um processo de fortalecimento sem que haja mobilização?

O cuidado para que a vítima e seus familiares não revivam as violências recontando as histórias é necessário, pois evita a revitimização desse grupo e novo sofrimento frente ao relato da situação. Foi possível constatar entre os casos analisados uma situação em que as vítimas foram levadas a falar sobre a violência por diversas vezes em diferentes órgãos de atendimento ao longo de toda a adolescência. A não repetição da história é uma precaução ética que vem sendo tomada por profissionais em diversos âmbitos de intervenção. No entanto, é interessante atentar para o fato de que a resistência em conhecer profundamente o histórico da violência possa estar ligada a

alguma defesa do serviço e de seus/suas profissionais que também estão envoltos em ansiedade e insegurança.

A ansiedade pode advir de vivências pessoais e valores culturais que angustiam o/a profissional colocado/a frente a situações de violação da sexualidade de uma criança ou adolescente. Ferreira (2002) aponta que fantasias infantis sádicas estão presentes em todas as pessoas e tendem a ficar mais próximas de se tornarem conscientes em casos em que a pessoa é confrontada com situações de violência. Diante disso, a negação funciona como uma defesa contra a angústia e a ansiedade.

Ferreira (2002) chama atenção ainda para outra questão central que pode estar presente nos contextos de atendimento: as dúvidas que envolvem algumas situações de abuso sexual. Lidar com a incerteza da ocorrência de um fato que pode separar famílias e causar intensa reorganização em seu cotidiano, pode causar ainda mais estresse na equipe que está a frente da situação, provocar insegurança e, em alguns, casos confusão.

Esses fatores indicam a necessidade contínua de formação e supervisão profissional nos serviços de acompanhamento ao abuso sexual. A Política Nacional de Assistência Social (2004) prevê em suas diretrizes a inclusão de programas de formação profissional que abordem as peculiaridades e dificuldades encontradas no trato com as complexas questões sociais, afetivas e relacionais que serão enfrentadas no cotidiano do serviço. Além da formação, a supervisão ou intervisão são também recursos importantes. Esse processo possibilita a discussão de casos, a orientação e a busca por estratégias de atendimento que tenham foco nas questões presentes em cada situação. Esse contexto de diálogo também favorece a busca de estratégias que viabilizem a transformação de situações de violência que acometem essas famílias.

A falta de suporte e orientação pode levar um/a profissional a ingressar numa condição automática de atendimento, sem priorizar o espaço de fortalecimento e

transformação a que o CREAS se propõe. Por isso, essas medidas visam não apenas a qualificação do serviço, mas o cuidado com o/a profissional que é submetido/a a fatores estressantes em cada situação com a qual lida diariamente. Todo/a profissional é convidado/a, por seu compromisso ético, a manter uma postura reflexiva e crítica frente aos complexos desafios que lhes são apresentados.

Iniciar uma intervenção junto a uma família envolta pelo silêncio e pela necessidade de esquecimento é tarefa que requer habilidade, tempo e estratégias de abordagem diferenciadas. Estudos como esse, que visam conhecer as características presentes em situação de abuso sexual são essenciais para auxiliar na construção e planejamento de políticas públicas, elaboração de guias de orientação e protocolos de atendimento que possam deixar os/as profissionais mais seguros e embasados, para realizar uma intervenção mais consistente e qualificada.

Um fator que pode auxiliar na execução desta tarefa é o estabelecimento de comunicação e troca entre as instituições que compõem a rede de atendimento a situações de abuso sexual. A integração com outros órgãos pode facilitar o trânsito de informações sobre a família e a violência sofrida. Essa medida permite uma avaliação mais segura acerca da situação vivenciada e evita que a família seja levada a recontar sua história em novo contexto de atendimento. Favorece também a troca de ideias entre os/as profissionais e cria condições para que cada situação de abuso seja analisada em toda a sua complexidade. Trataremos a seguir dessa questão.

### *Quem Fala Sobre a Violência?*

As solicitações de acompanhamento recebidas pelos CREAS podem vir de diversos órgãos. A Tabela 05 apresenta as solicitações de atendimento a situações de abuso sexual presentes nos quarenta (40) prontuários analisados. A Tabela mostra

também que os pedidos de atendimento chegaram com histórico que apontava suspeita de abuso sexual ou com relatos que confirmavam a violência. Foi possível verificar que alguns casos já tinham registros em mais de um desses órgãos e que o CREAS recebeu mais de uma solicitação de acompanhamento para a mesma família.

Tabela 05

**Distribuição das Solicitações de Serviço Enviadas ao CREAS Ceilândia**

	CT <sup>a</sup>	Justiça <sup>b</sup>	MP <sup>c</sup>	CT <sup>a</sup> e Justiça <sup>b</sup>	CT <sup>a</sup> e MP <sup>c</sup>	Justiça <sup>b</sup> e MP <sup>c</sup>	CT <sup>a</sup> , MP <sup>c</sup> e Justiça <sup>b</sup>	Outros <sup>d</sup>	Total
Confirmação <sup>e</sup>	12	7		4	1	1	1	4	30
Suspeita <sup>f</sup>	5		1	2	1			1	10
Total	17	7	1	6	2	1	1	5	40

**Nota.**

<sup>a</sup> CT→ Conselho Tutelar. <sup>b</sup> Justiça→ órgãos judiciais, como a Vara da Infância e da Juventude, Varas de Família ou Varas Criminais. <sup>c</sup> MP→ Ministério Público. <sup>d</sup> Outros→ refere-se a encaminhamentos advindos do CRAS, de creches, hospitais, delegacias ou demanda espontânea. <sup>e</sup> Confirmação→ refere-se a casos que vieram relatos que confirmavam a ocorrência do abuso sexual. <sup>f</sup> Suspeita→ refere-se a documentos que apontavam a possível ocorrência de abuso sexual.

Os maiores demandantes do serviço foram o Conselho Tutelar e a Vara da Infância e da Juventude – VIJ, com vinte e seis (26) e quinze (15) encaminhamentos respectivamente. Mesmo com esse número expressivo de encaminhamentos, em apenas duas solicitações feitas pelo Conselho Tutelar foi possível encontrar relatório acerca da violência tratada, no qual foram incluídos dados sobre os atendimentos prestados pelo órgão. No que concerne à VIJ, foi possível ter acesso a treze (13) relatórios que fizeram histórico da violência sofrida pela criança ou adolescente.

A ausência de registros adequados acerca de dados sobre a violência, os encaminhamentos efetuados e o acompanhamento prestado pode prejudicar a avaliação da situação em que se encontra a família bem como a realização de estudos que busquem conhecer e caracterizar as situações de violência vivenciadas por crianças, adolescentes e suas famílias.

Estudo realizado por Costa, Carvalho, Bárbara, Santos, Gomes e Sousa (2007) analisou os registros de denúncias realizadas nos Conselhos Tutelares de Feira de Santana, Bahia. Os autores constataram a falta de registros adequados sobre

informações importantes. Eles sugerem que haja um processo de formação direcionado aos conselheiros tutelares para aprimorar sua capacidade de registrar de forma adequada os atendimentos e encaminhamentos prestados.

Ribeiro, Ferriani e Reis (2004) analisaram em seu estudo os documentos do Centro de Referência da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar da cidade de Ribeirão Preto. Eles também constataram a falta de informações acerca das vitimizações ocorridas. Essas informações aparecem nos documentos médicos e boletins de ocorrência, mas não em registros dos órgãos que são responsáveis pelos encaminhamentos.

A ausência de registros e informações sobre as situações de violência é fator que prejudica a ação de diversas instituições, como apontado pelo trabalho de Habigzang, Azevedo, Koller e Machado (2006). As autoras verificaram a atuação de algumas instituições em situações de abuso sexual a partir da análise de processos jurídicos do Ministério Público do Rio Grande do Sul. O Ministério Público, o Juizado da Infância e da Juventude, instituições hospitalares e de assistência social são algumas das agências que apontam como dificuldade para a condução dos processos a ausência de informações e relatórios sobre os casos. A falta de uma comunicação mais efetiva entre os órgãos, que permita a compreensão das ações já efetivadas, dificulta o andamento dos acompanhamentos. Em contrapartida, apontam que em alguns casos foram verificados fatores que auxiliaram o atendimento. Um deles foi a presença de comunicação entre os órgãos que permitiu uma atenção mais ampla e integrada.

A falta de comunicação clara entre os serviços remete à importância da construção de uma rede para que seja realizado um atendimento mais integrado (Ribeiro et cols., 2004; Habigzang, Azevedo, Koller & Machado, 2006). Essa construção é fundamental para que a família seja acolhida em suas demandas e encontre

complementaridade nos atendimentos prestados. Em trinta e cinco (35) dos registros examinados em nosso estudo, foi possível constatar que a família já havia passado por outros órgãos de atendimento, onde possivelmente já havia relatado o fato ocorrido. Diante da falta de comunicação entre os órgãos que prestam as diferentes intervenções, a vítima e sua família são convidadas a recontar sua experiência, vivenciando novamente a agressão sofrida e suas sensações ruins. O/A profissional responsável pelo caso necessita estar atento/a a essas questões uma vez que elas podem vir a fragilizar ainda mais a família.

A construção de redes de atendimento e de um fluxo de informações acerca das famílias que vivenciaram situações de abuso sexual são elementos que merecem atenção especial no planejamento e na execução das Políticas Públicas. Intervenções desarticuladas colocam os/as profissionais envolvidos em situações de isolamento. É importante compreender que cada instituição envolvida no processo de acompanhamento a situações de abuso sexual tem sua atribuição específica, mas pode e deve procurar atuar de forma complementar. A falta de articulação entre os serviços compromete a implantação adequada das políticas, afeta a qualidade do atendimento prestado e coloca em risco de novas agressões as crianças, adolescentes e as famílias usuárias.

### *Considerações Finais*

A família, a despeito de sua função protetora, como é colocado por diversos documentos de orientação e diplomas legais, constitui ambiente privilegiado de experiências de violência. A análise de prontuários relativos a situações de abuso sexual atendidas no CREAS da Ceilândia apontou a prevalência de situações de abusos sexuais intrafamiliares, cometidos principalmente por pais e padrastos das vítimas. Esse dado

corroborar os resultados de diversos outros estudos (Azambuja, 2006; Ribeiro, Ferriani & Reis, 2004; Pelisoli, 2008; Fischer & McDonald, 1998).

As vivências de múltiplas formas de violência e o desfavorecimento socioeconômico são outras características dessas famílias verificadas em nosso estudo e que merecem atenção especial. São fatores que não podem ser vistos como causas diretas da situação de abuso sexual, mas podem estar relacionadas a ela, em especial em uma comunidade carente de Políticas Públicas eficazes, como é o caso de Ceilândia. São elementos que precisam ser considerados para contextualizar o abuso sexual e compreender que sua ocorrência não é um fato violento isolado. As intervenções não podem ser dirigidas apenas ao abuso sexual, mas devem abordar a história de violações e considerar as vulnerabilidades que afetam essa população.

As características apresentadas pelas famílias revelam caminhos que podem ajudar a lidar com uma das dimensões mais perversas acerca do abuso sexual: o silêncio. Nesse estudo constatamos que a dificuldade de abordar o tema não se restringe à vítima e seus familiares. A falta de informações nas solicitações de atendimento enviadas ao CREAS e também nos registros realizados pelos/as profissionais da unidade apontam que a equipe do centro e a rede de atendimento também têm dificuldade para lidar com essas situações. Esses dados deixam claro que não são apenas as intervenções junto às famílias que necessitam ser repensadas. O suporte oferecido às/aos profissionais e a articulação entre os serviços também são pontos que necessitam de espaço nas discussões para que sejam fortalecidos.

Felizardo, Zürcher e Melo (2006) argumentam que é a ambiguidade existente em nosso sistema social que alimenta elementos que tornam o incesto viável. No entanto esse mesmo sistema moralmente apregoa punições nessas situações. Os pesquisadores salientam que o autor de uma violência pode não compreender seu ato como agressão,

em razão do silêncio, do segredo, da negação e da mentalidade social vigente que não o condena. No entanto, frente às questões jurídicas e morais o agressor é responsabilizado, mas tenta se livrar das punições, e acaba sem criar um envolvimento pessoal que resulte em mudanças.

A negação do abuso sexual, seja por razões financeiras ou afetivas, não pode ser negligenciada. Muitas famílias acabam por manter o agressor presente, e na ausência de intervenções que promovam a transformação, elas continuam a colocar crianças e adolescentes em situação de risco. Essas colocações chamam atenção para a necessidade de atendimento também ao autor das violências. São necessários estudos que busquem compreender a dinâmica de situações de abuso sexual, sob a perspectiva do perpetrador, para que esse atendimento possa ser inserido no planejamento e execução das Políticas Públicas.

A interrupção das situações de violência não é fruto apenas da intervenção junto à vítima, ou suas/seus cuidadoras/es principais; requer também um olhar para o autor da agressão. Não é suficiente investir apenas em aparatos de punição, que mais uma vez, acabam por reforçar o silêncio e o segredo nessas situações. Os/As gestores/as de Políticas Públicas precisam levar esse dado em consideração e promover a criação de espaços de escuta e de elaboração para o agressor, para que este também possa sair de sua posição rígida de mal feitor. Esses espaços devem proporcionar a reflexão sobre a complexidade de suas vivências, sensibilizar e favorecer a compreensão da gravidade de seus atos e o impacto dessas ações no processo de desenvolvimento biopsicossocial das crianças e adolescentes abusadas e permitir o alcance de possibilidades saudáveis e adequadas de relacionamento no contexto familiar.

A despeito da predominância das violações intrafamiliares é necessário considerar que as situações de abuso sexual não se limitam a questões familiares.

Mesmo as violações que ocorreram no seio desse grupo são perpassadas por questões sociais que não se esgotam na história familiar. Pelisoli (2008) amplia a compreensão da questão ao afirmar que o abuso sexual configura também um conjunto de relações sociais de gênero e de gerações. As formas de dominação social e hierárquicas envolvendo agressores, vítimas e outros membros da família são parte de uma estrutura cultural que atravessa nossa história e que continua sendo reconstruída a cada dia, no interior de nossas famílias, instituições e outros palcos sociais.

As agressões sexuais, em especial o abuso sexual, ocorrem em contexto onde estão presentes outras situações de vulnerabilidade e risco. Essa conjunção de fatores pode afetar o desenvolvimento pessoal da vítima e o de sua família. As consequências dessas violações precisam ser abordadas e analisadas por profissionais de modo a promover a compreensão da situação em toda a sua singularidade e complexidade. O desenvolvimento de melhores formas de atuação frente a crianças, adolescentes e suas famílias (Bastos e Alcântara, 2006) convida a equipe de atendimento que lida com essas situações a buscar, junto às famílias, a elaboração de uma perspectiva diferente que possibilite vivências transformadoras, subvertendo os discursos pessoais, profissionais, institucionais, políticos e sociais fixos que por vezes fazem parte de seu cotidiano.

## **O Atendimento A Famílias Em Contexto De Abuso Sexual Em Um CREAS Do DF: Características E Desafios**

A busca por possibilidades efetivas de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual assim como à suas famílias tem lugar importante na agenda de discussões de órgãos governamentais e não governamentais. Em 2000, foi lançado no Brasil o primeiro Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil. Esse Plano visava a redução da incidência de casos de violência sexual e o suporte às vítimas desse tipo de agressões. O plano dispunha de seis eixos norteadores, quais sejam: análise da situação (diagnóstico); mobilização e articulação; defesa e responsabilização; atendimento; prevenção e protagonismo infanto-juvenil (Plano Nacional de Enfrentamento, 2000).

Esse documento indicava a necessidade de oferecer intervenções a pessoas vítimas de violência sexual e suas famílias, com o objetivo de restaurar sua autonomia e fortalecer sua autoestima. Diante dessa realidade, o governo federal buscou alternativas para a implantação do Plano e estabeleceu possibilidades de atendimento. A Portaria 878, lançada em 3 de dezembro de 2001, instituiu e dava orientações sobre o Programa Sentinela. O serviço funcionava em Centros de Referência localizados nos municípios e tinha como objetivo atender, no âmbito da assistência social, crianças e adolescentes vítimas de violência, em especial, violência sexual. Além disso, visava assegurar às crianças e famílias condições de resgatar e garantir seus direitos, bem como, o acesso a serviços, guardando o compromisso ético e político. A multidisciplinaridade das intervenções era característica fundamental das ações (Brasil, 2001 – Portaria 878).

O Programa Sentinela já voltava seu foco às famílias, dispensando a elas “atendimento psicossocial, orientação e acompanhamento permanente no intuito de garantir a sua proteção e inclusão social. Visava promover ainda, melhoria na sua

qualidade de vida” (Brasil, 2001). Consistia em uma iniciativa governamental que buscava desenvolver um conjunto de ações especializadas e multiprofissionais de atendimento psicossocial e jurídico para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e suas famílias (Colóquio Nacional de Redes, 2003).

A partir da implementação da Política Nacional de Assistência Social em 2006, esses atendimentos passam a ser ofertados nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Esse programa hoje é conhecido como Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI. O Caderno de Orientações do CREAS (MDS, 2011), delimita alguns eixos que norteiam as intervenções prestadas pelo órgão. Esses eixos são: atenção especializada e atendimento qualificado; foco no território e localização das demandas; busca por acesso a direitos sócio-assistenciais; centralidade na família; participação e mobilização social e trabalho em rede. Esses aspectos são tidos como indispensáveis para o funcionamento eficaz desse programa estatal.

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (MDS, 2009), constituem-se como objetivos do PAEFI:

“Contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva; processar a inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos, conforme necessidades; contribuir para restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários; contribuir para romper com padrões violadores de direitos no interior da família; contribuir para reparação de danos e da incidência de violações de direitos e prevenir a reincidência de violações de direitos” (MDS, 2009, p. 20).

As situações vivenciadas pelas famílias em atendimento são permeadas por diversos fatores sócio-históricos e culturais que necessitam de atenção. O caderno de orientações do CREAS (MDS, 2011) ressalta que as intervenções realizadas necessitam ser mais complexas e especializadas. Isso requer conhecimentos e habilidades técnicas específicas por parte dos/as profissionais que atuam junto aos casos (MDS, 2011).

Salienta-se ainda que cada família ou indivíduo atendido demandará um plano de atendimento específico e singular, tendo em vista seus recursos e necessidades particulares. A atenção a tal singularidade requisita da equipe um olhar individualizado que também caracteriza a atuação nos CREAS.

O atendimento proposto pelos Centros de Referência é psicossocial e jurídico, e conta com a participação de psicólogas/os, assistentes sociais e advogados. De acordo com o Guia de Orientação lançado pelo Conselho Federal de Psicologia – CFP (2009), o atendimento psicossocial tem por objetivo garantir atenção especializada e em rede às famílias em situação de violência. Santos, Costa e Granjeiro (2009) apontam que o acompanhamento psicossocial constitui uma forma de acolhimento às famílias, proporcionando-lhes apoio e construção ou fortalecimento de habilidades interacionais, sociais e emocionais.

O atendimento prestado a situações de abuso sexual em uma unidade de CREAS pode ser compreendido, portanto, como um

“Conjunto de ações internas do CREAS e dos demais serviços da rede, e deve estar voltado, além da atenção emergencial para a redução de danos sofridos pelos sujeitos, para a mudança de condições subjetivas que geram, mantêm ou facilitam a dinâmica e as ameaças abusivas. As ações devem ser potencializadoras da autonomia, favorecendo a participação na rede social ampliada, compreendendo crianças e adolescentes como sujeitos desejantes e de direitos” (CFP, 2009, p. 50).

O atendimento psicológico, de acordo com esse documento, deve ser composto por um conjunto de procedimentos técnicos especializados que vise a atenção e a proteção de crianças e adolescentes. Nesse sentido, deve promover o fortalecimento da autoestima; garantir e viabilizar o direito de convivência familiar e comunitária; assim como promover a superação da situação da violação de direitos e a reparação da violência sofrida (CFP, 2009).

O acompanhamento psicossocial tem como objetivo, segundo o CFP (2009) a proposição de reflexões constantes e avaliações acerca das metas traçadas nos atendimentos iniciais que compõem o Plano de Atendimento da família. Percebe-se, dessa forma, que a participação dos sujeitos no processo de acompanhamento é fundamental, ressaltada a promoção de sua autonomia e o desenvolvimento de suas potencialidades.

Vale pontuar que tais definições compõem as primeiras tentativas do Conselho Federal de Psicologia de orientar os/as profissionais sobre sua prática no cotidiano da execução da Política Nacional de Assistência Social. Em razão disso, muitas colocações podem parecer ainda pouco consistentes e elaboradas, mas fazem parte da busca dos/as profissionais em psicologia para construir no dia-a-dia de sua prática esse novo campo de atuação.

O termo “psicossocial” tem sido utilizado para definir intervenções realizadas em diversas instituições na atualidade. É um adjetivo que vem qualificando atendimentos prestados nos contextos jurídicos, no âmbito da assistência social e também na saúde. Não é simples, entretanto, definir o termo e compreender que sentido ele vem assumindo em cada um desses contextos.

Costa e Penso (2010) atrelaram a sua definição de intervenção psicossocial ao público atendido, afirmando que essas pessoas têm dificuldades nas relações que estabelecem em seu contexto social. Podem ser famílias com envolvimento judicial ou adolescentes em conflito com a lei. As autoras sugerem que essas questões e dificuldades envolvem aspectos subjetivos que se associam a características sociais vivenciadas pela pessoa. Assim, é indispensável que as reflexões e intervenções considerem os aspectos sociais, comunitários e jurídicos que cercam a situação.

Neto (2008) traça outro perfil que permite compreender as características de intervenções psicossociais. O autor descreve um projeto envolvendo um centro de saúde e uma escola, em que crianças eram encaminhadas para atendimento psicológico em razão de dificuldades de aprendizado; entretanto, não apresentavam demanda psicoterápica. A equipe de psicólogos entendeu que a intervenção deveria abranger os corpos discente e docente da instituição, envolver a comunidade escolar no processo, e buscar elaborar estratégias de enfrentamento sustentáveis e duráveis para lidar com a situação apresentada. A intervenção social caracteriza-se, assim, como uma ação focada, com tempo determinado e que visa prover os envolvidos de recursos e habilidades para lidar com a situação e reduzir a necessidade de outras intervenções no futuro.

O atendimento psicológico que integra a atenção psicossocial em um CREAS é ainda uma prática pouco conhecida e em construção. Pode, portanto, ser costumeiramente confundido com o atendimento psicoterápico. O/A psicólogo/a enquanto um/a profissional que tem por objetivo cuidar da saúde e bem estar de sua clientela precisa assegurar intervenções de cunho terapêutico onde quer que esteja atuando. No entanto, as formas de acompanhamento precisam se diferenciar do atendimento clínico clássico, tanto pelo formato de intervenção quanto por seus objetivos (CFP, 2009).

Costa e Penso (2010) afirmam que as intervenções psicossociais são possibilidades de promover um espaço com poder transformador e que elas não necessitam das características demandadas por um contexto clínico tradicional. Em um ambiente como o do CREAS, por exemplo, que presta atenção a um público caracterizado por situações de violências e abusos, não é possível estabelecer com o usuário uma relação de sigilo. O profissional tem acesso a diversas informações sobre situações que colocam crianças e adolescentes em situação de risco e tem o

compromisso ético de reportá-las a outros órgãos da rede. Além disso, sua intervenção é breve e voltada a aspectos que se relacionam às questões de violência que levaram ao encaminhamento da família para aquele atendimento. Não abarca, portanto, outras situações gerais de suas vivências como é comum num contexto psicoterápico. Nesse ambiente, portanto, a ação do/a psicólogo/a é limitada e focal.

Outro aspecto que diferencia a prática clínica da prática psicossocial diz respeito à apresentação da demanda. Na primeira o/a cliente busca o espaço de atendimento, intentando refletir sobre si mesmo/a e sua vida a partir de uma escuta qualificada. É uma demanda espontânea e que já conta com o engajamento do/a cliente.

No caso das famílias atendidas no CREAS, na maior parte dos casos, não há uma procura específica pelo trabalho terapêutico. Elas são encaminhadas por órgãos judiciais ou de garantias de direitos da criança e do adolescente, como o Conselho Tutelar. O objetivo do encaminhamento é dar continuidade a processos de responsabilização ou de proteção. Muitas famílias chegam ao serviço sem compreender a princípio, qual é o papel da intervenção psicossocial que lhe é oferecida (Costa & Penso, 2010). Essas especificidades cercam a atuação do psicólogo no contexto psicossocial. Trabalhar em um CREAS constitui, portanto, um desafio.

O atendimento psicossocial prestado no CREAS visa à interrupção do ciclo de violência que muitas vezes se estabelece nessas famílias. Aded, Dalcin, Moraes e Cavalcanti (2006) chamam atenção para a relação entre abuso sexual infantil e vitimização adulta por meio de violências sexuais, mostrando a importância de se considerar tais fatores quando pensamos em intervenções e possibilidades de interrupção deste ciclo de violência. Esse e outros estudos (Narvaz, 2005; Penso & Neves, 2008; Ramos, 2010; Santos, 2007; Pereira, 2005; Plunkett, O'Toole, Swanston, Oates, Shimplton & Parkinson, 2001; Godwin, 1981; Martin, Bergen, Richardson,

Roeger & Allison, 2004; Molnar & cols., 1998) salientam que famílias que experienciaram diversas formas de violência intrafamiliar ao longo de sua história, com vivências conflituosas, necessitam de maior atenção durante as intervenções que lhes são prestadas. É importante compreender sua história, oferecer um espaço para que possam desenvolver habilidades e estratégias de enfrentamento salutar, interromper os ciclos de violência e restaurar um ambiente protetivo às crianças e adolescentes.

Fica evidente que esse processo é complexo e requer não apenas a intervenção do CREAS, mas de todos os órgãos envolvidos na problemática. As ações devem abarcar medidas de responsabilização do agressor, medidas de proteção e reinserção das vítimas em atividades escolares e socioeducativas e medidas médicas que se atentem às consequências do abuso vivido (CFP, 2009). O trabalho em rede é fundamental para a efetividade do atendimento e a promoção do bem-estar emocional e social das famílias atendidas (Santos, Costa & Granjeiro, 2009).

A comunicação entre os órgãos que compõem a rede de atendimento é também um elemento fundamental. Ela visa permitir que a/o usuária/o tenha acesso à atenção mais completa e integrada nos serviços, com base nas intervenções de que necessita. É certo que nenhum órgão é capaz de suprir todas as demandas apresentadas por uma família. Esse movimento de comunicação e atuação em rede visa atribuir maior flexibilidade, conectividade e efetividade às ações propostas por cada ator da rede, resguardando suas limitações, suas atribuições e suas competências que são específicas e direcionadas (Santos, Costa & Granjeiro, 2009).

No caso do atendimento prestado a famílias que vivenciaram situações de abuso sexual no CREAS, é importante o contato com os órgãos que atuam com o objetivo de promover a responsabilização do agressor, mas principalmente com os que visam proteger os direitos de crianças e adolescentes. Ou seja, órgãos de garantias de direitos,

como as delegacias, os Conselhos Tutelares, instituições que visem a inserção em programas socioeducativos, entre outras. São articulações que visam à promoção social dessa família, a garantia de sua cidadania e autonomia, e a construção de um sentimento de pertencimento à comunidade.

A construção de redes é baseada na existência de objetivos comuns entre os atores visando à integração de políticas sociais tanto no âmbito de sua elaboração e planejamento quanto de sua execução, monitoramento e avaliação. A intenção é criar a complementação de ações para que estas não sejam fragmentadas e, principalmente, promover a articulação entre os atores da rede que passam a ter resguardadas e delimitadas as suas especificidades e competências (MDS, 2011). Assim, a busca por conexão e boa comunicação entre os serviços situa a família numa rede de atendimento acolhedora e organizada, com vistas a potencializar os recursos existentes nas instituições e nas famílias atendidas.

Esse processo de integração visa ainda afastar a confusão que já é característica das situações de violência vivenciadas e evitar a revitimização da família (Santos, Costa & Granjeiro, 2009; Ribeiro, Ferriani & Reis, 2004). O trabalho em rede se caracteriza, portanto, pela descentralização na tomada de decisões, pela flexibilização e democratização dos processos de atendimento prestados às famílias, resguardada a autonomia dos atores envolvidos e a sua contribuição específica no processo de reorganização das relações. O trabalho busca, portanto, a desconcentração do poder (Oliveira, Pfeiffer, Ribeiro, Gonçalves & Ruy, 2006).

A presença de informações sistematizadas sobre famílias que tenham enfrentado situações de violência sexual e sobre o atendimento recebido por elas junto aos órgãos pertinentes possibilita o estabelecimento de uma comunicação mais fluída e integrada entre as instituições envolvidas nas intervenções. Viabiliza ainda reflexões sobre os

fluxos e interações que têm potencial de propiciar melhor atendimento. Esse processo favorece o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas de forma adequada.

Pelisoli, Pires, Almeida e Dell’Agio (2010) apontam que o planejamento e o aprimoramento dos atendimentos prestados nessas situações passa pela investigação e conhecimento do perfil das famílias atendidas. É relevante, portanto, que os estudos acerca do tema considerem os aspectos peculiares dos participantes de cada pesquisa, dando a ela validade e coerência, de modo a contribuir para a construção de dados mais consistentes e orientações mais objetivas. Essa recomendação tem função especial no caso da psicologia, que teve uma inserção recente nesses programas de atendimento.

Este artigo problematiza as características e discute os elementos que estão envolvidos nos atendimentos prestados a famílias em contexto de abuso sexual usuárias de um CREAS na Ceilândia. Os dados apresentados nesse trabalho fazem parte de uma pesquisa de mestrado que teve por objetivo compreender as características de famílias atendidas em um CREAS no Distrito Federal que vivenciaram situações de abuso sexual e identificar as formas de atendimento prestadas a essas famílias. Neste artigo buscamos apresentar as informações que sistematizamos acerca das intervenções e do acompanhamento prestado.

### *Método*

A pesquisa qualitativa foi realizada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Ceilândia – DF que presta atendimento a famílias que vivenciaram situações de abuso sexual. A estratégia de coleta de dados utilizada foi um levantamento documental realizado nos prontuários das famílias atendidas por este CREAS. A coleta levou em consideração os registros feitos por profissionais do serviço

e os documentos enviados à instituição solicitando acompanhamento e atendimento às famílias.

A seleção dos prontuários foi realizada por meio do exame das tabelas de registro de atendimento a casos de abuso sexual deste CREAS, as quais apontam casos que já foram atendidos pela equipe técnica. A busca por registros se deu a partir de duas tabelas utilizadas pela instituição para organizar e sinalizar os atendimentos prestados. Uma das tabelas, nomeada aqui como TABELA GERAL, continha registros de todos os casos acolhidos no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, no qual se insere o atendimento a casos de abuso sexual. Este documento é alimentado diariamente pela equipe do serviço, tendo sido retirada a versão do dia 12 de setembro de 2011 para a busca dessa pesquisa. A outra tabela, nomeada aqui como TABELA ESPECÍFICA, se referia apenas a casos de abuso e exploração sexual e era alimentada com os dados do serviço. Essa tabela foi analisada em sua versão de novembro de 2011.

A princípio foi verificado se todos os casos que estavam na Tabela Geral e que se referiam à violência sexual estavam contidos também na Tabela Específica, deixando-a mais completa. Após essa verificação, a Tabela Específica de abuso e exploração sexual, que passamos a utilizar, ficou com 354 casos ao todo.

Em seguida, foi aplicado um filtro no campo intitulado “violação apresentada” que dizia respeito à situação de violência que a requisição ou solicitação de serviço enviada ao CREAS apresentava, bem como a demanda exposta por usuários que procuraram atendimento espontaneamente. Nessa ocasião, foram utilizados os seguintes termos de busca: abuso sexual, violência sexual, assédio sexual e atentado violento ao pudor, comportamento libidinoso dos pais e estupro de vulnerável. Compreendemos que todos

esses termos dizem respeito a situações de abuso sexual quando empregados contra crianças e adolescentes.

Foram retiradas solicitações que apresentavam termos não relacionados diretamente às situações de abuso sexual, tais como: 1. Exploração sexual, por ser uma forma diferenciada de violência sexual; 2. Situações de adolescentes que viviam maritalmente com homens mais velhos; 3. Requisições que tratavam de dificuldades referentes a “diversidade sexual”; 4. Solicitações sem demanda; 5. Situações que apontavam “duas crianças com brincadeiras sexuais”; 6. Situações que se referiam a “menor com filhos” ou gravidez na adolescência. Após esse primeiro filtro, restaram 326 registros de famílias que vivenciaram situação de abuso sexual. O próximo critério foi selecionar os casos que já apresentavam número de prontuário na Tabela Específica. Foram identificados 154 casos nessa situação.

Foi utilizado, em seguida, um critério relacionado ao ano de atendimento dos casos. No início de 2009, o CREAS contava com duas profissionais, uma psicóloga e uma assistente social. Ao longo do ano, recebeu uma nova equipe, que permitiu o atendimento mais célere da demanda. Em função da importância desse aprimoramento da equipe, foram escolhidos prontuários que passaram por atendimento a partir desse ano para compor a amostra.

Foi considerado para estabelecer um marco cronológico também o fato de que a Política Nacional de Assistência Social, em que se insere o CREAS, foi lançada em 2004 e que a efetivação do Sistema Único de Assistência Social no DF se dá a partir desse ano. O atendimento a casos de abuso sexual na assistência social é, portanto, bastante recente. Esses dois fatores justificaram a escolha do ano de 2009 como um marco importante para a efetivação do serviço.

A Tabela Específica contém um campo em que registra o especialista, psicólogo ou assistente social, que prestou o atendimento à família. Por meio de um filtro, foram retirados dentre os 154 prontuários, aqueles que foram atendidos por profissionais que não compunham mais a equipe a partir de 2009. Restaram então, 85 prontuários. Por fim, entre esses foram retirados todos aqueles casos em que não houve um atendimento efetivo, seja porque a família havia se mudado, seja porque nunca compareceram a nenhum atendimento, e assim não tiveram contato com a equipe. Foram retirados ainda aqueles prontuários em que houve algum contato, mas apenas para informar a mudança de endereço ou a impossibilidade do atendimento. Restaram assim, 40 prontuários que foram lidos e catalogados de acordo com o roteiro elaborado.

É importante ressaltar que os casos enviados ao CREAS como suspeita de abuso sexual foram selecionados para coleta quando no registro a vítima ou a família afirmou ter ocorrido o abuso e passou por intervenções em razão disso na instituição. Situações de abuso sexual passadas que não foram atendidas em 2009 não fizeram parte da coleta. Já as que tiveram o atendimento iniciado antes de 2009, mas que prosseguiram até esse ano foram consideradas.

Foram incluídas, dessa forma, na coleta e análise os registros de famílias que foram encontradas e atendidas. Esse procedimento possibilitou que tivéssemos acesso a informações sobre as intervenções prestadas às famílias, entre atendimentos, visitas domiciliares, grupos e contatos com a rede. A coleta dos dados foi realizada com base em um roteiro (Anexo A) que incluiu informações sobre composição familiar, características socioeconômicas, educacionais, histórico de vivência de violências, informações sobre a rede de apoio familiar, acesso a outros serviços, as intervenções propostas, o tempo de acompanhamento, os encaminhamentos realizados, os profissionais envolvidos no acompanhamento e outras facetas do atendimento

desenvolvido. A coleta foi realizada em 2012, após anuência do Comitê de Ética do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília.

*O Início Do Atendimento: Questões De Rede E De Espera No CREAS*

O atendimento integrado em diferentes órgãos da rede é um dos elementos fortalecedores da atenção a casos de abuso sexual e questão ressaltada no Plano Nacional de Enfrentamento em 2000. Em nossa coleta de dados constatamos que trinta e cinco (35) das quarenta (40) famílias atendidas já haviam passado por outros órgãos em razão da situação de abuso sexual. Esse panorama é apresentado na Tabela 1.

Tabela 01

**Distribuição Das Instituições Nas Quais As Famílias Já Foram Atendidas**

Instituições	Famílias
DPCA/DP/IML	21
VII/TJDFT	16
MPDFT	6
CT	9
Hospitais/PAV	7
Outros (CEAV, ADOL.)	4
Não Há Informações	6

Os órgãos mais citados nos prontuários foram as Delegacias de Polícia e o Instituto Médico Legal, pelas quais já haviam passado vinte e uma (21) famílias. Em seguida veio a Vara da Infância e da Juventude, acessada por dezesseis (16) famílias, e o Conselho Tutelar, que recebeu nove famílias (9) famílias. A Tabela 2 mostra que em vinte (20) situações houve contato com profissionais de outros órgãos por onde as famílias já haviam passado. Nesses casos, estão registradas ligações e reuniões

envolvendo os Centros de Referência de Assistência Social, a Vara da Infância e da Juventude, o Ministério Público, escolas e abrigos que acolham as vítimas.

Tabela 02

**Distribuição dos órgãos com os quais a equipe do CREAS entrou em contato**

Instituição	Famílias
Abrigo	2
TJDFT/VIJ	4
MPDFT	2
Hospitais/PAV	3
Escolas/creches	3
CRAS	2
CT	1
DP	1
Outros (CESAM, PJC)	2

A busca por contato com essas instituições evidencia a preocupação em estabelecer uma rede de atenção a essas famílias. Esse é um dos princípios apontados como fundamental para eficácia nos atendimentos pelos cadernos de orientação e por estudos da área (MDS, 2011; CFP, 2009; Santos, Costa & Granjeiro, 2009; Ribeiro, Ferriani & Reis, 2004).

Já no que concerne a encaminhamentos para atenção em outras instituições, constatamos que em vinte e dois (22) dos quarenta (40) prontuários, há registro desse procedimento. Algumas famílias receberam mais de um encaminhamento, assim, foram registrados trinta e sete (37) encaminhamentos. Essa é uma das intervenções chaves no que diz respeito aos atendimentos prestados no CREAS. Seu intuito é promover a integração da família atendida aos recursos da comunidade. De acordo com o Caderno de Orientações do CREAS (MDS, 2011) é indispensável que tais encaminhamentos

sejam monitorados com vistas a observar se foram eficazes para lidar com a demanda apresentada pelo grupo familiar. Esse monitoramento junto à avaliação das ações realizadas intenta qualificar o atendimento e seguir o Plano de Acompanhamento construído pela família com a equipe.

A Tabela 3 apresenta para onde os encaminhamentos foram dirigidos e se foram ou não efetivados de acordo com os relatos dos prontuários.

**Tabela 03**  
**Distribuição e Efetivação dos Encaminhamentos Prestados às Famílias**

	SEDEST <sup>a</sup>	APAED/CEAV/ CASA DO CEARÁ, CEFPA. TERAPIA COM. ONG'S <sup>b</sup>	Saúde (CAPS, COMPP, PAV, CS) <sup>c</sup>	Educação DRE, Viravida <sup>d</sup>	Promotorias	Total
Efetivados	3	3	3	1		10
Não efetivados		2	2	1		5
Não informado	9	4	6	2	1	22
Total	12	9	11	4	1	37

**Nota.** <sup>a</sup> SEDEST → CRAS, cheque moradia e outros programas. <sup>b</sup> Instituições não ligadas ao governo → APAED (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Deficientes), Casa do Ceará (presta atendimento oftalmológico e odontológico), CEFPA (Centro de Formação em Psicologia Aplicada) e Grupos de Terapia Comunitária. <sup>c</sup> Secretaria de Saúde: CAPS, CAPS AD, COMPP e Centros de saúde. <sup>d</sup> Educação → DRE (Diretoria Regional de Ensino), Projeto Vira Vida (SESC).

Dentre os trinta e sete (37) encaminhamentos prestados, pôde-se constatar em quinze (15) situações, registros sobre o prosseguimento dessas ações, como indica a Tabela 3. Em dez (10) houve a busca pelo serviço sugerido. Cinco (5) encaminhamentos não foram efetivados e as famílias não acessaram os serviços a que foram encaminhadas. Em vinte e duas (22) situações de encaminhamento não há registros que indiquem se houve ou não prosseguimento do encaminhamento prestado. Esse dado evidencia que a articulação com a rede e a busca pela integralidade do atendimento a

família ainda são questões frágeis no âmbito do CREAS. Essas ações necessitam de investimento tanto por parte da equipe quanto de gestores do Programa.

É importante ressaltar que as famílias acompanhadas nessa instituição se caracterizam por uma fragilidade e dificuldade de acesso aos serviços. É imprescindível que a equipe do CREAS adote medidas de monitoramento desses encaminhamentos para verificar que fatores têm dificultado o acesso das famílias aos outros serviços. A partir desse monitoramento, poderão ser elaboradas estratégias que viabilizem o acesso efetivo dessa população às instituições que compõem a rede de serviços.

É essencial que uma instituição jovem como o CREAS busque a integração com os outros órgãos de atendimento e a formação de uma rede de atenção. Isso possibilitaria que os serviços prestados no Centro fossem conhecidos por órgãos e profissionais que realizam os pedidos de acompanhamento. Essa aproximação pode evitar a sobreposição de ações entre as diversas instituições que atuam com o mesmo público. O caderno de orientações do CREAS já aponta para a importância dessa questão. No entanto, é recorrente o desconhecimento das atribuições do Centro até mesmo entre os profissionais que atuam na política de assistência social (MDS, 2011).

A rede de apoio pessoal das famílias é outro ponto relevante. Buscamos verificar, por meio dos relatos nos prontuários, em quantos acompanhamentos outras pessoas que não a/o responsável principal pela criança ou adolescente havia sido convidado a participar dos atendimentos. Em apenas nove (9) casos houve o convite para a participação de outras pessoas, sendo elas, pais ou mães, tios e tias e avós ou avôs.

A participação familiar é colocada na PNAS (2004) como indispensável para construção e restabelecimento de recursos que visem o enfrentamento de situações adversas num contexto de risco e de vulnerabilidade social. A análise dos prontuários

revelou que a busca por envolver membros da família extensa e pessoas importantes para a vítima é reduzida. A partir dos dados coletados não é possível acessar informações que justifiquem a ausência do convite para que outras figuras de referência participem das intervenções.

A conduta profissional é um fator que pode estar ligado a essa falta de inclusão de outros membros da família. É importante que os/as profissionais tenham em mente a relevância do suporte oferecido por outras pessoas ligadas ao núcleo familiar. O engajamento dessas pessoas no processo de acompanhamento pode auxiliar as vítimas e suas genitoras na busca por alternativas para lidar com as questões complexas que se apresentam nessas situações.

O lugar que a intervenção familiar assume nas diretrizes e orientações acerca da Política Nacional de Assistência Social deixa clara a necessidade de que estudos futuros possam se concentrar nessa questão. É importante investir na participação da família extensa e de outras pessoas importantes para as vítimas que possam lhes dar suporte. Os esforços devem visar também a construção de intervenções com o intuito de mobilizar e envolver efetivamente no acompanhamento, essas pessoas.

O tempo de duração dos acompanhamentos constitui elemento importante para a compreensão das ações do serviço. A relação entre o período em que ocorreu o abuso, a apresentação da denúncia e o acesso aos serviços disponíveis na rede tem um impacto direto na eficácia do atendimento. É nosso entendimento que quando existe um grande intervalo de tempo entre a ocorrência do abuso e o engajamento em ações protetivas corre-se o risco de diminuir ou até comprometer a eficácia do atendimento. A Tabela 4 aponta dois conjuntos de dados importantes. Na primeira linha apresentamos o tempo de espera entre a data de entrada da solicitação de serviço no CREAS e o primeiro atendimento prestado a família. Na segunda linha, apontamos o tempo decorrido entre a

data da denúncia ou revelação da situação de violência, que pode ter ocorrido no CREAS ou em outra instituição, e o primeiro atendimento realizado pelo Centro.

Tabela 04

**Distribuição das Famílias em Função do Tempo de Espera Para Atendimento**

	Até 1m <sup>a</sup>	Até 2m <sup>a</sup>	Até 3m <sup>a</sup>	Até 6m <sup>a</sup>	Até 1a <sup>b</sup>	Até 1a <sup>b</sup> e 6m <sup>a</sup>	Até 2a <sup>b</sup>	Mais de 2a <sup>b</sup>	NI <sup>c</sup>	Total
Entrada no CREAS	8	4	3	8	6	6	1	1	3	40
Denúncia/Revelação	4	1	3	2	5	8	3	4	10	40

Nota. <sup>a</sup> m → Mês. <sup>b</sup> a → Ano. <sup>c</sup> NI → Não informado.

Em dez (10) casos não foi possível saber o espaço de tempo entre a denúncia e o primeiro atendimento. Os documentos que solicitam os serviços do CREAS não apontam a data da revelação da situação de violência. Em oito (8) casos, esse atendimento ocorreu até três meses após a denúncia de abuso sexual. Em sete (7) situações o tempo variou entre seis meses e um ano de espera. Onze (11) casos foram atendidos um ano após a realização da denúncia e antes que ela completasse dois anos. Por fim, quatro (4) casos foram atendidos dois anos após a revelação de situação de violência.

Constatamos que a maioria dos atendimentos, ou seja, vinte e três (23) casos, foram realizados em até seis meses após a entrada da solicitação de serviço no CREAS. Seis (6) famílias foram atendidas com até um ano de espera. Por fim, oito (8) situações foram atendidas com mais de um ano de espera. Em duas (2) situações não é possível saber o tempo aguardado por meio dos registros.

Em três dos prontuários selecionados fica evidente grande demora entre a revelação ou denúncia e o encaminhamento ao CREAS. Em um dos casos, esse intervalo ultrapassa três anos. Constata-se mais uma vez a necessidade de integração e articulação em rede para que o encaminhamento seja mais célere. Isso implica a

construção de um fluxo de atendimento mais claro e abrangente, em que os atores da rede se reconheçam e vislumbrem suas competências.

O tempo de espera para atendimento na própria instituição foi de cerca de seis (6) meses após entrada da solicitação no serviço, na maioria dos casos. Alguns aspectos que podem estar relacionados com esse tempo de espera dizem respeito ao desconhecimento da demanda e a gestão de recursos humanos e materiais. O domínio dessas informações pode viabilizar um atendimento mais eficaz aos usuários do serviço.

O CREAS onde nosso estudo foi realizado localiza-se em uma região que hoje conta com população de cerca de 400.000 habitantes (PDAD, 2009). De acordo com o Caderno CREAS (MDS, 2011), seriam necessários ao menos dois centros para atender satisfatoriamente essa população. Cada um deles buscaria integração com a rede e com a comunidade com o objetivo de compreender quais as violações de direitos que são mais frequentes na cidade, de elaborar estratégias de atendimento e de enfrentamento a partir dos recursos e potencialidades apresentados pelo território. Assim, um CREAS com número de profissionais insuficiente tem capacidade reduzida de atendimento em uma localidade como esta. Além disso, a falta de suporte técnico e de formação continuada dificulta a prestação de um serviço mais eficaz.

#### *Formas De Intervenção Adotadas para Lidar com Situações de Abuso Sexual*

O acompanhamento especializado que tem lugar no CREAS pode se dar por meio de uma gama de alternativas que se organizam segundo as demandas e situações apresentadas pelas famílias acolhidas e a formação dos/as profissionais. O Caderno de Orientações do CREAS (MDS, 2011) aponta algumas possibilidades de intervenções para lidar com situações de violência: atendimentos individuais, familiares, em grupos, em grupos de famílias, visitas domiciliares, reuniões com órgãos da rede, orientações

jurídico-sociais entre outras (MDS, 2011). Esses são alguns dos instrumentos que podem ser utilizados pelos/as profissionais ali presentes ao avaliar a situação familiar, os recursos da unidade e da comunidade.

Em nosso estudo, foi possível verificar por meio dos relatos de profissionais contidos nos prontuários a realização das seguintes intervenções no CREAS de Ceilândia: 1. Atendimento, que diz respeito a atendimentos individuais ou familiares (presença de mais de uma pessoa da família). 2. Visitas domiciliares, que se referem à ida dos/as profissionais envolvidos/as na residência da vítima. 3. Atendimentos em grupo, que diz respeito a encontros com grupos de famílias. Os encontros tratam de temas específicos e têm duração determinada. 4. Contatos com outros órgãos da rede de atenção. Esse item se refere a telefonemas ou reuniões com profissionais de outras instituições.

Em todos os prontuários examinados há registros de atendimentos, sejam individuais ou familiares. Em trinta e cinco (35) prontuários há registros de visitas domiciliares. A análise dos prontuários revelou o agendamento de cerca de cento e dez (110) atendimentos as quarenta (40) famílias e a realização de aproximadamente cem (100) atendimentos, como mostra a Tabela 5.

Tabela 05

**Distribuição das Famílias por Número de Atendimentos Agendados ou Realizados**

Atendimentos	Número de atendimentos realizados ou agendados para a família							Total
	01	02	03	04	05	Mais de 5	NI <sup>a</sup>	
Agendados	8	8	9	7	1	5	2	109
Realizados	11	10	5	6	2	4	2	100

Nota. <sup>a</sup> NI → Não é informado o número de atendimentos realizados ou agendados.

O número de atendimentos prestados a cada família é outro fator que merece ser destacado. O exame feito dos quarenta (40) prontuários mostrou que vinte e uma (21) receberam apenas um ou dois atendimentos; treze (13) receberam entre três e cinco atendimentos e quatro (4) receberam mais que cinco atendimentos (Tabela 5). Em dois (2) registros não é possível saber por quantos atendimentos a família passou. Vinte e oito (28) atendimentos não foram realizados por ausência das famílias. Nessas situações, em vinte e um (21) casos a equipe buscou contato com a família para retomar sua participação por meio de visitas domiciliares, telefonemas e novos agendamentos. Em sete (7) casos não há informações que indiquem que providências foram tomadas frente à ausência da família ao atendimento agendado.

Diante dessa realidade, é importante buscar compreender que intervenções vêm sendo prestadas às famílias que vivenciaram situações de abuso sexual em um período curto de um ou dois atendimentos. O primeiro atendimento deve ter o intuito de promover a avaliação das demandas e dos recursos da família no que concerne ao enfrentamento da situação de violência. A partir daí, é necessária a elaboração do Plano de Atendimento ou Acompanhamento junto ao grupo familiar, como ressaltam os Cadernos de Orientação referentes ao serviço (CFP, 2009; MDS, 2011). É preciso, assim, problematizar o baixo número de atendimentos recebidos por essas famílias.

O tempo decorrido entre a ocorrência do abuso sexual e o atendimento no CREAS é um fator que pode estar associado ao baixo número de atendimentos realizados. Em quinze (15) casos o atendimento se deu um ano após a revelação da violência e em dez (10) situações não é possível saber o tempo decorrido entre a denúncia e o atendimento, conforme foi apontado na Tabela 4.

Ao longo desse tempo, a família pode passar por outros serviços. Nessas ocasiões, o grupo familiar é convidado a falar sobre o abuso sexual e a buscar soluções para as dificuldades enfrentadas. As diversas abordagens de órgãos distintos podem levar a família ao desgaste, fragilizando-a e dificultando a adesão ao acompanhamento proposto. Além disso, essa família pode ter se engajado em acompanhamentos de cunho terapêutico, visando à superação daquela situação, o que torna desnecessário outras intervenções semelhantes.

Após esse período de tempo, o profissional pode também avaliar junto à família que a situação de violência já não é mais foco de intervenção naquele grupo. Ainda assim, o número reduzido de atendimentos em metade dos casos observados é preocupante, tendo em vista que está em análise um serviço de atenção que tem como base intervenções psicossociais e visa a elaboração de um Plano de Acompanhamento. A falta de um protocolo de atendimento no serviço ou mesmo de um protocolo de acolhimento pode estar relacionada com o número reduzido de atendimentos prestados.

A ausência de periodicidade dos atendimentos também sinaliza dificuldade em estabelecer uma rotina de atendimentos junto às famílias nesse serviço. A Tabela 6 aponta que em apenas cinco (5) prontuários, encontramos registros de atendimentos semanais. Em sete (7) não há periodicidade, pois só houve um atendimento e em vinte e oito (28) não havia padrão de tempo entre os atendimentos prestados. Assim, na maior parte dos casos, a frequência de contatos com as famílias não obedece padrões. Tal situação dificulta o monitoramento tanto dos serviços prestados quanto dos encaminhamentos.

Tabela 06

**Distribuição das Famílias em Função da Periodicidade dos Atendimentos**

Periodicidade	Famílias
Semanal	5
Quinzenal	0
Mensal	0
Indefinida	28
NA <sup>a</sup>	7

Nota. <sup>a</sup>NA → Não se aplica, pois as famílias tiveram apenas um atendimento.

O atendimento prestado no CREAS geralmente é dirigido a famílias que foram encaminhadas e que não solicitaram essa intervenção. Por vezes em um ou dois atendimentos, os membros dessa família podem apresentar demandas pontuais que não estão relacionadas à situação de violência vivenciada. No âmbito da assistência social, não é incomum que as pessoas busquem atendimento a situações de violência apresentando como necessidade única e urgente o auxílio financeiro. É imprescindível que o/a profissional esteja atento/a ao sofrimento adjacente a essa demanda imediata, avançando para além do que está exposto sem, no entanto, desqualificar o que é colocado pela família como imediato (Costa & Penso, 2010).

O encerramento dos acompanhamentos prestados, também foi objeto de análise. Constatamos que em apenas cinco (5) prontuários há a sinalização do desligamento das famílias. Nesses, há uma justificativa para o encerramento, que pode ser a superação da situação que gerou o acompanhamento ou o não comparecimento da família após algumas intervenções. No entanto, em trinta e cinco (35) casos, não há qualquer sinalização de desligamento.

Em duas (2) situações foram encontrados nos registros a indicação para continuidade do atendimento, tendo em vista que a equipe entendeu que a família necessitava continuar o processo de reflexão, para encontrar estratégias adequadas de enfrentamento da violação ou de convivência familiar. Entretanto, após esse relatório nenhum atendimento foi sinalizado. Não é possível saber por que razão o atendimento não foi retomado.

A dificuldade para lidar com a interrupção dos atendimentos constitui um desafio para a equipe. Critérios podem vir a ser criados nesse contexto para sinalizar a possibilidade de desligamento da família. Apontamos alguns critérios que possam nortear o desligamento da família: 1. A redução da ansiedade da criança ou do/a adolescente e sua família; 2. A presença de apoio de outros familiares; 3. A presença de capacidade de enxergar alternativas e estratégias frente aos obstáculos vivenciados. O exame da dinâmica da família com base nesses fatores pode auxiliar na decisão de realizar o encerramento do acompanhamento.

O baixo número de desligamentos constatados pode estar relacionado também à forma de registro. Em muitos casos foi possível notar que atendimentos foram realizados, mas não foram registrados devidamente – não fica claro que intervenções foram adotadas naquela ocasião. Da mesma forma, é possível que os encerramentos não tenham sido registrados. Essa é uma questão grave, uma vez que dificulta a retomada do acompanhamento, caso seja necessário. Esse dado coloca em pauta a necessidade do serviço investir no aprimoramento dos registros. É preciso ter cuidado e clareza em relatar as intervenções, encaminhamentos e encerramentos. Esse procedimento é essencial porque a construção de protocolos de atendimento e de encerramento deve

passar pelo conhecimento do que vem sendo feito pela equipe e isso só é possível a partir dos registros.

### *Caracterização da Equipe Profissional*

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB/RH – estabelece que um CREAS de grande porte, como é o caso do CREAS Ceilândia, deve ter equipe composta por: Coordenador, Assistentes Sociais, Psicólogos/as, Advogados/as e Profissionais de nível superior ou médio que realizem a abordagem aos usuários. O CREAS de Ceilândia contava, em 2009, com uma equipe composta por seis (6) psicólogos/os; quatro (4) assistentes sociais; quatro (4) agentes sociais e não contava com nenhuma advogada/o. Entre 2009 e 2011, ocorreram mudanças na equipe que passou a contar com quatro (4) psicólogos; duas (2) assistentes sociais; quatro (4) agentes sociais e uma (1) advogada.

Na amostra analisada, constatamos que em todos os prontuários há registros da participação de psicólogos/os nos atendimentos. Em doze (12) casos, as intervenções foram prestadas por psicólogos com apoio de agentes sociais. Em onze (11) situações, além dos agentes sociais, as psicólogas contaram com auxílio de assistentes sociais. Dez (10) famílias foram acolhidas por uma dupla formada por assistentes sociais e psicólogas e em seis (6), apenas psicólogas estavam presentes na intervenção. Em apenas um (1) caso ocorreu a participação da advogada.

No contexto deste CREAS, cabe ressaltar que a participação de profissionais de psicologia na totalidade dos quarenta (40) registros examinados pode ser resultado da organização do serviço no período selecionado para coleta – 2009 a 2011. A partir de 2009, atendimentos envolvendo uma dupla de profissionais, assistentes sociais e

psicólogos/as, passaram a ser priorizados. No entanto, os primeiros atendimentos a casos de abuso sexual, durante o período citado, eram executados por duas psicólogas do serviço e uma agente social. Elas solicitavam o apoio de assistentes sociais quando necessário. A participação reduzida da especialista de direito, se dá em razão de que apenas no final de 2010 a equipe passou a contar com esta profissional.

A participação de psicólogas/os em todos os acompanhamentos analisados sinaliza a relevância que este/a profissional tem adquirido no âmbito da política de assistência social, em especial, em situações que envolvem violência sexual. Vale lembrar que a psicologia foi inserida muito recentemente nos contextos dos CRAS e CREAS, e que ainda não está claro qual deve ser sua forma de atuação e seus objetivos nesses ambientes. Profissionais da área de psicologia tentam construir cotidianamente suas funções, esclarecer seus objetivos e estabelecer protocolos mínimos de acolhimento e atendimento.

Parte das dificuldades e obstáculos que os/as psicólogos/as encontram está relacionada com a formação do/a profissional. A psicologia é uma ciência jovem e, por isso, também em construção, rica em abordagens teórico-metodológicas e em possibilidades de atuação. Neto (2008) aponta em seu estudo que a psicologia é uma ciência com grande diversidade, proporcionando aos profissionais que a ela se dedicam, uma formação rica e variada, permeada por possibilidades. Em contrapartida, essa gama de alternativas, pode levar à compartimentalização e fragmentação dessa ciência, uma vez que cada área de atuação tende a se fechar em si mesma, construindo conhecimento e buscando diálogo apenas em seu universo, abrindo mão de outros saberes que se constroem na área.

Neto (2008) aponta que no Brasil, pouca conversa tem sido promovida entre duas vertentes da psicologia – a saber a clínica e a social – que afetam diretamente as intervenções de cunho social relacionados à saúde mental e, em nosso caso, ao abuso sexual. A psicologia clínica tem sido apresentada como uma intervenção que se pauta na profundidade e na integralidade do sujeito; já a psicologia social se apresenta como uma forma de intervir não apenas voltada a pessoa, mas a sua comunidade, destacando-se por sua relevância social (Neto, 2008). Um diálogo entre as duas áreas pode resultar na melhoria da qualidade dos serviços prestados.

As intervenções sociais demandadas pela estrutura dos CREAS solicitam do/a profissional muito mais que um olhar fragmentado. A instituição lida com situações de violência complexas e multifacetadas que exigem recursos igualmente complexos e dinâmicos. Fica evidente que a atuação do/a psicólogo/a nesse ambiente não é psicoterápica, mas demanda o olhar clínico que pode auxiliá-lo/a no momento das intervenções que têm sim um cunho terapêutico. Da mesma forma, uma perspectiva que leve em consideração o contexto histórico, social, econômico e cultural é indispensável para que as intervenções tenham efetividade e favoreçam a integração com os recursos da comunidade.

Costa e Penso (2010) ressaltam a urgência por uma formação cuidadosa, pautada na busca do desenvolvimento de habilidades técnicas e recursos criativos que permitam maior aproveitamento das oportunidades de intervenção. Pode-se acrescentar ainda a necessidade da inserção de discussões mais profundas no meio acadêmico e na formação profissional em psicologia de questões relacionadas à atuação especificamente no âmbito da Política de Assistência Social, como já é feito nas áreas da educação e da saúde.

É inegável que este é um campo de atuação que se abre de forma definitiva para os/as psicólogos/as nesta década. A discussão dessa atuação em ambientes acadêmicos pode promover a construção contínua de conhecimento acerca da área, possibilitar o esclarecimento das alternativas de atuação para o/a profissional neste âmbito, bem como ampliar a contribuição da psicologia. Esse conjunto de ações pode favorecer uma formação mais consistente daqueles que irão intervir diariamente junto a famílias e indivíduos em situação de violência, risco e vulnerabilidade social. Essas medidas podem ainda auxiliar na redução da ansiedade e angústia dos/as profissionais que já enfrentam cotidianamente as demandas citadas, pois terão a sua disposição espaços de discussão onde podem buscar formação e material qualificado que permita reflexões críticas sobre as questões que lhes são apresentadas rotineiramente.

É essencial também que o/a psicólogo/a, baseado/a em seu compromisso ético, busque um processo de formação continuada e que evite reproduzir modelos assistencialistas, tutelares e adaptacionistas em seu contexto de atuação (CFP, 2009). Um embasamento teórico consistente é ferramenta fundamental para que as intervenções sejam realizadas a partir de uma leitura e avaliação efetiva da situação, de planejamento que oriente as atividades, de registros sistemáticos e completos que permitam estudos de caso e de avaliações sistemáticas que possam tornar o acompanhamento dos usuários do serviço e o próprio serviço mais adequado (CFP, 2009).

O caderno de orientações do CREAS ressalta a relevância de ações de capacitação e formação continuadas, bem como de momentos de integração da equipe, já que se trata de um trabalho interdisciplinar e integrado. A busca de trocas de experiência e o acesso a profissionais externos que possam prestar supervisão

constituem outras estratégias que podem contribuir para qualificar a equipe e, conseqüentemente, o serviço prestado (MDS, 2011).

Muitas são as questões que cercam a atuação do/a profissional no âmbito da assistência social. As discussões apenas se iniciaram, mas tendem a ganhar força, mostrando-se necessárias diante da realidade de dezenas de profissionais que buscam orientações e formas de aprimorar suas intervenções.

### *Considerações Finais*

Os diversos documentos de orientação acerca dos atendimentos prestados em um Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS (CFP, 2009; MDS, 2011; PNAS, 2004; Plano de Enfrentamento, 2006) ressaltam a importância da construção de um atendimento em rede. A integração da rede deve promover contato com outras instituições e com a comunidade, para proporcionar o fortalecimento das famílias em contexto de abuso sexual.

Constatamos neste estudo que a integração deste CREAS junto à rede de atenção ainda é pequena. Os dados apontam que boa parte das famílias acompanhadas já passou por atendimento em outros órgãos e foi encaminhada a outros serviços pelo CREAS. Há uma busca, ainda que reduzida, pelo estabelecimento de contato com outras instituições. A participação em reuniões de rede da comunidade ou a promoção de encontros e contatos que visem realizar estudos de casos acompanhados é fundamental para a construção de fluxos de atendimentos e encaminhamentos que permitam uma atenção mais completa às famílias em situação de violência sexual.

O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil em seu relatório de monitoramento (2006) salienta que para a consolidação de redes de

enfrentamento à violência sexual é necessário mais do que determinação política. É importante que o propósito de enfrentamento seja compartilhado pelos atores dessa rede, que estes estejam mobilizados, buscando práticas diferenciadas no cotidiano, em instituições governamentais e em parceiros estratégicos da sociedade.

A partir dos objetivos comuns e do conhecimento das atribuições de cada órgão é possível que o contato seja qualificado e permita que as ações se completem, sem se sobrepor e sem que os profissionais se percam. Fortalece-se, assim, a perspectiva de que não apenas o CREAS tem a competência de atender de forma integral as famílias. Essa instituição tem suas atribuições específicas e deve ter foco na realização destas atividades (MDS, 2011).

Os dados encontrados nos prontuários acerca dos encaminhamentos efetuados mostram que metade das famílias foram encaminhadas à algum serviço. No entanto, os prontuários não trazem registros sobre a efetividade ou não desses encaminhamentos. Uma rotina de monitoramento dos procedimentos realizados junto às famílias pode auxiliar na sistematização de informações sobre a efetivação ou não de encaminhamentos, bem como permitir que as dificuldades encontradas para o acesso a outros serviços sejam enfrentadas.

Além da rede institucional, as famílias que vivenciaram situações de abuso sexual, contam com o suporte de outras redes de apoio: a sua família extensa e a comunidade com seus diversos recursos. Esse estudo constatou que durante os acompanhamentos, poucas pessoas de referência para a criança ou adolescente vítima de abuso sexual que não residiam com elas foram convidadas para participar dos atendimentos. A participação dessas figuras de referências nas intervenções prestadas pode favorecer a ampliação de alternativas para lidar com as dificuldades encontradas

pelas famílias. É importante que a equipe profissional planeje os atendimentos e intervenções considerando a possibilidade de incluir e contar com essas pessoas que prestam suporte à família para ampliar os focos de atendimento e, desta forma, as perspectivas das famílias.

O tempo de espera para atendimento no serviço foi outro ponto relevante abordado em nosso estudo. Constatamos que o tempo de espera para ter acesso a um atendimento no CREAS de Ceilândia geralmente ultrapassa três meses. Alguns fatores podem ser considerados para reduzir o tempo de espera para atendimento dessas famílias. A criação de protocolos e critérios para triagem dos casos por grau de severidade pode ser uma alternativa. Essa medida permite que casos muito graves sejam retirados da demanda geral, ou seja, da espera por atendimento, e sejam atendidos mais brevemente. Outro fator é a contratação de um número maior de profissionais ou a abertura de um novo CREAS na cidade já que a proporção sugere que em região como a Ceilândia, é necessário que haja ao menos duas unidades de CREAS para atender às demandas relacionadas à violência.

O contexto de violência sexual envolve a história da família, seu cotidiano e a comunidade que a cerca. Dessa forma, o atendimento deve ser voltado não apenas a família, mas a comunidade em que vive. A oferta de um atendimento de cunho estritamente clínico que vise dar conta das inúmeras questões que perpassam a experiência de abuso sexual pode estar fadado ao insucesso. É interessante que haja a busca por construção de estratégias que envolvam os diversos profissionais, a família e a comunidade no combate ao ciclo de violência que se faz presente em seu meio.

É importante que novos estudos sejam desenvolvidos para avaliar as intervenções que já são prestadas nos contextos de atendimento a vítimas de abuso

sexual e suas famílias. Cohen, Mannarino, Murray e Igelman (2006) ressaltam a necessidade de se avaliar intervenções e programas de atendimento já existentes para lidar com traumas e consequências advindos de situações de maus tratos. Além disso, a adaptação de tratamentos efetivos que já se mostraram eficazes pode ser mais produtiva do que a elaboração de novos modelos de intervenção.

Estudos que divulguem, avaliem e permitam o conhecimento de intervenções realizadas, sejam elas em grupo, individuais ou familiares podem oferecer elementos importantes para o desenvolvimento de técnicas de atendimento mais adequadas às situações de violência sexual. Cohen, Mannarino, Murray e Igelman (2006) apontam que a busca por novos modelos de intervenção só é necessária quando houver indicação clara de que as intervenções existentes são inapropriadas ou de que não há adaptações viáveis para o grupo em questão.

Isso não quer dizer que a criação de novas possibilidades de atenção não seja bem vinda. No entanto, a falta de conhecimento das estratégias técnicas que já existem colocam os/as profissionais em situação de desvantagem, pois exige que busquem novas alternativas de intervenção, quando podem adaptar técnicas já notadamente eficazes. Essa reflexão acerca de dimensões dos atendimentos deixa evidente a importância da formação profissional continuada e de supervisões profissionais que possam ampliar as discussões e fortalecer a atuação profissional de psicólogos e psicólogas no âmbito da assistência social.

## **Considerações Finais**

Essa pesquisa teve por objetivo construir conhecimentos acerca da realidade de famílias que passaram por situações de abuso sexual e foram atendidas em um CREAS do Distrito Federal, no caso o CREAS da cidade satélite de Ceilândia. Buscou também apresentar as formas de intervenções adotadas pela instituição para prestar o atendimento a que se propõe. O interesse pelo tema surgiu de minha própria atuação profissional que apontava para a necessidade de aprofundamento das discussões sobre o serviço. Outra intenção foi contribuir academicamente para a reflexão sobre a implantação das Políticas de Assistência Social e para a construção de novas perspectivas no trato com as situações de abuso sexual.

A análise e discussão dos dados coletados em prontuários do serviço possibilitou a caracterização de uma amostra da população atendida no CREAS em razão de situações de abuso sexual. Constatamos que as famílias vinculadas ao serviço são jovens e em boa parte monoparentais. São famílias com baixa renda e que recebem ou aguardam inserção em programas de transferência de renda do governo. Tanto os/as responsáveis quanto os adolescentes apresentam baixa escolaridade. Fica evidente que há dificuldades de acesso e permanência na escola. Esse dado pode sinalizar também, no caso das crianças e adolescentes, impactos advindos das situações de abuso sexual (Azevedo, Guerra & Vaiciunas, 2000; Rodrigues, Brino & Williams, 2006).

Essa constatação aponta para a necessidade da integração entre os órgãos da rede de atendimento para que haja a inserção nos programas e serviços que forem necessários para minimizar ou mesmo erradicar a situação de vulnerabilidade na qual essas famílias se encontram. A escola figura como um parceiro potencial dos CREAS e demais órgãos de atendimento no processo de restabelecer a proteção de crianças e

adolescentes e prevenir a ocorrência de novas violações. É um ambiente propício a revelações de situações de abuso sexual já que é onde a criança ou adolescente passa parte de seu dia. Brino e Williams (2003) ressaltam que no contexto escolar a criança ou adolescente pode apresentar vários sinais que indicam situações de abuso sexual, tais como retraimento e dificuldades de aprendizagem. Professores são, portanto, parceiros que podem dar importante contribuição ao atendimento. Precisam ser treinados para reconhecer os sinais indicativos de abuso e para ajudar crianças, adolescentes e suas famílias a buscarem apoio.

O estudo apontou dificuldades de mães, pais e profissionais para lidar com aspectos da sexualidade das vítimas de abuso sexual. O desenvolvimento de crianças e adolescentes envolve vivências sexuais adequadas à sua faixa etária. O abuso sexual atravessa esse processo e o torna conturbado e confuso. Um caráter agressivo e negativo pode ser atribuído à vivência da sexualidade. Os comportamentos sexuais passam a estar atrelados a condutas violentas, desrespeitosas ou invasivas. Essa é uma questão muito complexa e desperta desconforto e ansiedades não apenas nas vítimas, mas também nos/as responsáveis por elas e nos/as profissionais que lidam com as situações.

É importante que durante os atendimentos prestados às famílias, atenção especial seja dirigida a sexualidade. Oficinas de educação sexual com caráter lúdico e grupos de discussão sobre o tema são algumas medidas que podem auxiliar na orientação junto às/aos responsáveis e os adolescentes. Cabe, no entanto, ter em vista as peculiaridades de cada caso e as dificuldades para lidar com mitos e tabus que ainda são obstáculos para falar sobre o tema. Nesse contexto, é indispensável que as reflexões adentrem também os atendimentos individuais.

O trato com crianças muito pequenas ou com crianças e adolescentes com deficiência mental que têm dificuldades para se comunicar também se destacou como um desafio para a equipe e para as/os responsáveis. Essa é uma população muito vulnerável, uma vez que dificilmente consegue se defender sozinha ou pedir ajuda. A extrema fragilidade dessas crianças e adolescentes aponta para a necessidade de estudos sobre suas características e sobre os indicadores de que possam estar sendo vítimas de abuso sexual. As equipes profissionais precisam estar atentas a essas situações. Notificações de violência que envolvam essa população devem ser tratadas com atenção. A falta de indícios comprobatórios claros não implica na ausência de violência.

O atendimento a crianças, adolescentes e família que vivenciam situações de abuso sexual é atravessado por obstáculos e desafios. As equipes de atendimento necessitam de atividades de qualificação profissional. Cursos, oficinas, supervisões com profissionais especializados em lidar com as questões envolvidas nos atendimentos e momentos de intervenção com outras equipes são algumas das atividades que podem dar base à formação dos/as profissionais que lidam com essas situações. Ressalta-se que essas atividades devem fazer parte de um processo de formação continuada que vise tornar o atendimento prestado nos CREAS, de fato, especializado.

A realização desse estudo nos permite apontar alguns temas que estão relacionados às dinâmicas das famílias que vivenciaram situações de abuso sexual e que precisam estar presentes nesses espaços de formação:

1. A sexualidade em contextos de famílias que vivenciaram situações de abuso sexual.
2. O trato com crianças muito jovens que foram vítimas de abuso sexual.

3. O trato com crianças e adolescentes com deficiência mental que foram vítimas de abuso sexual.

4. O silêncio e a dinâmica de segredo que envolvem as situações de abuso sexual, as famílias e até mesmo os profissionais e o serviço.

5. A necessidade da realização adequada de registros de dados referentes às famílias, à violência sofrida e às intervenções prestadas.

6. As questões de gênero que perpassam as situações de abuso sexual. É importante que as discussões sobre esse tema abordem as situações das genitoras nas situações de abuso sexual; as crenças e valores dos profissionais que atuam diretamente com essas questões; estratégias para lidar com a presença dos agressores no contexto familiar, entre outras possibilidades e demandas que venham a surgir.

A falta de espaços de atendimento ao agressor é outro tema que precisa ser problematizado. São necessários estudos que busquem compreender a dinâmica de situações de abuso sexual, sob a perspectiva do perpetrador, para que esse atendimento possa ser inserido no planejamento e execução das Políticas Públicas. A interrupção das situações de violência requer uma intervenção também junto ao autor da agressão. É necessário que sejam criados no âmbito das Políticas Sociais espaços de escuta e de elaboração para o agressor das situações de abuso sexual. Esses espaços devem promover a reflexão sobre a complexidade de suas próprias vivências, sobre os impactos do abuso nas crianças, adolescentes, genitoras e demais membros da família e ainda favorecer o alcance de possibilidades diferentes de relacionamento no contexto familiar.

As intervenções prestadas às famílias também necessitam de reformulações. Constatamos que foram registrados cerca de 100 atendimentos nos quarenta (40)

prontuários examinados. Esse dado indica uma média de aproximadamente dois (2) atendimentos por família. Esse é um espaço curto de tempo para estabelecer vínculos com as famílias e promover o enfrentamento da situação de violência. O acompanhamento dessas famílias requer maior contato com elas e pode incluir outras intervenções como visitas domiciliares e encontros em grupo. Embora essas atividades já tenham lugar no CREAS de Ceilândia, esse resultado revelou a precariedade do atendimento e convida a uma reavaliação dos procedimentos do serviço.

A elaboração de protocolos de acolhimento, atendimento e encerramento dos casos é outro fator que pode qualificar o acompanhamento proposto. Esses protocolos podem estabelecer procedimentos fundamentais que não podem deixar de fazer parte da rotina do serviço. O acolhimento das famílias, por exemplo, deve incluir o preenchimento de um formulário que aborde aspectos socioeconômicos, histórico de violência familiar, passagens por outros órgãos de atendimento, pessoas de referência que prestam suporte à família, assim como, as expectativas com relação ao atendimento prestado pelo CREAS. A triagem das situações de abuso deve se dar por meio de critérios que permitam a avaliação da gravidade das situações e da dinâmica familiar, como os indicados por Azevedo, Guerra e Vaiciunas (2000). É importante que haja, por fim, critérios que sinalizem a possibilidade de desligamento das famílias.

Outra medida que pode beneficiar a equipe e abrir espaço para discussões sobre as dificuldades que levam ao baixo número de atendimentos é a realização de reuniões de avaliação do serviço e de estudos de caso. É importante que a equipe estabeleça metas de atendimento e planeje a execução de seus serviços. As avaliações periódicas ajudam a constatar os obstáculos e a buscar soluções para lidar com eles. Durante esses

encontros, as metas e o planejamento podem ser revistos para que se adequem melhor ao volume da demanda e à capacidade de atendimento da equipe.

É importante salientar que este estudo apresenta várias limitações. A coleta de dados foi realizada por apenas uma pesquisadora. A participação de outras pessoas nesse processo poderia ter acrescentado questões diferentes e ampliado nossas discussões. O fato de a pesquisadora ser uma profissional do serviço apresenta aspectos positivos e negativos ao estudo. É positivo por permitir a melhor compreensão sobre o funcionamento da instituição, além de viabilizar acesso rápido aos documentos. No entanto, o exercício de afastar-se do conhecido, de buscar o estranhamento para analisar os dados não foi fácil. Também não foi fácil constatar e expor as deficiências do serviço a partir das análises dos dados, sem que muitas justificativas enraizadas no fazer profissional se fizessem presentes nas reflexões propostas. O auxílio e a participação da professora responsável pela orientação favoreceu a manutenção da fidedignidade do olhar sobre os dados e contribuiu para ampliar a reflexão.

Vale ressaltar, por fim, que a construção da cidadania destacada como foco das políticas públicas e como eixo norteador dos acompanhamentos realizados no CREAS, envolve não apenas as perspectivas individuais dos profissionais da equipe e dos usuários do serviço. Por se tratar de um trabalho de cunho social, é importante que a família acompanhada se perceba como parte da comunidade. As intervenções prestadas no âmbito do CREAS devem potencializar ações transformadoras no âmbito familiar, mas também no âmbito comunitário por meio da ampliação da reflexão e da vivência das famílias que buscam novas formas de integração social. O fortalecimento dos recursos da família e a utilização adequada dos recursos da rede de serviços e da comunidade é parte essencial do trabalho especializado realizado por uma unidade de

CREAS. É imprescindível a realização de mapeamentos das situações de violência e das unidades de atenção, governamentais ou não, que possam contribuir para a construção de estratégias que favoreçam a diminuição das múltiplas vulnerabilidades a que essas crianças, adolescentes e famílias estão expostas.

Pesquisas que favoreçam a investigação das características das famílias atendidas, das crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e da violência sofrida por elas são fundamentais para o aprimoramento dos serviços e para o planejamento e a execução de Políticas Públicas.

## Referências Bibliográficas

- Aded, N. L.O., Dalcin, B. L. G. S., Moraes, T. M. & Cavalcanti, M. T. (2006). Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 33 (4), 204-213.
- Ariès, P. (1973). *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Azambuja, M. R. F. (2006). Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança? *Revista Virtual Textos & Contextos*. 5, 1-19.
- Azevedo, M. A.; Guerra, V. N. A. e Vaiciunas, N. (2000). Incesto Ordinário: A vitimização sexual doméstica da mulher e suas consequências psicológicas. Em: Azevedo M. A. e Guerra, V. N. A. *Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento*. São Paulo: Cortez.
- Azevedo, M. A. (2000). Notas para uma teoria crítica da violência familiar contra crianças e adolescentes. Em: Azevedo M. A. e Guerra, V. N. A. *Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento*. São Paulo: Cortez.
- Bastos, A. C. S & Alcântara, M. A. R. (2006). Atenção Psicossocial a Crianças e Adolescentes Sujeitos a Violência Intrafamiliar. Em: Lima, C. A. (Coord). *Violência Faz Mal à Saúde*. Brasília, Brasil: Ministério da saúde.
- Brasil. Lei Federal nº 12.435/2011. Brasília, DF.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS. Brasília, DF: MDS, 2011.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução nº109, 11 de Novembro de 2009.

Brasil. Ministério Público da União. Termo de Ajustamento de Conduta nº 003/2007. Brasília, DF: MPU, 2007.

Brasil. Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil: uma política em movimento. Relatório do Monitoramento 2003-2004. Brasília, DF: MJ, 2006.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, DF: MDS, 2004.

Brasil. Portaria 878, 3 de dezembro de 2001. Brasília, DF.

Brasil. Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Brasília, DF: MJ, 2000.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil, 32ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1988.

Braun, S. (2002). A violência sexual infantil na família: Do silêncio a Revelação do Segredo. Porto Alegre: AGE.

Brino, R. F. e Williams, L. C. A. (2003). Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. *Cadernos de Pesquisa*. 19, 113-128.

Cantelmo, C. A. (2010). *A relação de proteção entre mãe e filha no contexto de abuso sexual*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura. Brasília: Universidade de Brasília.

Cardin, V. S. G; Mochi, T, F, G e Bannach, R. (2011). Do abuso sexual intrafamiliar: uma violação aos direitos da personalidade da criança e do adolescente. *Revista jurídica Cesumar*. 11(2), 401-432.

Castel, R. (1998). As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário. Trad.: Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes.

Cohen, C. e Gobbetti, G. J. O incesto: o abuso sexual intrafamiliar. <<http://www.usp.br/cearas/ARTIGOS/oIncestoOabusoSexualIntrafamiliar.htm>>

Retirado em: 23/10/2012.

Cohen, J. A.; Mannarino, A. P.; Murray, L. K. e Igelman, R. (2006). Psychosocial Interventions for Maltreated and Violence-Exposed Children. *Journal of Social Issues*. 62(4), 737-766.

Colóquio Nacional de Redes (2003). Colóquio Nacional sobre Redes de Atenção às Crianças, aos Adolescentes e às Famílias em Situação de Violência Sexual.

Conselho Federal de Psicologia (2009). Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas famílias: referências para a atuação do psicólogo. Brasília: CFP.

Costa, L. F. (2003). E quando acaba em mal me quer. Reflexões acerca do grupo multifamiliar e da visita domiciliar como instrumentos da psicologia clínica na comunidade. Brasília: Universa.

Costa, L. F. e Brandão, S. N. (2005). Abordagem clínica no contexto comunitário: Uma perspectiva integradora. *Psicologia e Sociedade*, 17(2), 33-41.

Costa, L. F. e Penso, M. A. (2010). A dimensão clínica das intervenções psicossociais com adolescentes e famílias. Em: Marra, M. M. e Costa, L. F. Temas da clínica do adolescente e da família. Summus: Brasília.

Costa, M. C. O.; Carvalho, R. C.; Santa Bárbara, J. de F. R.; Santos, C. A. S. T.; Gomes, W. de A. e Sousa, H. L. de. (2007). O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(5), 1129-1141.

De Antoni, C.; Koller, S. H. (2000). A visão de família entre adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estudos de Psicologia*. 5 (2), 347-381.

De Lorenzi, D. R. S.; Pontalti, L.; Flech, R. M. (2001). Maus tratos na infância e adolescência: análise de 100 casos. *Revista Científica da AMECS*, 10(1), p. 47-52.

Diniz, G. S. R e Coelho, V. L. D (2005). A História e as histórias de mulheres sobre o casamento e a família. Em: Féres-Carneiro (Org.). Família e Casal: Efeitos da Contemporaneidade. Rio de Janeiro: EDPUC.

Diniz, G. R. S.; Pondaag, M. C. M. (2004). Explorando significados do silêncio e do segredo nos contextos da violência doméstica. EM: Maluschke, G.; Bucher-Maluschke, J. S. N. F.; Hermanns, K. (Org.). Direitos humanos e violência: desafios da ciência e da prática. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.

Diniz, G. R. S.; Pondaag, M. C. M. (2006). A face oculta da violência contra a mulher: o silêncio como estratégia de sobrevivência. Em: Almeida, A. M. O.; Santos, M. F. S.; Diniz, G. S. R.; Trindade, Z. A. (Org.). Violência, Exclusão Social e Desenvolvimento Humano: Estudos em Representações Sociais. Brasília: Editora Universidade de Brasília - EDUnB.

*Disque denúncia nacional de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes* – 100. Em:

<[http://www.promenino.org.br/Portals/0/Estatisticas/Relat%C3%B3rio%20Geral%20%20at%C3%A9%20abril\\_20091.pdf](http://www.promenino.org.br/Portals/0/Estatisticas/Relat%C3%B3rio%20Geral%20%20at%C3%A9%20abril_20091.pdf)> Acesso em: 22/01/2011.

*Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990*. Em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)> Acesso em: 24/10/2011.

Faleiros, V. P. & Faleiros, E. S. (2007). Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

Faleiros, V. P. (1998). A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. *Ser Social*, 2. 37-56.

Felizardo, D., Zürcher, E. & Melo, K. (2006). Violência Sexual: Conceituação e Atendimento. Em: Lima, C. A. (Coord). *Violência Faz Mal à Saúde*. Brasília, Brasil: Ministério da saúde.

Ferreira, A. L. (2002). *O atendimento a crianças vítimas de abuso sexual: avaliação de um serviço público*. Tese de Doutorado, Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz.

Ferriani, M. G. C., Garbin, L. M., & Ribeiro, M. A. (2004). Caracterização de casos em que crianças e adolescentes foram vítimas de abuso sexual na região Sudoeste da cidade de Ribeirão Preto, SP, no ano de 2000. *Acta Paulista de Enfermagem*, 17(1), 45-54.

- Fischer, D. G. & McDonald, W. L. (1998). Characteristics of intrafamilial and extrafamilial child sexual abuse. *Child Abuse and Neglect*, 22 (9), 915-929.
- Fonseca, C. (2007). Ser mulher, mãe e pobre. Em Del Priore, M. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. (pp. 510-553). São Paulo: Contexto
- Furniss, T. (1993). Abuso Sexual da Criança: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal integrados. Trad.: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gabel, M. (1997). Crianças vítimas de abuso sexual. São Paulo: Summus.
- Godwin, J. (1981). Suicide attempts in sexual abuse victims and their mothers. *Child Abuse and Neglect*, 5, 217-221.
- Gomes, R.; Deslandes, S. F.; Veiga, M. M.; Bhering, C e Santos, J. F. C. (2002). Por que as crianças são maltratadas? Explicações para práticas de maus-tratos infantis na literatura. *Cadernos de Saúde Pública*. 18(3). 707-714.
- Habizang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A. & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 21(3), 341-348.
- Habigzang, L. F. & Caminha, R. M. (2004). Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Conceituação e intervenção clínica. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Habigzang, L. F., Azevedo, G. A., Koller, S. H., Machado, P. X. (2006). Fatores de Risco e de Proteção na Rede de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência sexual. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 19(3). 379-386.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010). PNAD 2009. Retirado em 30/10/2012. [Http://www.ibge.com.br/](http://www.ibge.com.br/)

Lamour, M. (1997). Os abusos sexuais em crianças pequenas: sedução, culpa, segredo. Em: Gabel, M. (1997). Crianças vítimas de abuso sexual. São Paulo: Summus.

Lidchi, V. (2009). Panorama Internacional e a posição do Brasil no enfrentamento e prevenção do abuso sexual infantil. Em: Williams L. C. A. & Araújo, E. A. C. (Org.), Prevenção do Abuso Sexual Infantil – Um Enfoque Interdisciplinar (pp. 41-56).

Macedo, M. S. (2008). Mulheres Chefes De Família E A Perspectiva De Gênero: Trajetória De Um Tema E A Crítica Sobre A Feminização Da Pobreza. *Cadernos CRH*. 21(53), 389-404.

Matias, D. P. (2006). Abuso Sexual E Sociometria: Um Estudo Dos Vínculos Afetivos Em Famílias Incestuosas. *Psicologia em Estudo*. 11(2), 295-304.

Martin, G., Bergen, H. A., Richardson, A. S., Roeger, L. & Allison, S. (2004). Sexual abuse and suicidality: gender differences in a large community sample of adolescents. *Child Abuse and Neglect*, 28, 491-503.

Melo, H. P. (2005). Gênero e Pobreza no Brasil. Relatório final do projeto Governabilidad Democrática de Gênero en America Latina y el Caribe. Secretaria Especial de Política para as Mulheres.

Molnar, B. E., Shade, S. B., Kral, A. H., Booth, R. E. & Watters, J. K. (1998). Suicidal Behavior and sexual/physical abuse. *Child Abuse and Neglect*, 22(3), 213-228.

Narvaz, M. G. (2005). *Submissão e resistência: Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina*. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós Graduação em

Psicologia do Desenvolvimento. Rio Grande do Sul: Universidade do Rio Grande do Sul.

Narvaz, M. G. e Koller, S. H. (2007). O feminino, o incesto e a sedução: Problematizando os discursos de culpabilização das mulheres e das meninas diante da violação sexual. *Revista Artemis*, 6, 77-84.

Neto, J. L. F. (2008). Intervenção Psicossocial Em Saúde E Formação Do Psicólogo. *Psicologia e sociedade*, 20(1), 62-69.

OMCT – Organização Mundial Contra a Tortura. (2009). A criminalização da pobreza. Relatório sobre as causas econômicas, sociais e culturais da tortura e outras formas de violência no Brasil. Rio de Janeiro.

Oliveira, V. L. A.; Pfeiffer, L.; Ribeiro, C. R.; Gonçalves, M. T e Ruy, I. A. E. (2006). Redes de proteção: novo paradigma de atuação – experiência de Curitiba. Em: Lima, C. A. (Coord). *Violência Faz Mal à Saúde*. Brasília, Brasil: Ministério da saúde.

Pelisoli, C. L. (2008). *Entre o público e o privado: Abuso sexual, família e rede de atendimento*. Dissertação de Mestrado. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Pelisoli, C. L.; Dell’Aglío, D. D. (2008). Do segredo à possibilidade de reparação: Um estudo de caso sobre relacionamentos familiares no abuso sexual. *Contextos Clínicos*, 1, 49-60.

Pelisoli, C., Pires, J. P. M., Almeida, M. E. e Dell’Aglío, D. D. (2010). Violência sexual contra crianças e adolescentes: dados de um serviço de referência. *Temas em Psicologia*, 18 (01), 85-97.

- Penso, M. A. & Neves, V. L. (2008). Abuso sexual infantil e transgeracionalidade. Em Penso, M. A. & Costa, L. F. *A transmissão geracional em diferentes contextos. Da pesquisa à intervenção*. São Paulo: Summus.
- Pereda, N.; Guilera, G.; Forns, M. e Gómez-Benito, J (2009). The international epidemiology of child sexual abuse: a continuation of Finkelhor (1994). *Child Abuse and Neglect*. 33, 331-342
- Pereira, L. M. (2005). Violência sexual doméstica contra crianças e adolescentes: uma proposta multidisciplinar de atendimento. Em: CRAMI (org.), Abuso sexual doméstico – Atendimento às vítimas e responsabilização do agressor. São Paulo: Cortez.
- Petzold, M. (1996). The Psychological Definition of “The Family”. Em: Cusinato, M. (org.), Research on family: resources and needs across the world. Milão: LEDEdizioni Universitarie.
- Pfeiffer, L. (2006). Portadores de deficiências e de necessidades especiais duplamente vítimas de violências e discriminações. Em: Lima, C. A. (Coord). *Violência Faz Mal à Saúde*. Brasília, Brasil: Ministério da saúde.
- Plunkett, A., O’Toole, B., Swanston, H., Oates, R. K., Shimplon, S. & Parkinson, P. (2001). Suicide risk following child sexual abuse. *Ambulatory Pediatrics*, 1, 262-266.
- Praciano, M. S. G. (2011). *Gênero e Transgeracionalidade: Um olhar sobre a condição feminina e as relações familiares de mulheres de baixa renda de Manaus*. Tese de Doutorado. Programa de Psicologia Clínica e Cultura. Brasília: Universidade de Brasília.

- Ramos, M. C. R. (2010). *Mães de meninas vítimas de abuso sexual: aquilo que não se pode dizer*. Dissertação de Mestrado, Curso de Mestrado em Psicologia Clínica. Recife: Universidade Católica de Pernambuco.
- Ribeiro, M. A., Ferriani, M. G. C. & Reis, J. N. (2004). Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas a vitimização nas relações familiares. *Caderno de Saúde Pública*. 20(2), 456-464.
- Rodrigues, J. L.; Brino, R. F. e Williams, L. C. A. (2006). Concepções de sexualidade entre adolescentes com e sem histórico de violência sexual. *Padéia*. 16(34). 229-240.
- Runyan, D., Wattam, C., Ikeda, R., Hassan, F. e Ramiro, L. (2002). Abuso infantil e negligência por parte de pais e outros responsáveis. Em: Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B. e Lozano, R. *Relatório Mundial sobre violência e saúde*. Genebra, Suíça: Organização Mundial da Saúde.
- Saffioti, H. I. B. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, 16, 115-136.
- Sanderson, C. (2005). Abuso sexual em crianças. *Fortalecendo pais e professores para proteger crianças e contra abusos sexuais e pedofilia*. São Paulo: MBooks.
- Santos, S. S. (2007). *Mães de meninas que sofreram abuso sexual intrafamiliar: reações maternas e multigeracionalidade*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Santos, V. A.; Costa, L. F.; Granjeiro, I. A. C. L. (2009). Intervenção no abuso sexual intrafamiliar: ingerência invasiva ou proteção devida. *Psico*. 40(4). 516-524.

- Santos, L. S.; Diniz, G. R. S. (2011) Donas de Casa: classes diferentes, experiências desiguais. *Psicologia Clínica*, 23, 15-31.
- Santos, S. S.; Dell'Aglio, D. D. (2009). Revelação do abuso sexual infantil: Reações maternas. *Psicologia. Teoria e Pesquisa*, 25, 85-92.
- Sarti, C. A. (1994). A família como ordem moral. *Caderno de Pesquisa*. N. 91. P. 46-53.
- Schreiner, M. T. (2008). Abuso sexual numa perspectiva de gênero: o processo de responsabilização da vítima. *Fazendo gênero*, 8, 1-6.
- Soihet, R. (2007). Mulheres pobres e violência no Brasil. Em: Del Priore, M. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Sousa, L. e Ribeiro, C. (2005). Percepção das famílias multiproblemáticas pobres sobre as suas competências. *Psicologia*, 19, 169-191.
- Sposati, A. (2009). Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. Em Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Org.), *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília: MDS.
- Stalker, K. & McArthur, K. (2012). Child abuse, child protection and disabled children: a review of recent research. *Child Abuse Review*, 21, 24-40.
- Waiselfsz, J. J. (2012). *Mapa da Violência 2012. Crianças e Adolescentes do Brasil*. Rio de Janeiro: Flacso.
- Williams, L. C. A. (2009). Introdução ao estudo do abuso sexual infantil e análise do fenômeno no município de São Carlos. Em: Williams L. C. A. & Araújo, E. A. C. (Org.), *Prevenção do Abuso Sexual Infantil – Um Enfoque Interdisciplinar* (pp. 21-40). Curitiba: Juru

# ANEXOS

ANEXO A: Roteiro de coleta de dados.

Prontuário CREAS nº:

Ficha nº:

Nome: Nome da criança ou adolescente vítima de abuso sexual

1. Data de nascimento: Sexo: ( )Masc. ( )Femin.
2. Escolaridade:
3. Familiares que constam no registro mais recente:

Nome	D. N.	Parentesco	Escolaridade	Profissão	Renda

4. É possível a partir do prontuário, localizar os genitores da criança/adolescente? A criança/adolescente tem contato com os genitores?

Mãe: Localização e contato.

Pai: Localização e contato.

5. A família recebe algum benefício do governo? Qual?
6. Condições habitacionais: Quantidade de cômodos:
  - a. Imóvel alugado ( )
  - b. Imóvel próprio ( )
  - c. Imóvel cedido ( )
7. Algum familiar que não reside na mesma casa foi convidado a participar dos atendimentos? Quem? Se não, foi sinalizado algum familiar que poderia participar?  
Familiar ou figura de apoio que faz parte do núcleo familiar.

DADOS DA VIOLÊNCIA:

8. Origem do encaminhamento:  
De que órgão veio a solicitação, encaminhamento ou é demanda espontânea, só citar se o encaminhamento diz respeito a situação de abuso, se não, especificar que a revelação se deu no CREAS.
9. Situação de chegada: ( ) Suspeita ( ) Confirmado  
Será considerado confirmado quando no documento seja do conselho, seja de outro órgão, afirme que houve abuso. Suspeita quando o documento não mencionar que não foi apurado, ou que é uma suspeita.

10. Existe algum relatório ou documento oficial que faça um histórico da situação de abuso sexual? De que órgão?

Não, se o relatório que encaminha não se refere a situação de abuso. Se sim, especificar de que órgão e se orienta bem o profissional, esclarecendo a situação.

11. Características do abuso sexual:

a.  Intra-familiar     Extra-familiar     Ambos     Não se sabe

b. Agressor: apontar o suposto agressor. Não especificado, quando não se sabe quem é. Desconhecido quando for extra-familiar e não se conhece o suspeito. Apontar se tem qualquer ligação com a vítima.

c. Nº de episódios de abuso: buscar no prontuário número exato ou próximo quando possível.

d. Idade na época do primeiro abuso:

e. Idade e local em que houve a denúncia:

f. Existe processo em andamento: apontar qualquer providência judicial que conste no prontuário.

g. Por quais órgãos de Proteção ou Responsabilização a família já passou:  
Observar se consta no prontuário, em relatórios externos ou atendimentos.

12. Existem no prontuário documentos anteriores solicitando acompanhamento? Em razão de que?

Observar se existem no prontuário requisições anteriores solicitando serviços.

13. A família já passou por algum atendimento neste CREAS? Em razão de que? Existe algum relatório que documente o atendimento?

14. Houve no atendimento atual revelação de alguma outra situação de violência nessa família que não o abuso sexual?

Outras violências apareceram no atendimento.

**DADOS DO ATENDIMENTO:**

15. Mês e ano da primeira intervenção:

16. Tempo entre a denúncia/revelação e o primeiro atendimento:

Observar se for possível saber quando foi realizada a denúncia quando esta não ocorre no CREAS.

17. Tempo entre a entrada no CREAS (o encaminhamento ou procura do serviço) e o primeiro atendimento:

18. Nº de atendimentos marcados:      Nº de atendimentos realizados:

19. Ações tomadas frente a ausência em atendimentos:

Ligações a pessoa, familiares ou outros órgãos, visitas domiciliares, relatórios.

20. Qual a periodicidade dos atendimentos/intervenções?

Mensal    Semanal    Quinzenal    Indefinida

21. Foram realizadas outras intervenções? Quais?

Visitas domiciliares, reuniões com outros órgãos, intervenções em grupo.

22. Houve contato com profissionais de outros órgãos que atendiam o caso? Quais?

23. Tempo total de acompanhamento:

Desde o primeiro atendimento ao último, especificando quanto tempo depois foi enviado relatório, se foi enviado a algum lugar.

24. Foram registradas as próximas providências a serem tomadas? E foram realizadas?

Observar nas evoluções de modo geral o registro de providências e como foram realizadas.

25. Há ao longo dos atendimentos outras demandas colocadas pela família? Se sim, foram atendidas?

Demandas colocadas claramente pelas famílias e como foram tratadas.

26. Que profissionais participaram desse acompanhamento?

Psicólogo, assistente social, agente social, especialista em direito.

27. Foi realizado algum encaminhamento? Qual? É possível saber pelos registros de houve seguimento aos encaminhamentos?

28. Há alguma sinalização de desligamento ou interrupção de atendimentos no prontuário? Com que justificativa?

Observar se são registrados os encerramentos e desligamentos no prontuário com justificativa.

29. Organização documental. As informações podem ser facilmente encontradas no prontuário? Registro feito de forma adequada?

30. Observações.

Registrar aqui fatos que possam tornar mais clara a análise e que não encontram lugares nas questões acima, fatores que a pesquisadora julga indispensáveis.

## ANEXO B:

Anuência da Secretaria de Desenvolvimento Social e  
Transferência de Renda – SEDEST.



## ACEITE INSTITUCIONAL

A Srta. Adriana Pinheiro Carvalho, Coordenadora da Proteção Social Especial da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, está de acordo com a realização da pesquisa "O atendimento a famílias em situação de abuso sexual: um estudo exploratório", de responsabilidade da pesquisadora Aline Rose Inácio Pinho aluna de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília, realizado sob orientação de Gláucia Ribeiro Starling Diniz, após revisão e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília – CEP/IH.

O estudo envolve a realização de análise documental de prontuários e registros de atendimentos realizados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social da Ceilândia, bem como entrevistas semiestruturadas com membros de três famílias que enfrentaram situações de abuso sexual atendidos no mesmo Centro. A pesquisa terá a duração de 10 meses, com previsão de início em janeiro/2012 e término em Agosto/2012.

Eu, Adriana Pinheiro Carvalho, Coordenadora da Proteção Social Especial da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, esta instituição está ciente de seu compromisso e de suas co-responsabilidades, quais sejam, manter o resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar. A pesquisa será realizada no CREAS Ceilândia, unidade que dispõem de estrutura física para o atendimento das famílias e conta com equipe de profissionais especializados no atendimento.

Brasília, 05 de dezembro de 2011.

  
\_\_\_\_\_  
**Adriana Pinheiro Carvalho**  
Coordenadora de Proteção Social Especial - CPSE  
Mat.: 172963 - 2  
Coordenação de Proteção Social Especial - DPSE

ANEXO C:

Aprovação do Comitê de Ética do Instituto de Ciências  
Humanas da Universidade de Brasília.



**ANÁLISE DE PROJETO DE PESQUISA**

**Título do Projeto:** O ATENDIMENTO A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE ABUSO SEXUAL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

**Pesquisador(a) responsável:** ALINE ROSE INÁCIO PINHO

**Número do Projeto:** 12-12/2011

Com base nas Resoluções 196/96, do CNS/MS, que regulamenta a ética da pesquisa em seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, após análise dos aspectos éticos, resolveu **APROVAR** o projeto intitulado “O ATENDIMENTO A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE ABUSO SEXUAL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO”.

O pesquisador responsável fica notificado da obrigatoriedade da apresentação de um relatório final sucinto e objetivo sobre o desenvolvimento do Projeto, no prazo de 1 (um) ano a contar da presente data (itens VII.13 letra “d” e IX.2 letra “c” da Resolução CNS 196/96).

Brasília, 16 de fevereiro de 2012.

Debora Diniz  
Coordenadora Geral – CEP/IH